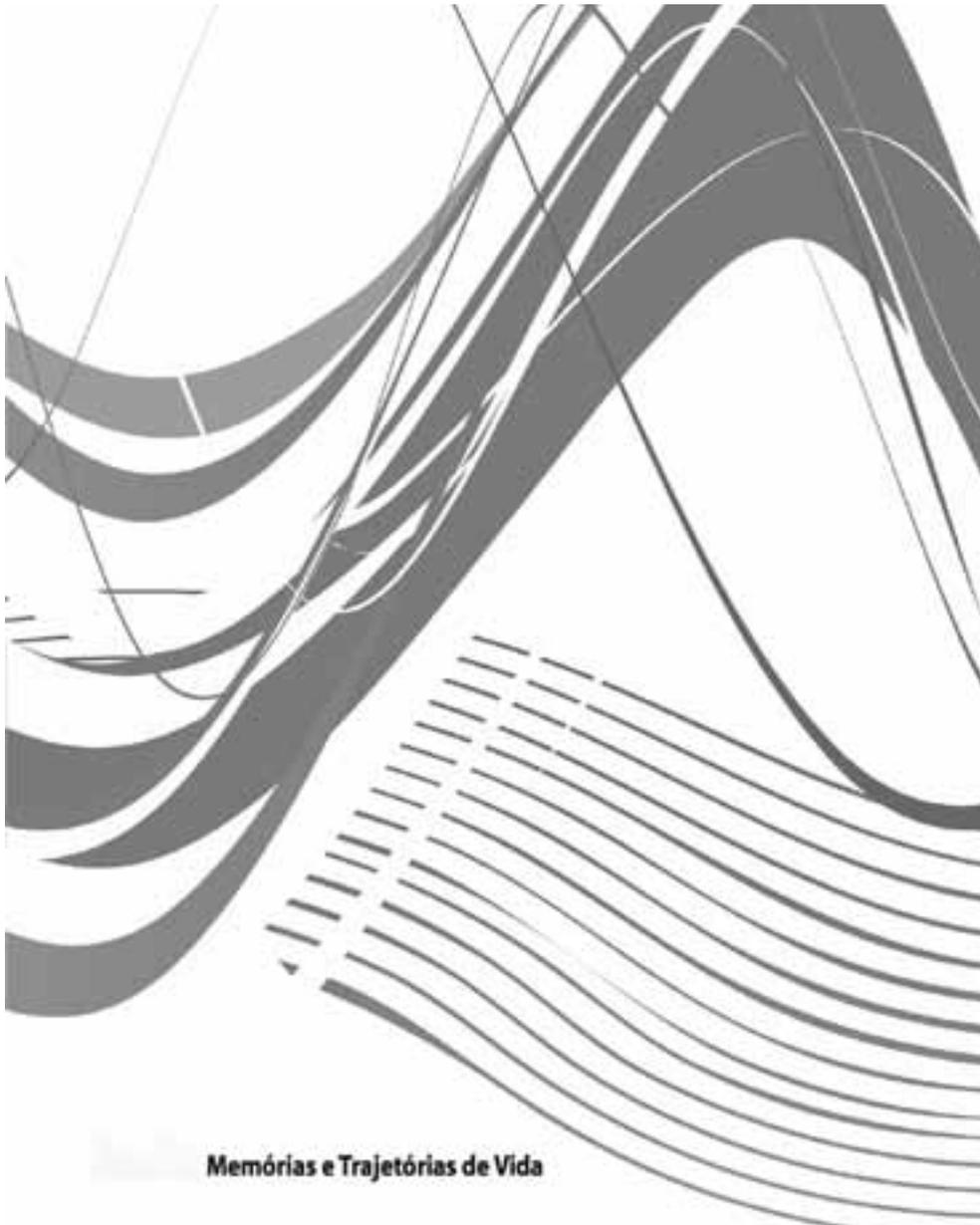


# **Revista TEL**

**Volume 3 - Número 1 - Jan./Abr. 2012 - ISSN 2177-6644**

**Ancelmo Schörner, Claércio Ivan Schneider,  
Hélio Sochodolak, Oséias de Oliveira (Orgs.)**



**Memórias e Trajetórias de Vida**

**Universidade Estadual do Centro-Oeste -UNICENTRO**

**Guarapuava / Irati - Paraná - Brasil  
[www.unicentro.br/revistatel](http://www.unicentro.br/revistatel)**

## Revista TEL

Publicação do  
Programa de Pós-graduação em História da Unicentro-PR

UNICENTRO  
PR 153 Km 07 - Riozinho  
84500-000 Irati - PR

Fone: (0xx42) 3421-3026  
Fax: (0xx42) 3421-3000  
e-mail: sochodo@gmail.com  
www.unicentro.br/revistatel

FICHA CATALOGRÁFICA  
(Catalogação na fonte)

TEL / Programa de Pós-graduação em História da  
UNICENTRO-PR – v.1, n.1 (2010)  
Irati: UNICENTRO, 2012 -  
Orgs. Helio Sochodolak, Oseias de Oliveira  
Quadrimestral.  
ISSN 2177-6644  
1. História – Periódicos.

Nota: O conteúdo e a revisão ortográfica e gramatical dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

### Editoria

Hélio Sochodolak  
Cláudio DeNipoti  
Claércio Ivan Schneider  
Oseias de Oliveira

### Comissão Executiva

Claércio Ivan Schneider  
Hélio Sochodolak  
Oseias de Oliveira

### Pareceristas

Hélio Sochodolak  
Sheille Freitas  
Isléia Streit  
Valter Martins

### Comissão Editorial

Cláudio DeNipoti  
Edson Armando Silva  
Hélio Sochodolak  
José Adilçon Campigoto  
Joseli Maria Silva  
Oséias de Oliveira  
Regina Chicoski

### Conselho Consultivo

José Augusto Drummond  
Christian Brannstrom  
Marcia Menendes Motta  
Lise Fernanda Sedrez  
Jose Miguel Arias Neto  
José D'Assunção Barros  
Gizele Zanotto  
Paulo Pinheiro Machado  
Ely Bergo de Carvalho  
Hélio Rebello Cardoso Jr  
Eunice Sueli Nodari  
Regina Horta Duarte

### Revisão

Rogério Vial  
Ancelmo Schorner

### Diagramação

Jacieli Domengues Pereira  
Oseias de Oliveira  
Hélio Sochodolak  
Ancelmo Schorner

### Capa

Oséias de Oliveira

# MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Memories and life trajectories

Memorias y trayectorias de vida

Ancelmo Schörner

Hélio Sochodolak

Oseias de Oliveira<sup>1</sup>

1. Programa de  
Pós-graduação  
em História  
UNICENTRO - PR

SCHORNER, A; SOCHODOLAK, H; OLIVEIRA, O. Memórias e Trajetórias de Vida. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 04-26, 2012.

A Revista TEL – Tempo, Espaço e Linguagem - vem passando por renovação editorial, técnica e conceitual com a sua vinculação ao Programa de pós-graduação em História da UNICENTRO-PR. Determinante tem sido a participação dos mestrandos que estão se envolvendo em todas as fases do trabalho editorial, desde a divulgação até as tarefas de revisão técnica e diagramação.

Este volume reúne artigo de diversos pesquisadores e têm como fio condutor as memórias e trajetórias dos personagens estudados. Através das histórias de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do indivíduo com o social, assim como permite que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Podemos assim, dizer, que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de um conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado. (PAULILO, 1999). São estas formulações que abrem caminho para a compreensão da diversidade humana a partir das múltiplas temporalidades sociais e nas relações entre passado e presente.

É dessa forma que as narrativas ganham importância. São elas que nos permitem compreender o “o próprio processo de lembrança com marcos espaciais e temporais definidos pelas memórias pessoais, contendo apropriações de memórias de outras pessoas com as quais o narrador conviveu. Sendo assim, a sua narrativa é parte de um conjunto de outras narrativas do coletivo com o qual a pessoa se identifica”. (BARBATO, 2004, p. 103). Essas lembranças, então, são vistas como desencadeadas não somente pela participação pessoal do sujeito entrevistado, mas pela série de pergun-

tas que levam-nos a examinar esta narrativa, também, do ponto de vista de desenvolvimento pessoal intrincado em memórias de eventos ou episódios que são considerados relevantes por ele. É esta dialogicidade que define o vetor da história a ser contada, os fatos a serem focados, a vivacidade das memórias lembradas e a serem valorizadas.

Por isso lançamos mão de um conceito capaz de permitir esse resgate: o de trajetória. Segundo Bertaux (1979), as trajetórias (no plural) são definidas a partir de uma relação entre a origem, isto é, o lugar na estrutura de classe da família onde a pessoa nasce e a trajetória posterior. Assim, por trajetórias entendemos “o encadeamento temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social” (SILVA, 2005, p. 62).

Vera da Silva Telles, em *Pontos e linhas de uma descrição da cidade* (2007), sustenta que espaço e tempo estão imbricados no que ela chama de *evento de mobilidade*, de tal modo que mais importante do que identificar os pontos de partida e os de chegada, são esses eventos que precisam ser questionados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias, em torno das quais, ou pelas, quais são redefinidas práticas sociais, agenciamentos cotidianos e destinações coletivas. Para ela, essas mobilidades são demarcadas e compassadas por eventos atravessados por *três linhas de intensidade*. Uma delas é a *linha vertical das cronologias*, em que os tempos biográficos se sucedem em compasso com o tempo social-histórico: no âmbito interno das famílias, a sucessão das gerações com suas linhas de continuidade e rupturas, heranças familiares transmitidas, redefinidas ou reinterpretadas conforme as mudanças nos agenciamentos domésticos e hierarquias internas, mas também as escolhas e projetos que mobilizam os recursos disponíveis em cada configuração social. (TELLES, 2007, p. 24).

A outra é a *linha horizontal das espacialidades*, em que os tempos se efetuem: as práticas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam, ganham forma e constroem referências que permitem entrecruzamentos com outras histórias, outros percursos, outros eventos que pontilham e constroem a história urbana - não a linha das filiações familiares, mas das comunicações transversais com outros grupos e situações e que fazem conexões com outros pontos de referência do social (e da cidade). (TELLES, 2007, p. 25). Há, ainda, atravessando tudo isso em uma *linha perpendicular*, os even-

tos políticos, que ganham forma e também operam como referências práticas que compõem os territórios urbanos (e suas diferenças internas): a cronologia dos investimentos públicos, os conflitos sociais e suas derivações, práticas de tutela e clientelismo que vêm de muito tempo e que persistem entrelaçadas com as mediações democráticas de representação política, formas de ação coletiva e de solidariedade que se alimentam de fontes diversas e que também vêm de tempos diferentes, aberturas e retrocessos políticos que sucedem aos calendários eleitorais. Eventos e situações que podem ser tomados como vetores que conectam espaços e territórios no plano de atualidade dos tempos políticos da cidade. (TELLES, 2007, p. 25).

Se existem fraturas, elas não derivam de uma categorização prévia, mas procedem da prospecção desses percursos, das relações que se entrecruzam e se superpõem nas histórias individuais e os modos como estas vão se conjugando nos tempos e espaços em que transcorrem. De acordo com Jacques Revel (1998,), seguir o traçado das trajetórias de indivíduos e famílias significa seguir *a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a medida das relações nas quais (um destino particular) se inscreve*. É uma abordagem do social que responde a um “programa de análise das condições da experiência social restituídas na sua máxima complexidade”.

Seguindo as palavras de Vera da Silva Telles, nos eventos biográficos de indivíduos e suas famílias há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas (ou construídas) nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pela relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Assim, uma trajetória pode ser individual, mas jamais isolada, pois toma como base pontos externos do sujeito.

Daí a exigência descritiva, diferente do princípio narrativo do tempo: contar uma história, descrever um espaço. Um trabalho descritivo que escape da abstração desencarnada dos números e indicadores, seja da referência exclusiva (e problemática) ao local, espaços ou microespaços das “comunidades”. Trata-se, assim, de traçar a *simultaneidade de tempos sociais e de tempos biográficos distintos*. O tempo passado é atualizado em práticas conjugadas no tempo presente, ao mesmo tempo em que estas são redefinidas nos vetores pelos quais operam as atuais transformações no mundo do trabalho e nos espaços da cidade. (TELLES, 2007, p. 27). Ou seja, simultaneidades de tempos/espaços diferenciados, mas que acabam se entrecruzando de alguma maneira.

Dessa forma, é no confronto entre as diversas situações que essas tra-

jetórias vão se perfilando nos seus focos de tensão, nos seus campos problemáticos. Não a “questão do coronelismo”, mas as diferentes modulações do mundo onde esses sujeitos se inserem (TELLES, 2007, p. 27). Assim, vamos puxando essas linhas e delas apreender o *plano de atualidade* que atravessa as histórias e situações as mais contrastadas, “haja vista que que essas trajetórias são inteiramente presentificadas por atores sociais nos quais se apoia toda a carga temporal” (LEPETIT, 1993, p. 141ss).

Os textos reunidos neste volume articulam, de diversas formas, as três linhas propostas por Vera da Silva Telles: a *linha vertical das cronologias*, em que os tempos biográficos se sucedem em compasso com o tempo social-histórico; a *linha horizontal das espacialidades*, em que os tempos se efetuam; e a *linha perpendicular*, onde os eventos políticos ganham forma e também operam como referências práticas.

No primeiro artigo, “*Se eu casar eu perdo o ganho*”: *memórias de Teresa*, a autora, valendo-nos da história oral, registra o testemunho de tereza, habitante da periferia de Mandaguri (PR). Através de suas memórias é possível, tal como nos aponta Paul Thompson, “desafiar a subjetividade, descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. (THOMPSON, p. 197). Além disso, ela representa a realidade com as suas respectivas diferenças, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade, reconhece que as lembranças são as artes do indivíduo e redimensiona as relações entre passado e presente. A evidência oral é uma fonte importante, é mais uma das formas de que dispõe o pesquisador para a construção de identidades do passado, para a interpretação das representações no tempo e espaço das experiências humanas. (LUCENA, 1999, p. 24). Aqui nos são apresentados a infância de Teresa, suas experiências de conjugalidade popularmente conhecido por “amigamento” ou mancebia e aqui denominado união consensual, a relação com os filhos e as estratégias de sobrevivência num mundo marcado por privações e misérias foram temas abordados nas entrevistas. Nesse sentido, suas memórias nos levam a ter um olhar menos centralizado e uniforme sobre as experiências do passado e do presente dos diferentes grupos sociais, neste caso, moradores da periferia de uma pequena cidade do Paraná.

O segundo texto, *Cultura Histórica e Educação Patrimonial: Memórias do Nazismo: 70 Anos da Exposição Entartete Kunst*, nos coloca diante das intrincadas relações entre cultura histórica e educação patrimonial, posto que

estas envolvem varias e complexas questões que dizem respeito à definição de cultura histórica, patrimônio, educação patrimonial. O texto, resultado de uma experiência realizada no âmbito do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2007, intitulada: Memórias do Nazismo: 70 anos da Exposição Entartete Kunst (Arte Degenerada), se pretende também fazer, assim como a própria exposição, uma provocação, no sentido de que este experimentasse a construção do nazismo e de sua reinterpretação contemporânea com objetivo de promoção de uma reflexão sobre as várias formas de intolerância e de como, cada indivíduo é, pela aceitação, pelo silêncio, pela omissão e mesmo pela ação, responsável pelas práticas intolerantes.

No terceiro artigo, *A Trajetória de vida intelectual de Victor Dumoncel Filho e suas implicações na Primeira República*, estamos diante de Victor Dumoncel Filho, cuja trajetória de vida está vinculada à história política do Rio Grande do Sul, notadamente na Primeira República, embora sua influência política local e estadual vai além desta data e se estende até o período da ditadura militar. (terceira linha...). O texto discute elementos da história política sulina interiorana numa perspectiva da história cultural transitando na história intelectual, em virtude da aproximação, mesmo que informal, do personagem com as letras, com leituras cotidianas e com a busca por informações fundamentais para compor sua atuação política local.

Na sequência temos o texto *Trajetória de um imigrante no sul do Brasil: Friedrich Christian Klinglhoefffer (1826-1838)*. Neste artigo nos é apresentado o “cura de almas”, Friedrich Christian Klinglhoefffer, também conhecido como “Pastor Farrapo”, que empunha armas contra o Império Brasileiro no primeiro quartel do século XIX. No texto vão ficando claro como se desdobram fatos que caracterizam sua trajetória na Guerra Farroupilha. Assim, recompor a trajetória do “Pastor Farrapo”, através da perspectiva da História Cultural, se configura como uma possibilidade para se conhecer e compreender do contexto histórico dos primeiros tempos da organização do vilarejo de Campo Bom/RS. Tendo como base a trajetória de um imigrante germânico no conflito Farroupilha é também possível conhecer como as relações políticas do Período Regencial brasileira se tramou nas mais diferentes localidades do país. Além disso, nos permite pensar as várias relações entre imigração alemã, protestantismo e a Revolução Farroupilha.

Caminhando pelos textos, temos o artigo *Práticas coronelísticas e In-*

*tegralismo no Município de Teixeira Soares-PR (1930-1937)*, que nos coloca diante dos projetos políticos na cidade de Teixeira Soares, através da trajetória política de João Molinari Sobrinho, quando a estrutura coronelística existente na cidade desde sua emancipação em 1917, perde parte de seu prestígio político, notadamente para o Integralismo, que ganhou força em todo o Paraná. A especificidade Teixeira Soares está no fato de ter sido a única cidade dos Campos Gerais a eleger um integralista como prefeito (o primeiro também do Brasil). É importante ressaltar, ainda, que Ação Integralista Brasileira atingiu a classe média urbana (jovens, advogados, professores, profissionais liberais) que tinha qualquer participação política na República Oligárquica, devido ao poder econômico e político monopolizado pelos grandes fazendeiros, ervateiros, empresários e donos das primeiras serrarias e madeireiras da cidade. Outro elemento a ser considerado é que o discurso integralista, fundamentado sob o lema “Deus, Pátria e Família”, foi ao encontro aos valores presentes em uma sociedade em sua maior parte interiorana e de maioria católica, nas quais estas crenças e valores eram praticados cotidianamente.

Para finalizar a leitura, e com a anuência dos leitores, caímos na farra acompanhados de mais uma dose, como podemos ler na epígrafe. O artigo *Que boemia é esta e que boêmio é este?: reflexões sobre as representações do fazer cotidiano: o boêmio entre o discurso e a prática durante a década de 1930 na cidade de Ponta Grossa (PR)*, a partir da coluna “Notas Mundanas”, veiculadas pelo “Diário dos Campos”, nos instiga a pensar a boemia em uma cidade de médio porte do Paraná. As relações que o texto estabelece são entre trajetórias boêmias e cidade e, assim, caminhando por essas veredas, nos deparamos com o seu ambiente noturno, as bebedeiras, os jogos de azar e os flertes amorosos. Ou seja, isso nos leva a pensar aspectos referentes a um “ser-fazer” boêmio em uma cidade de médio porte que, durante a década de 30, apresentava-se interiorana e conservadora, buscando em consonância com o panorama nacional, os rumos para uma urbe civilizada.

Terminamos essas linhas com breves considerações de Anne Gilbert sobre o conceito de região e como ele pode ser útil para nos ajudar a pensar a temática desse dossiê. Em seu texto *The new regional geography in english and french – speaking countries* (Progress in Human Geography, London, a. 12, n. 2, p. 208-228, jun./1998), a autora enfatiza que podemos conceituar a região, apresentando, especificamente, três direcionamentos básicos: (a) a região como resposta local aos processos capitalistas; (b) a região como foco

de identidade cultural e, (c) a região como interação social. Assim, a primeira delas é refere-se à região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção e envolve a) a regionalização da divisão social do trabalho; b) a regionalização do processo de acumulação do capital, organizado como uma rede de processos de acumulação parcial interligados, que definiram as bases territoriais; c) a regionalização da reprodução da força de trabalho, cuja lógica relaciona a região de mercados de trabalho à organização espacial da população e; d) a regionalização dos processos políticos e ideológicos de dominação usados para manter as relações sociais de produção.

### Referências

PAULILO, Maria Ângela. **A Pesquisa Qualitativa e a História de vida**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 2, n.1, p. 135-145, 1999.

BARBATO, Silviane. História oral - história de vida: a relação entre memória pessoal e coletiva. *Cadernos do CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares*, Brasília, ano 4, nº 15, pp. 103-111, dez./2004.

BERTAUX, Daniel. **Destinos sociais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TELLES, Vera da Silva. Pontos e linhas de uma descrição da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. In: Elaine Marlova Venzon Francisco e Carla Cristina Lima de Almeida. (Orgs.). **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

LEPETIT, Bernard. **Temporalités urbaines**. Paris: Anthropos, 1993.

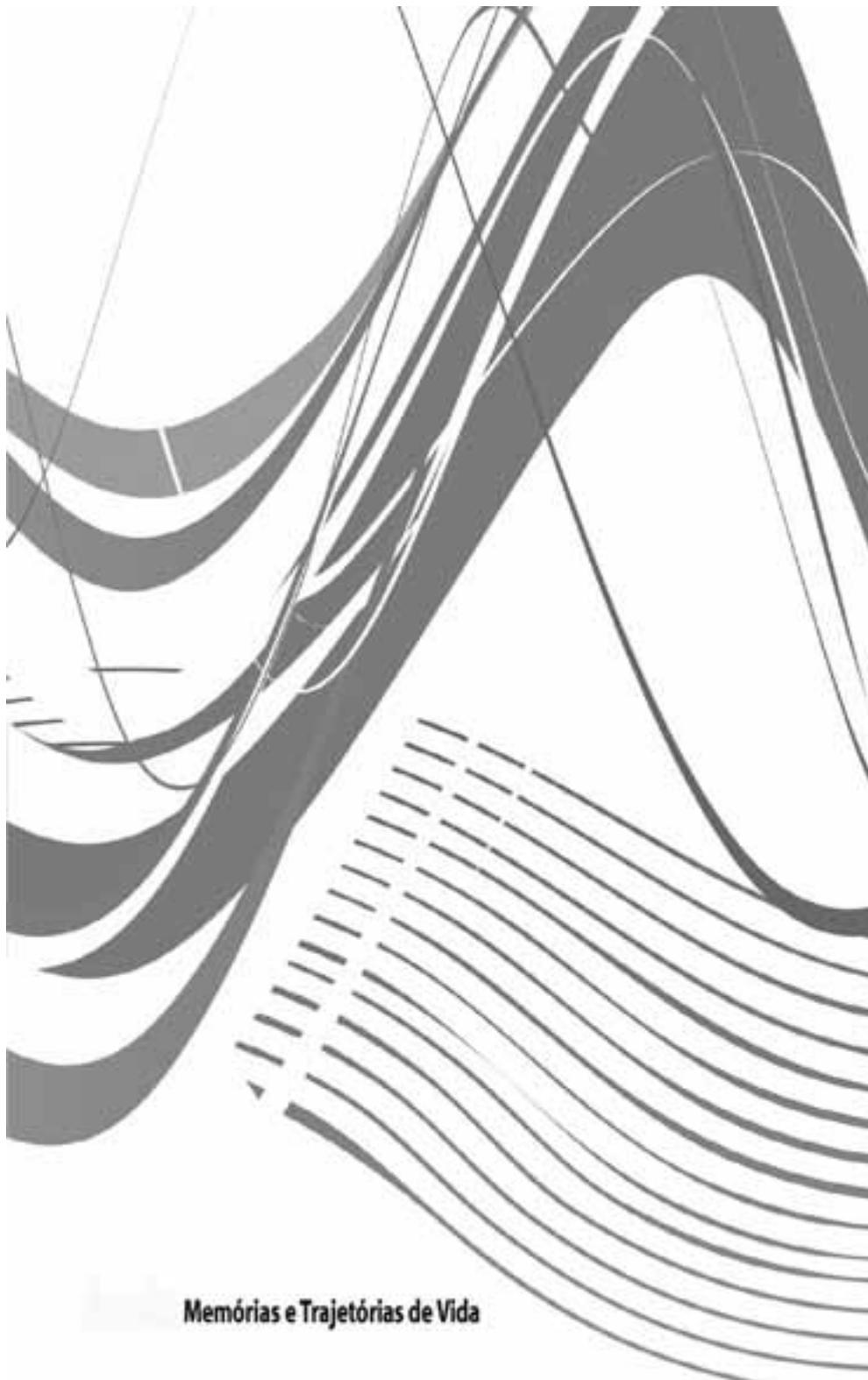
THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LUCENA, Célia Toledo. **Artes de lembrar e de inventar: (re)lembranças de migrantes**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

### Apresentação dos Editores em Vídeo



Faca o download do arquivo Editorial em pdf para visualizar a apresentação dos editores em formato de vídeo.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

## “SE EU CASAR EU PERDO O GANHO”: MEMÓRIAS DE TERESA

If I marry, I lose the gain: memories of Teresa  
Si me caso, pierdo la ganancia: los recuerdos de Teresa

Tania Maria Gomes da Silva<sup>1</sup>

1. Programa de Pós-graduação da Faculdade Metropolitana de Maringá - UNIFAMMA.

SILVA. Tania Maria Gomes da. “Se eu casar eu perdo o ganho”: memórias de Teresa. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 13-33, 2012.

### Resumo

Neste texto procuramos apresentar e discutir os relatos de Teresa, moradora da periferia do município de Mandaguari, noroeste do Paraná, entrevistada em função de sua experiência de união conjugal não legalizada no âmbito civil e religioso, modelo de conjugalidade popularmente conhecido por “amigamento” ou mancebia e aqui denominado união consensual. Valendo-nos da história oral, buscamos registrar o testemunho dessa mulher, inserindo-nos dentro de uma vertente historiográfica que, nas últimas décadas, tem buscado dar voz aos que se situam “abaixo” na escala social.

### Palavras-chave

Mulheres pobres; história oral; memória.

### Abstract

In this paper we present and discuss the reports of Teresa, who lives on the outskirts of the town of Mandaguari, northwestern Paraná, interviewed on the basis of his experience of oneness is not legalized in the civil and religious, marital model popularly known as “amigamento” or concubinage and here called consensual union. Drawing on oral history, we record the testimony of this woman, placing us within a strand of historiography that in recent decades, has sought to give voice to that lie “below” the social ladder.

### Keywords

Poor women, oral history, memory.

## Resúmen

En este trabajo se presentan y discuten los informes de Teresa, que vive en las afueras de la ciudad de Mandi, en el noroeste de Paraná, entrevistados sobre la base de su experiencia de la unidad no está legalizado en el civil y religiosa, el modelo de matrimonio conocido popularmente como “amigamento” o concubinato y aquí se llama unión libre. Recurriendo a la historia oral, grabar el testimonio de esta mujer, que nos sitúa dentro de un capítulo de la historiografía que en las últimas décadas, ha tratado de dar voz a los que se encuentran “por debajo” de la escala social.

### Palabras clave

Mujeres pobres; historia oral; memoria.

## Introdução

Teresa<sup>1</sup> é o nome de nossa entrevistada. Seu depoimento integra um corpo documental maior, composto por entrevistas com vinte mulheres das camadas populares. Todas elas viviam no momento da pesquisa ou haviam vivido em algum momento de suas vidas a experiência da união conjugal não legalizada, aqui denominada união consensual, mas também conhecida por amigamento, concubinato, mancebia ou, como definiu a Constituição Brasileira de 1988, união estável.

A pesquisa foi realizada na cidade de Mandaguari, noroeste do Paraná e teve como preocupação compreender como essas mulheres vivenciam uma relação conjugal informal em um mundo em que a tudo se busca regulamentar e onde o casamento e todo o cortejo ritualístico que o envolve ainda é um valor bastante valorizado. A ideia condutora foi a de averiguar como essas mulheres se relacionam afetivamente com os seus companheiros, decodificando as estratégias de poder e de resistência elaboradas em um

1. No primeiro contato com essa entrevistada, em 1997, seus depoimentos foram transcritos utilizando o nome fictício de Teresa e integraram uma monografia de especialização em história social. Anos mais tarde, procurada para participar da pesquisa de Mestrado, demonstrou pouca satisfação ao saber que fora lhe dado um nome fictício no trabalho anterior. “Essa é a minha história”, alegou contrariada. Não era, evidentemente, o que ensinam os textos acadêmicos sobre o trabalho com história oral, de modo que nos sentimos desorientados. Assim, na dissertação mantivemos o seu verdadeiro nome, mas, para este trabalho, voltaremos a utilizar um pseudônimo. É importante esse esclarecimento, pois o leitor poderá ter acesso a algum texto em que os depoimentos aqui mostrados sejam apresentados de outra autoria. De fato, a melhor maneira de aprendermos história oral é fazendo-a. Manuais, ainda que nos sirvam de amparo em alguns momentos, não trazem todas as respostas e não nos colocam diante de todas as possibilidades que efetivamente surgirão na prática da pesquisa.

mundo onde elas se encontram duplamente marginalizadas, em função de gênero<sup>2</sup> e de classe.

Os depoimentos foram colhidos no período de janeiro a agosto de 2007. Na impossibilidade de transcrever a todos, optamos por fazer um recorte, privilegiando neste artigo apenas o depoimento de Teresa, 44 anos. Sua história nos suscitou reflexões que contribuíram de maneira especial para a compreensão do universo das mulheres pobres e das relações que elas estabelecem com os seus companheiros, com a família e com o universo social em que se encontram inseridas. Sua trajetória, resguardadas as suas particularidades, não se diferencia muito de outros relatos que ouvimos de mulheres em condições econômicas e culturais similares à sua e nos permitem uma compreensão que vai além de sua experiência individual.

Como bem salientou Salvatici (2005), uma das mais relevantes contribuições trazidas pela história oral e a história das mulheres foi justamente a crítica a uma universalidade abstrata e neutra com a qual geralmente se buscou identificar o ser humano.

Desse modo, a história oral evidenciou a existência de histórias das mulheres, numa pluralidade marcada por estruturas de gênero, de classe, de religião, de nação, de raça.

### Unões consensuais: um casamento à moda dos pobres

Diferentes causas têm sido apontadas pelos pesquisadores como responsáveis pelo grande número de casais vivendo em união consensual no Brasil<sup>3</sup>.

Estudando a época colonial, Silva (1998) e Faria (1998), detectaram que os altos custos do processo matrimonial e da exigência de inúmeros documentos, nem sempre fáceis de serem obtidos, dificultavam a vida dos casais que queriam se unir sob a benção do matrimônio. Por isso mesmo, o concubinato, embora duramente combatido pela Igreja, não era uma questão de libertinagem ou desrespeito às leis, mas o resultado de inúmeras dificuldades, especialmente as econômicas. Às admoestações eclesiásticas se

2. O termo gênero é aqui empregado tomando como suporte teórico Joan Scott, para quem gênero refere-se às diferenças sociais e não biológicas entre homens e mulheres, constituindo-se na primeira maneira de dar significado às relações de poder. Cf. Joan Scott. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

3. O aumento das uniões consensuais não é um fenômeno circunscrito ao Brasil ou a países em desenvolvimento, mas uma realidade que tem atingido países de diferentes características. A esse respeito ver Goran Therborn, **Sexo e poder**: a família no mundo. 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

juntarão, mais tarde, as advertências de juristas quando, em 1891, a República instituiu o casamento civil.

Embora atualmente estejam despertando a atenção dos juristas e dos estudiosos, trabalhos clássicos, como os de Freyre (2000), por exemplo, nos mostram que a conjugalidade informal foi prática recorrente desde os primeiros séculos de colonização. Não falta documentação, particularmente cartas de religiosos e relatos de viajantes, lamentando essa degeneração de costumes entre os primeiros portugueses que, esquecidos da fé cristã, amancebaram-se com índias, negras e brancas pobres, numa miscigenação de raças que constrangia os defensores da moral e dos bons costumes (SILVA, 2007). Desde o primeiro momento em que puseram os pés na América os religiosos empenharam-se em pregar, batizar e casar numerosos colonos (HOLANDA, 1973) no intuito de “moralizar” a nascente sociedade.

Para Prado Júnior (2000), a falta de mulheres brancas na América Portuguesa é que teria impulsionado os homens a buscarem mancebas, comportamento que afetou a toda experiência de colonização europeia em territórios ultramarinos, inclusive naqueles que se processaram, a seu ver, de modo menos aventureiro do que no Brasil. Freyre (2000), ao analisar o comportamento dos colonizadores portugueses, chegou à conclusão de que, além de dotados de uma moral sexual mais frouxa, os portugueses chegaram desacompanhados à América, o que não lhes deixou alternativa senão o concubinato. Já Buarque de Holanda (1995), enfatiza que a colonização portuguesa nos trópicos se fez de maneira bastante “aventureira” e levada a cabo por homens dotados de grande plasticidade social, numa quase completa ausência de orgulho de raça, o que teria criado o clima necessário para a formação de relações conjugais menos sólidas entre homens e mulheres.

Inúmeros trabalhos que se debruçam sobre a história do Brasil, do período colonial aos tempos atuais, são unânimes em demonstrar o grande número de casais que não oficializavam suas relações conjugais. Prática que sempre foi mais comum, ainda que não exclusiva, entre a população mais pobre, nos diz Vainfaa (1995), para quem a incidência de concubinato entre indivíduos sem recursos e racialmente discriminados tem levado nossa historiografia a pensá-lo como opção amorosa e conjugal dos deserdados da colônia.

Atualmente as uniões consensuais no Brasil deixaram de ser privilégio das camadas populares, pois os modelos universalistas de casamento foram

cedendo lugar a situações conjugais mais heterogêneas. Após séculos de esforços para disciplinar a família constituída unicamente através dos casamentos, os discursos religiosos, jurídicos e médicos, divulgados especialmente entre o final do século XIX e início do XX, parecem ter falhado. Profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais provocaram mudanças irreversíveis na esfera familiar. Por isso, o casar certinho, isto é, de véu e grinalda, deixou de ser a única maneira legítima de constituição do núcleo familiar. A própria jurisprudência acabou por acompanhar os tempos. No Brasil, a Constituição de 1988 admitiu fórum de legalidade às uniões consensuais, ainda que em seu texto deixe transparecer inegável distinção entre essas e os casamentos, valorando-as como inferiores a estes quando assim especifica, em seu artigo 226, inciso III: “Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, **devendo a lei facilitar** (grifo nosso) sua conversão em casamento” (CRUZ, 1997, p. 35). Ora, ao determinar que a união não legalizada deva ser convertida em casamento, evidencia-se a superioridade deste sobre aquela.

No Brasil, o número de casais que optam pelas uniões consensuais vem crescendo continuamente. Enquanto o casamento civil e religioso, modelo ainda majoritário, e o casamento só no civil e o casamento só no religioso apresentam índice decrescente, o número de casais que optam pela união consensual não para de crescer: 6,5%; 6,9% e 11,8%, respectivamente, nas décadas de 60,70 e 80 (SILVA, 2000).

Dados do último censo revelaram uma taxa de 28,3% de casais brasileiros vivendo a conjugalidade informal. Os últimos dados disponíveis não deixam margem de dúvida: 36,4% dos casais brasileiros optaram pela união consensual ou estável. Crescimento esse que resulta, em grande parte, da maior aceitação dessa prática entre os estratos médios e altos, antes avesso a esse modelo de conjugalidade.

A família brasileira sofreu inúmeras mudanças no século XX, particularmente no que diz respeito ao papel reservado às mulheres. Elas se tornaram mais autônomas e fizeram entrada maciça no mercado de trabalho formal e nas instituições de ensino, o que refletiu diretamente na dinâmica da família. Elas também diminuíram o número de filhos<sup>4</sup>, romperam casamentos, assumiram a chefia feminina e, quando se mantiveram casadas, passaram a negociar relações de gênero mais igualitárias. Após a revolução sexual da

4. A taxa de fecundidade da mulher brasileira passou de 6,16 filhos na década de 1940, para 1,86 na atualidade. Cf. IBGE, 2010.

década de 60 o casamento legitimado no âmbito civil e religioso passou a ser associado ao tradicionalismo e, portanto, algo a ser superado. As uniões consensuais, também chamadas – e creio que erroneamente – de uniões livres, conquistaram, sobretudo, os jovens e as pessoas com maior grau de instrução.

A pesquisa empírica evidenciou que, ao menos nos estratos populares, as uniões consensuais seguem o mesmo modelo de hierarquia dos casamentos tradicionais: superioridade masculina e exigência de fidelidade por parte das mulheres.

Contudo, parece-nos aceitável, baseados em pesquisas que tiveram outro recorte de análise e voltadas às camadas médias (QUINTEIRO, 1990), que, se entre os estratos sociais de baixo poder aquisitivo as causas econômicas podem ser vistas como determinantes na opção por uniões não oficializadas, em outros estratos sociais mudanças culturais podem ser elementos explicativos. Uniões consensuais aparecem, por exemplo, como uma pré-análise do casamento, havendo uma tendência à regulamentação após a chegada dos filhos (ARIÉS, 1981).

O índice crescente de separações e divórcios é também parte desse quadro de mudanças e tem levado muitos a considerar que a família está desaparecendo, mas o que nos parece mais correto afirmar é que a família está se reorganizando dentro de outros paradigmas, aliás, muito mais democráticos. E uma prova de que esta instituição modificou-se sem perder a importância que tinha é a luta dos casais homossexuais, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, pela possibilidade de legalização da união conjugal. Para Roudinesco (2003), quando gays e lésbicas norte-americanos, entre os anos 65-70, reivindicaram não só o direito ao reconhecimento da união, mas ao direito de adotarem filhos, buscavam justamente perpetuar um modelo que tanto haviam contestado e dão sinais de que a família, ainda que na berlinda, continua de pé.

### História oral e memória

Em nossa pesquisa, de caráter eminentemente qualitativo, entrevistamos mulheres de idades variáveis entre 16 e 71 anos de idade. Buscando perceber mudanças geracionais procuramos, sempre que possível, entrevistar mães e filhas.

Isto foi possível no caso de Teresa, cujas filhas, Rosário, Júlia e Elisa, também nos deram seus depoimentos, uma vez que todas tinham a mesma

experiência de união conjugal informal.

A opção pela metodologia da história oral deu-se pelo fato de estarmos trabalhando com mulheres pobres, sujeitos sociais que, de um modo geral, se encontram ausentes dos documentos oficiais e que terminam, por isso mesmo, subinvestigadas pelos historiadores.

Ser mulher, por si só, é fator de exclusão dos relatos historiográficos, que as deixou sempre desaparecidas na categoria universal dos homens: “A profissão de historiador é um trabalho de homens que escrevem a história do masculino” (PERROT, 2005).

Quando à exclusão de gênero se soma o pertencimento a uma classe economicamente desprestigiada, como é o caso das mulheres que compuseram a nossa pesquisa, fica ainda mais pesado o silêncio que as vitima.

Para a autora anteriormente citada, desde a sua constituição como disciplina científica no século XIX a história tem um caráter viril e seu conteúdo é, quase sempre, voltado à história pública e política em que as mulheres estão ausentes.

Há, neste século, um lugar específico para cada um: o das mulheres é o espaço doméstico.

Ainda que a historiadora francesa ressalte a contribuição de seu compatriota Michelet<sup>5</sup>, mais atento ao papel das mulheres, não deixa de registrar o esquecimento que os historiadores sempre as relegaram.

O alargamento da história, não só no que diz respeito à ampliação das fontes documentais, mas também de uma aceitação mais generosa de métodos tidos como pouco científicos, e aqui nos referimos de maneira muito especial à história oral e ao trabalho com a memória, teve passos muito importantes na trajetória da história das mulheres. O respeito pela importância da memória de cada indivíduo, que é único, constitui-se numa das primeiras lições de ética sobre a experiência com o trabalho de campo na história oral, em especial mostrando que não são exclusivamente os santos, os heróis, os tiranos, os

5. A historiadora Bonnie G. Smith credits à segunda esposa de Michelet, Athenais Mialaret, um papel significativo nos seus trabalhos, sugerindo mesmo que eles chegaram a fazer textos conjuntos. Ela também reeditou trabalhos do historiador, após a sua morte, reuniu citações extraídas de cartas, relatos de viagem e diários do marido. Propositamente, é claro, ela editava passagens dos diários para descrever as mulheres e não os homens. Como era de se esperar, ver uma mulher como autora e historiadora, ainda mais em simbiose com um historiador da estatura de Michelet, causou desconforto. Sua colaboração foi desacreditada por autores da época e por Febvre, anos mais tarde. Assim, na historiografia, “(...) o grande historiador, ligado à parceira ausente, inferior e sem originalidade, continua a ser o modelo sempre presente para padrões científicos misóginos”. Cf. Bonnie G. Smith. O que é um historiador. In: **Gênero e história: homens, mulheres e prática histórica**. Tradução de Flávia Beatriz Rossler. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.155-216.

transgressores que merecem ter suas histórias registradas, mas que todos os indivíduos, todos, frisamos, merecem ter suas histórias registrada (PORTELLI, 1997).

Para a norte-americana Dahpne Patai, autora de *Brazilian Women speak: contemporary life stories*, obra pioneira que reuniu relatos de mulheres brasileiras e publicada nos Estados Unidos em 1988,

a história oral nos permite ouvir as histórias de indivíduos e grupos que de outra forma seriam ignorados; permite expandir os horizontes do nosso conhecimento sobre o mundo; e estimula o questionamento de nossas próprias hipóteses a respeito das experiências e pontos de vista de outras pessoas e culturas (PATAI, 2010).

A expansão no número de trabalhos realizados a partir do uso da metodologia da história oral evidencia a importância e o valor que tem se buscado dar às experiências pessoais e cotidianas de indivíduos comuns. Para escrever a história das mulheres não é necessário apenas um olhar novo sob as fontes, mas o alargamento do próprio conceito de fonte documental. A história de mulheres não pode se deixar prender à documentação oficial, onde elas estão, em geral, bastante ausentes, sendo preciso enveredar pelos pequenos espaços da vida cotidiana, que se mostraram profundamente reveladores: as fotografias, os diários, peças de vestuário, os livros de receitas, as cartas e as falas que as mulheres deixaram e que nos chegam, mesmo que “deformadas” por quem as registrou. É certo que nos últimos anos essa realidade vem sofrendo modificações, com grande expansão numérica e qualitativa de trabalhos de historiadores das mulheres e das relações de gênero, mas ainda assim ainda paira um silêncio sobre a história do feminino.

Se a história dos homens é aquela que relata fatos que parece terem ocorridos sempre nos grandes campos de batalha e nos parlamentos, a das mulheres se fez especialmente na intimidade dos lares, nos becos e vielas das cidades. Não queremos dizer com isso que a história das mulheres seja uma história menor ou menos importante, mesmo que os seus passos não extrapolem os limites das portas das casas.

Sob a influência de historiadores mais sensibilizados com a história da vida privada, como Phillip Ariés e Georges Duby, é que elas, finalmente, puderam alcançar um status menos inferiorizado no campo da pesquisa

histórica. Além disso, o avanço do movimento feminista e a luta delas próprias por uma participação mais efetiva na sociedade constituíram-se em elementos que contribuíram muito para a quebra do silêncio das e sobre as mulheres.

Com base nas narrativas de Teresa, investigamos a construção de memórias das experiências de mulheres pobres. Suas lembranças têm a ver com o passado vivido, mas também com o presente em processo de andamento. Elas são importantes à medida que nos trazem a possibilidade de conhecermos o local, o bairro, os grupos, suas culturas. Por mais contraditório que isso nos pareça, a verdade é que, num mundo globalizado, pulsa cada vez mais em nós o interesse pelo local, numa quase viagem através do outro. “*Todo cientista social realiza algum tipo de viagem quando estuda, ensina ou pesquisa*”, nos diz Ianni (2000, p. 14) e o trabalho com Teresa é, sem dúvida, um processo duplo dessa “viagem” de que nos fala o autor. Viaja ela, nas suas lembranças, nem sempre doces, nem sempre fáceis, e viajamos nós que podemos penetrar em experiências que nos permitem conhecer além do que nos foi dado efetivamente viver e experimentar.

Reportemo-nos à fala esclarecedora Neves (2009).

Em uma época como a nossa, de aceleração do tempo vivido, de afirmação do multiculturalismo, de pluralismo historiográfico, de hibridismos, de interdisciplinaridade, de crise das ideologias e de intensa febre comemorativa, não custa lembrar que a onipresença dos três conceitos que conformam a tríade história, memória e cultura parece indicar, simultaneamente, pistas de algumas das nostalgias mais inquietantes de nosso tempo e não poucos dos caminhos abertos à reflexão contemporânea.

### A entrevistada

Teresa, assim como todas as mulheres que compuseram nosso universo de pesquisa, é pobre. A falta de recursos apareceu como fator determinante para a opção dessas mulheres e de seus companheiros pelas uniões informais. O casamento civil, ainda que seja entendido como aquele que torna as famílias mais “respeitáveis”, implica em gastos com que não podiam arcar, atormentadas por preocupações maiores: a água, a luz, o leite das crianças, remédios e roupas. Quanto ao casamento religioso, que, nos depoimentos,

aparece como aquele que “*torna as famílias mais abençoadas*”, também acaba por ser deixado de lado, seja porque também implica em despesas, seja porque não é raro que, se algumas mulheres se casem grávidas, parecem-lhes quase uma heresia, como nos disse uma delas “*casar de branco e de barrigão*”. No imaginário popular, casar na igreja, como nos confidenciou uma entrevistada, “*é prá virgem*”.

Os pobres vivem, quase sempre, na periferia, nas franjas da cidade, habitando construções precárias, vivendo em casebres, dependentes dos serviços públicos de saúde e educação muitas vezes precários, ineficientes e sem o exercício da cidadania. O termo pobre/classe popular é ambíguo e escorregadio. Marx já o definiu levando em conta a propriedade dos meios de produção, centrando-se na ordem econômica e foi criticado pelo seu reducionismo, que ignorou fatores como educação, raça, ascendência, poder, cidadania. Já para Foucault, a exclusão se dá muito mais no âmbito cultural do que social. Aqui, para efeito de melhor compreensão do que estamos entendendo por pobre, termo que, segundo os estudiosos, deve ser analisado sempre de maneira multidimensional, buscamos rápido subsídio em Cyntia Sarti, para quem a categoria engloba “(...) os destituídos dos instrumentos que na sociedade capitalista conferem poder, riqueza e prestígio” (SARTI, 1996, p. 2).

Nosso primeiro contato com Teresa se deu quando ela era moradora no Jardim Aeroporto, hoje chamado Jardim Boa Vista, periferia de Mandaguari. Essa troca de nome é bastante sintomática da maneira como os moradores percebem as mudanças ocorridas no bairro. Inicialmente composto de casebres e com um grande depósito de lixo logo na sua rua de entrada, o local era pensado como uma favela. Em pequenas cidades o termo favela é pouco empregado, mas devido às condições do local não há razão para o evitarmos.

Até a metade da década de 1990 as ruas do Jardim Boa Vista não tinham calçamento e seguiam uma linha de construção bastante incerta, com vários becos que se perdiam uns nos outros. Predominavam as casas de madeira, sendo algumas cobertas de latas ou de lona. Seus moradores, na grande maioria, eram trabalhadores informais. Desde o final dos anos 1990 o bairro vem sofrendo mudanças. Algumas ruas foram calçadas, instalou-se um posto de saúde e surgiram várias casas de alvenaria. Além disso, as habitações mais humildes deram lugar a construções menos modestas. Desse modo, podemos dizer que o bairro apresenta um perfil relativamente heterogêneo, embora

permaneça, sem sombra de dúvidas, um bairro de classe popular.

Foi para esse local que nossa entrevistada se mudou quando, em 1996, chegou à Mandaguari com pouco dinheiro, três filhas e um companheiro que acabara de conhecer na rodoviária de Jandaia do Sul<sup>6</sup> e com quem se dispôs a viver após um contato que se resumiu na troca de algumas palavras.

Vamos, pois, conhecer a entrevistada iniciando pelo relato da sua infância, ou melhor, pela maneira como essa mulher percebe esse período de sua vida, retrocedendo à juventude, à fuga para se casar com o pretendente indesejado pelo pai, a experiência do casamento forçado, a maternidade e, por fim, uma nova fuga, desta vez do marido, e a retomada da vida conjugal de maneira não oficial.

Como já enfatizaram outros estudiosos da história oral, lembrar não é um processo de viver algo de novo, mas uma reconstrução e um repensar sobre o que já foi vivido dotado de um arsenal novo de compreensão do mundo. A verdade, portanto, é sempre relativizada. Essa foi, aliás, uma das grandes críticas à validade da história oral, uma vez que o método não impede as distorções da memória, carregada de subjetividade. Hoje, contudo, essas “distorções” do entrevistado são vistas como algo positivo, uma vez que permitem uma melhor compreensão dos valores coletivos e das ações de um grupo (ALBERTI, 2008).

É assim, pois, que entendemos esse revisitar de memórias levado a efeito pela nossa entrevistada. Sabemos que muito do que é dito não foi exatamente o que aconteceu, mas o que o entrevistado ou a entrevistada gostaria que tivesse acontecido, acredita que seria o “certo” de ter acontecido. Isso nos permite perceber os juízos de valores, ao alcançar as representações ideais de uma data época e de um dado grupo.

Igual à de tantas outras meninas de famílias pobres, a vida de Teresa foi desde muito cedo marcada pelo trabalho duro. Ela não nos fala de bonecas ou brincadeiras. Sua infância foi lembrada de uma maneira muito rápida e a ênfase bastante acentuada foi dada à necessidade que tinha de ajudar os pais. Essa ajuda se efetivava de maneira dupla, tanto nos serviços na roça quanto nos serviços domésticos, o que a impediu, por exemplo, de estudar.

Teresa é semianalfabeta e não disfarçou a sua contrariedade por ter parado de estudar muito cedo: no terceiro ano do ensino fundamental, antigo curso primário. Confessa-nos que nunca reprovou e até rezava para aprender a ler, mas um dia o pai falou: *“Ah, você já não vai estudar mais porque você tem*

6. Localizada no Vale do Ivaí, a cidade de Jandaia do Sul está situada a 8 Km de Mandaguari.

*de trabalhar e você já dá para ser uma professora (...) Tirou nós da escola”.*

Talvez como uma maneira de tentar escapar às dificuldades cotidianas, ela, aos 15 anos, decidiu fugir com o namorado. O pai foi atrás e obrigou o casamento. Casaram-se inicialmente só no civil, mas, com o nascimento dos filhos e o desejo de batizá-los, terminaram oficializando a relação também no religioso. A união durou 18 anos e terminou porque um dia o marido arrumou outra mulher e a levou para viver junto com Teresa e os filhos.

A vida inteira só morando em sítio, fazenda. Saía de uma e entrava em outra. Aí ele arrumou outra mulher e eu me mandei. Se fosse para escrever mesmo a minha vida dava uma novela bonita. Vivi um ano aguentando para ver se ele largava. Ele trouxe ela. Dois meses viveu em minha casa junto, e eu não podia fazer nada porque eu não participava leis (...)

Pressionado pelo patrão e pelos pedidos da mãe, o marido cedeu e tirou a “outra” de dentro de sua casa, mas alugou para ela uma casa vizinha à da esposa.

Ele fazia compra pro mês e dessa compra ele tirava um pacote de cada coisa e levava para a mulher (...). Aí eu fazia a comida, tirava a comida de todo mundo no prato assim e eu quase não comia. Eu praticamente ficava sem janta todo dia, a comida não chegava.

Vemos aqui como essa mulher se subalimentava para manter uma ordenação doméstica, característica muito própria da mulher. Ao lado do papel de provedor das necessidades materiais da família, desempenhado pelo homem e, sem dúvida, o mais definidor da masculinidade, cabe à mulher o papel de conciliadora da ordem.

A vida do casal foi sempre recheada de conflitos. Teresa era vítima de violência física e verbal, mas ela, num procedimento nada incomum, nos diz que, tirando o fato de ter outra mulher, “o marido não era ruim para ela”. As mulheres, muito frequentemente associam o fato de “*por de comida em casa*” com ser um bom marido e nossa entrevistada não foge à regra: “(...) *ponhava de comer em casa. Só que era muito bailista, passeador e não gostava de me*

*levar. Nós nunca passeava junto (...). Diz que não gostava de andar com mulher e criança atrás. Se uma criança trucidasse, ele já dava um chute”.*

O marido costumava passar parte da semana nos trabalhos da roça e levava ora uma, ora outra mulher para lhe servir de companhia e fazer os serviços da casa. Cansada dessa situação inusitada, Teresa decidiu fugir. Fugiu levando consigo as três filhas, de 10, 5 e 3 anos, respectivamente. O filho de 8 anos de idade tinha ido com o pai para a lavoura e terminou ficando.

Vim para Jandaia do Sul. Pretendia ir para Ribeirão Preto. Quando cheguei em Jandaia faltou passagem para uma das meninas, porque nós era em quatro e só tinha três passagens e quando eu estava esperando apareceu este (aponta o atual companheiro que acompanha a entrevista) e por um destino aí nós já conversamos e ele me convidou para ir viver mais ele e as meninas. Então eu tinha quinhentos cruzeiros e ele disse: “Olha, você fica aqui com elas que eu vou em Mandaguari fazer umas compras prá nós”, e antes nós fomos para uma casa abandonada, sem porta, nem janela, sem nada, e entramos na casa. Ele veio para Mandaguari com o meu dinheiro para fazer as compras e disse que voltava às 3 horas, mas deu 3, deu 4, 5, 8 horas da noite e ele não aparecia. Eu tinha esquecido o nome da cidade onde ele disse que ia e também tinha esquecido o nome dele. Aí falei para as meninas: “E agora? (...) Aí eu fui para o Posto Panorama, posemo lá, eu e as meninas. Quase morremos de frio. Aí eu falei para as meninas: “No outro dia a gente volta lá, se ele tiver nós fica, se não tiver nós temo que caçar outro rumo sem dinheiro de novo. Aí ele tava lá, nós ficuemo”.

Como podemos perceber, a vulnerabilidade dessa mulher era extrema, levando-a mesmo a aceitar a primeira possibilidade que a vida lhe ofereceu, ainda que bastante incerta. Apesar de o parceiro ser alguém tão pobre quanto ela, ele é um homem, o que no imaginário feminino é sinônimo de respeito e estabilidade, pois uma mulher sozinha carrega o estigma de incompleta.

Segundo Salem (1981), quando o homem está ausente da família a mulher tende a se sentir desamparada, exacerbando ainda mais suas privações de classe. Mesmo que as mulheres sejam capazes de enfrentar muita barra,

inclusive “coisas de homem”, driblando todas as adversidades da vida, há uma fantasia de que o homem é quem dá ordenamento e respeitabilidade à unidade doméstica. Para a autora, que entrevistou mulheres da favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, a mulher pobre tem no homem, seja marido, pai, filhos ou irmãos, o seu amparo. Quando a figura masculina está ausente, o desamparo se aguça.

Gostaríamos ainda de levar em conta que mulheres das camadas populares vivem, via de regra, em zonas periféricas, onde o índice de violência costuma ser maior. Portanto, ser mulher e só na periferia é uma situação que apresenta maior grau de dificuldade. No caso específico de Teresa, é preciso considerarmos ainda que a situação em que ela se encontrava, sem dinheiro e com três filhas menores, não lhe oferecia grandes possibilidades. Como ela mesma confessa: “*Olha, quem está num mato sem cachorro tenta qualquer coisa*”.

Com a ajuda da Campanha da Fome, o casal conseguiu um pequeno lote de terra no já mencionado Jardim Boa Vista. Pouco tempo depois tiveram uma filha. Continuaram a viver uma união consensual mesmo quando ela recebeu a notícia de que o marido legítimo havia sido assassinado. Teresa nos informou que não quer oficializar o relacionamento por que teme perder a pensão do ex-marido: “*Se eu casar, eu perdo o ganho*”. Quanto a isto ela não está equivocada. A lei brasileira considera que toda mulher viúva tem o direito de receber a pensão do ex-marido como um meio de sustento, mas esta ajuda deve ser suspensa quando ela volta a se casar e passa a ter quem lhe dê suporte financeiro. O atual companheiro nem sempre trabalha, e quando o faz, é como bóia-fria, o que não lhe assegura um rendimento estável. Ela não vai, pois, trocar o certo pelo duvidoso. A vida dos pobres, afinal, se faz de sabedoria e praticidade.

O primeiro trabalho de Teresa, desde sua chegada a Mandaguari, foi colher café, algodão, cana. O clássico serviço de bóia-fria. O companheiro, a princípio, ia junto, mas quando ela começou a receber a pensão do ex-marido ele foi deixando de procurar trabalho. Numa atitude de evidente descontentamento, ela nos conta que ele só quer saber de ficar cuidando da casa, fazendo almoço, levando a menina para a escola.

Para piorar ainda mais, ele resolveu voltar a estudar num cursinho para adultos, no período noturno, atividade que tem lhe trazido evidente contentamento. Se ela não fizer as compras, pagar água e luz, comprar gás e

roupa ele também não se incomoda. Uma inversão de papéis que a desconcerta.

O que mais nos chama a atenção é que, embora confesse que o companheiro faz todo o serviço da casa, ela frisa com muita ênfase que ele não faz nada, o que reforça, ainda que às avessas, o preconceito contra o trabalho doméstico. Fonte de desvalorização, o trabalho doméstico, se não serve para propiciar algum status à mulher, ainda menos ao homem, pois a execução de tal atividade é vista com evidente menosprezo. Lugar de homem é trabalhando na rua. São estereótipos difíceis de serem quebrados.

Sabemos que o tempo opera mudança em toda memória, mas as entrevistas de Teresa, ainda que tomadas em três momentos e ocasiões diferentes, não apresentaram variações comprometedoras.

Como é compreensível, no primeiro depoimento, em 1997, ela mostrava-se mais confiante no relacionamento conjugal e dizia que, com a ajuda de Deus, o casal ia vivendo bem. Sete anos depois sua fala caminhava num sentido de profundo descontentamento com o parceiro<sup>7</sup>. Essa mudança na percepção da conjugalidade faz parte da dinâmica de transformação que envolve a vida de todos os seres humanos.

Gostaríamos ainda de destacar um aspecto que, de modo particular, nos chamou a atenção no depoimento de Teresa: foi o fato de ela ter partido com as filhas deixando para trás o filho de 8 anos. Isso mostra uma quebra com pelo menos dois fortes estereótipos que envolvem a maternidade: a) o de que uma mãe nunca abandona os filhos; b) quando, por algum motivo esse abandono ocorre, será sempre razão de sofrimento e culpa para a mulher. O depoimento nos descortinou outra realidade. Embora ela tenha admitido que não foi fácil deixar para trás o menino, também não se sente culpada por isso, pois acredita que, naquele momento, não havia para ela outra alternativa. Acrescente-se ainda que, anos mais tarde, com a morte do pai, o filho procurou por Teresa e chegou a morar com ela por um curto período. Como seu comportamento fosse bastante desregrado, ela o mandou de volta para viver com os avós paternos.

Será sua filha, de uma geração bem mais nova e, portanto, com acesso a pensamento menos opressor quanto ao papel da mulher/mãe, quem irá condená-la: *“Eu sinto. Sinto porque tem hora que eu fico pensando assim, a mãe tem que aceitar os filhos como eles são. Eu acho que ela não devia ter feito isso,*

7. Em 2012, fui informada por uma das filhas de Teresa que ela deixou o companheiro e foi viver com um irmão dele, mais jovem. Para a filha isto era motivo de escândalo. Contou-nos balançando a cabeça em sinal de desagrado e afirmou com nítido desconsolo: “a mãe é doida”.

*mesmo que ele fosse rebelde ela tinha que atolar (sic) ele”*. O comportamento de Teresa aparece para a filha como totalmente distinto daquele que se espera de uma “mãe ideal”, pautado pelo amor, pela compreensão e pelo desvelo.

Diferentes trabalhos têm tentado desconstruir o mito do amor materno como algo incondicional e integrante da natureza feminina (BADINTER, 1985). assim, a partir da década de 1970 e 1980, pesquisadoras feministas trabalharam no sentido de revelar as tensões existentes entre o mito da mãe e as realidades concretas vividas pelas mulheres que experimentam sentimentos ambíguos diante da maternidade, que não são facilmente verbalizados, como a irritação, a raiva, o desapontamento, a insatisfação e tantos outros não compatíveis com o estereótipo da boa mãe (MARTINS, 2005).

A ideia de que o amor de mãe a tudo supera esteve muito evidenciado nos depoimentos colhidos por nós, embora as mulheres alternem momentos de exaltação da maternidade com uma sincera confissão de suas dificuldades e angústias. Muitas vezes uma fala contradiz a outra, pois não há como negar que os filhos são um pesado sacrifício na vida dessas mulheres com poucos recursos financeiros e, não raro, vivendo sem a presença dos pais das crianças. Nos depoimentos percebemos um evidente orgulho por parte daquelas que, mesmo tendo sido abandonadas, criaram sozinhas suas crianças.

As filhas de Teresa também viviam, no momento da entrevista, uniões consensuais. Todas, como a mãe, fugiram com os namorados. Todas eram mães. Nenhuma tinha estudado. Das três, apenas Júlia, às vezes, arranjava um emprego de doméstica. As outras duas eram donas de casa.

Teresa lamentava a vida das filhas por acreditar que seria melhor que elas tivessem estudado. Confessa que não é pelo fato de os genros serem pobres, pois não vê problemas em a pessoa ser pobre; *“(…) mas ser uma pessoa trabalhador, ser honesto, bom prá elas, ser um pai bom, que corresse atrás de tudo que elas precisa, eu queria tudo de bom prá minha menina, mas infelizmente eles...Eu ando meio decepcionada com os meus genro”*.

É interessante ressaltar que nas entrevistas fica muito evidenciado que as mães não desejam que suas filhas sigam trajetórias de vida semelhantes às suas. Desse modo, o desejo de que as filhas estudem e se casem legalmente aparece muito evidenciado. Referindo-se à filha mais nova<sup>8</sup>, que é filha do companheiro atual, ela afirma: *“Primeiro eu quero que ela estude bastante. Aí eu quero que ela aprenda uma profissão que eu mesmo nunca tive e espero que ela*

8. A filha de Teresa, então uma criança na época da entrevista, já é mãe, embora continue solteira.

*não vá casar cedo igual as outras casou*”. Todavia, sem fugir ao tradicionalismo, deixa claro que vai chegar uma hora, no entanto, que tem de casar porque *“sozinha de tudo não é bom pra uma mulher”*.

Integra a sua fala, como podemos claramente perceber, a ideia do homem como elemento indispensável à felicidade e ao bem estar da mulher. A questão da desigualdade de gênero, portanto, não se resolve apenas no âmbito da desigualdade econômica ou nos sistemas legais e institucionalizados, por exemplo, porque está profundamente arraigada no imaginário feminino que, ainda que inconscientemente, a perpetua e fortalece.

### Conclusão

Embora a superioridade do casamento legal tenha aparecido nos depoimentos, as uniões consensuais surgem como uma opção ainda melhor do que ser “mulher sozinha”. Se a união consensual não dota a mulher do mesmo respeito que o alcançado com o casamento legal, nem por isso o comportamento esperado difere daquele das legalmente casadas. Mesmo que o casal viva uma união não legalizada, deve seguir determinadas regras.

Nesse aspecto é importante ressaltar que a relação dos casais pertencentes às camadas populares vivendo em união consensual com os familiares do parceiro ou da parceira, segue o mesmo padrão daquele encontrado entre casais legalmente casados, isto é, aos pais do companheiro ou companheira chama-se sogra e sogro; às irmãs e irmãos, cunhadas e cunhados; sobrinhos e sobrinhas, etc. Há uma relação íntima com toda a rede de parentesco.

Já entre as camadas médias, Quinteiro (1990) percebeu que casais vivendo união consensual buscam maior autonomia em relação ao núcleo familiar. A família aceita a união, mas é mantida mais afastada do convívio íntimo do casal para que não se estabeleçam laços que venham a interferir no significado de “transitoriedade” que costuma marcar as uniões consensuais nas camadas de melhor condição econômica e onde a concepção de autonomia é mais forte do que nas camadas populares. Há uma valorização do indivíduo, com a autonomia individual sendo tida como elemento fundamental.

A relação entre vínculos familiares e individualidade constitui-se numa questão estrutural da família moderna, que é menos grupal e hierárquica (GIDDENS, 1993). Nas famílias pobres, ao contrário, a relação entre os membros é fundamental, pois é ela, quase sempre, o único ponto de apoio nos momentos de dificuldades, como a perda de um emprego, uma doença

ou mesmo uma ajuda para cuidar das crianças quando os pais precisam se ausentar para o trabalho. A família pobre atua como uma rede ramificada, *“(…) configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos”* (SARTI, 1996, p. 6).

Outra questão particularmente importante a ser destacada é a questão da fidelidade que a inexistência da legalização do vínculo não torna menos obrigatória. É principalmente da mulher que a fidelidade é exigida. A quebra dessa regra gera situações muitas vezes dramáticas e é, quase sempre, motivo de dissolução do vínculo conjugal.

É importante, assim, reconhecermos que as uniões consensuais não se afastam por completo do modelo das uniões legais tradicionais no que diz respeito ao aspecto comportamental de cada um dos pares, o masculino e o feminino.

A crescente complexidade do mundo moderno, que se torna cada vez mais burocrático, faz com que o fato de ser legalmente casada propicie à mulher mais segurança e, embora as novas leis concedam às companheiras os mesmos direitos da esposa, muitas mulheres nos confessaram que se sentiriam mais seguras *“se tivessem o papel”*, maneira usual de se referirem à certidão de casamento. De todo modo, depoimentos diversos enfatizaram um mesmo ponto: *“casada ou amigada, o que importa é viver bem”*. Parece-nos, pois, que está certo o ditado popular quando diz que *“amigado com fé, casado é”*.

### Referências

- ALBERTI, Verena Alberti. Histórias dentro da história. In **Fontes históricas**. PINSKI, Carla Bassanezi. (Org). São Paulo: Contexto, 2008.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. 6 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CRUZ, Fernando Castro da Cruz. **Concubinato “puro x impuro”**: doutrina, legislação e jurisprudência, prática. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1997.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Unesp, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1973.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Entrevista**. Disponível em <http://www.fiocruz/ccs/entrevista/ana-martins.htm>

NEVES, Margarida de Souza. **Nos compassos do tempo: a história e a cultura da memória**. In: SOIHET, Rachel, et al. (Orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou o silêncio da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História oral**. In: Projeto História (14). São Paulo, fev. 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. **Casados não casados: uniões consensuais nas camadas populares e médias**. Campinas: Unicamp/Nepo, 1990.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALEM, Tânia. **Mulheres faveladas: 'com a venda nos olhos'**. In FRANCHETTO, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura e HEILBORN, Maria Luiza (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral das mulheres**. In: História oral, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 29-42, jan-jun 2005.

SARTI, Cyntia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral**

dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

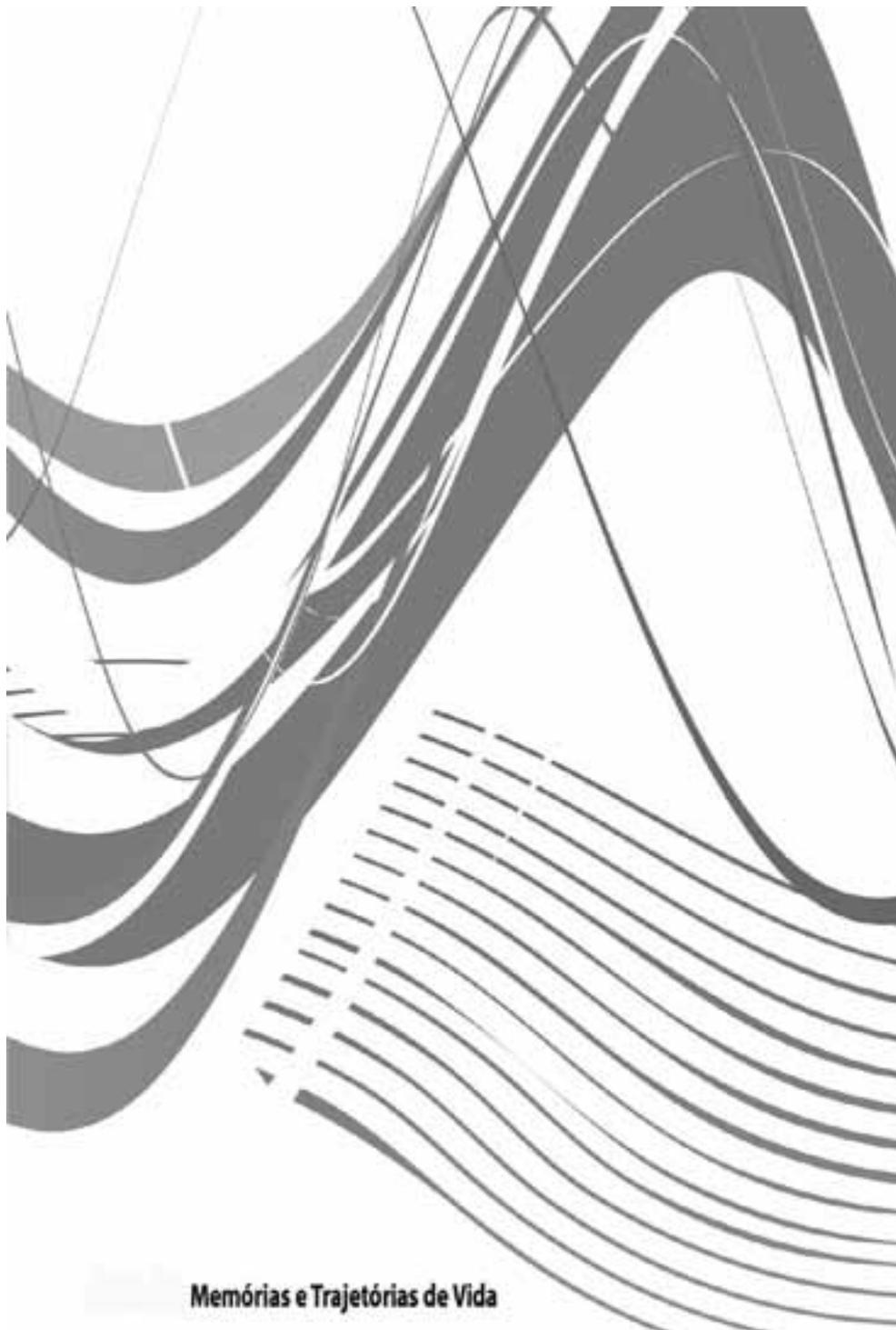
SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Você acha que a gente vai poder com homem? Práticas conjugais entre mulheres das camadas populares**. Curitiba, 2007, 303 p. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná.

VAIFAS, Ronaldo. **Trópicos do pecado: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**Recebido em:** 18 de março de 2012.

**Aprovado em:** 20 de abril de 2012.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# CULTURA HISTÓRICA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: MEMÓRIAS DO NAZISMO, 70 ANOS DA EXPOSIÇÃO ENTARTETE KUNST

Historical culture and patrimonial education memories of Nazism  
Cultura histórica y la educación patrimonial recuerdos del Nazismo

José Miguel Arias Neto<sup>1</sup>

1. Departamento  
de História.  
Programa de  
Pós-graduação  
em História.  
Linha de  
Pesquisa:  
Territórios do  
Político - UEL

ARIAS NETO. José Miguel. *Cultura Histórica e Educação Patrimonial: Memórias do Nazismo, 70 anos da Exposição Entartete Kunst. Revista Tempo, Espaço, Linguagem. Irati, v. 03, n. 01, p. 35-62, 2012.*

## Resumo

Abordar as relações entre cultura histórica e educação patrimonial é um desafio, pois envolve uma gama complexa de questões. Estas dizem respeito à definição de cultura histórica, patrimônio, educação patrimonial. Buscar-se-á aqui, na medida do possível, articular algumas meditações sobre estes temas a partir de experiência realizada no âmbito do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, no ano de 2007, intitulada: Memórias do Nazismo: 70 anos da Exposição Entartete Kunst (Arte Degenerada).

## Palavras-chave

Terror; cultura histórica; arte degenerada.

## Abstract

Addressing the relationship between Historical Culture and Patrimonial Education is a challenge because it involves a complex range of issues. These concern the definition of historical culture, heritage, patrimonial education. Search will be here, to the extent possible, articulate some meditations on these subjects from a particular experiment conducted in the Center of Documentation and Historical Research of the Londrina State University, in 2007, entitled: Memories of Nazi : 70 years of exposure Entartete Kunst (Degenerate Art).

## Keywords

Horror; historical culture; degenerate art.

## Resúmen

Abordar la relación entre la cultura y la educación sobre el patrimonio histórico es un reto porque se trata de una compleja gama de cuestiones. Estos se refieren a la definición de la cultura histórica, el patrimonio, la educación patrimonial. Intentaremos aquí, en la medida de lo posible, articular algunas reflexiones sobre estos temas de un determinado experimento llevado a cabo en el Centro de Documentación e Investigaciones Históricas de la Universidad Estatal de Londrina, en 2007, titulado: Memorias de los nazis : 70 años de exposición Entartete Kunst (Arte degenerado).

## Palabras clave:

Horror, la cultura histórica; arte degenerado

## Introdução

Qual a lei fundamental que observamos em todos os grandes fenômenos da História? A mim parece-me ser esta: que por toda a parte, na Terra, acontece tudo quanto nela pode acontecer, em parte de acordo com a situação e as necessidades do lugar, em parte de acordo com as circunstâncias e as condições da época, em parte de acordo com o caráter nato ou adquirido dos povos.

(Johan Gottfried Herder. *Idéias para a Filosofia da História da Humanidade*, 1784 – 1791).

Le patrimoine est un recours pour temps de crise. S'il y a ainsi de moments du patrimoine, il serait illusoire de s'arrêter sur une acception unique du mot. Au long des siècles, des pratiques de type patrimonial dessinent des temps du patrimoine, qui correspondent à des manières d'articuler d'abord présent et passé, mais aussi, avec les remises en cause de La Révolution, le futur: présent, passé et futur.

François Hartog. *Régimes d'Historicité*, 2003.

Uma remissão inicial a Jörn Rüsen é fundamental. Em um texto de 2009 (p. 2), Rüsen afirma que o conceito de cultura histórica “contempla as diferentes estratégias de investigação científico-acadêmica, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extra-escolar, do ócio e de outros procedimentos de memória histórica pública, como

criações e expressões de uma única potencia mental”.

O que importa reter aqui, para fins deste texto é que Cultura Histórica diz respeito a uma articulação, a um conjunto de relações que se referem à maneira particular “de abordar interpretativamente o tempo, precisamente aquela que resulta em algo como história enquanto conteúdo da experiência, produto da interpretação, medida de orientação e determinação de finalidade” (RÜSEN, 2009, p. 6). Esta particularidade, diz respeito à construção de uma representação do passado pela rememoração, ou seja, uma reatualização do passado no presente. Trata-se, portanto, de uma narrativa que confere sentido e significado à existência humana no tempo presente. Esta narrativa é sempre coletiva. Como observou Maurice Halbwachs, os indivíduos são pontos convergentes de várias correntes do pensamento coletivo e para constituir uma lembrança não basta reconstruir uma imagem do passado:

*Il faut que cette reconstruction s'opere a partir de donnés ou de notions communes qui se trouvent dans notre esprit aussi bien que dans ceux des autres, parce qu'elles passent sans cesser de ceux-ci à celui-là et reciproquement, ce qui n'est possible que s'ils on fait partie e continuent à faire partie d'une même société (HALBWACHS, 1950, p. 13).*

Estas formulações abriram o caminho para a compreensão da diversidade humana a partir das múltiplas temporalidades sociais e nas relações entre passado e presente. O ato de recordar é em si um evento histórico de grandes proporções, no qual o passado é ressignificado, um resultante da experiência da rememoração da vida vivenciada.

Mas não é apenas no campo dos vários grupos sociais, que se dá este processo. Há que se atentar também para os usos públicos e institucionais da memória e da história, e da educação, dimensões fundamentais da cultura histórica. Também a historiografia é um processo de ressignificação do passado a partir do lugar do historiador (CERTEAU, 1982). Estes níveis, contudo, a despeito de suas diferenças se articulam, posto que, como já observou Benedetto Croce (1962), o termo história comporta duas dimensões: a história vivida e a narrativa sobre esta vida. Assim, este texto tentará articular estes níveis.

Iniciemos com Leopold Von Ranke. Em texto de 1831, intitulado

Idee der Universalhistorie, Ranke procura estabelecer o campo da história libertando-a do domínio da filosofia e, ao mesmo tempo, estabelecendo suas características. A História, diz ele:

*[...] se diferencia das demais ciências porque ela é, simultaneamente uma arte. Ela é ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e tonar a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido. Outras ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo: a isto se soma, na historia a capacidade de recriação. Outras ciências se contentam simplesmente em registrar o que é descoberto em si mesmo: a isso se soma, na História, a capacidade de recriação. Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, da poesia (RANKE, 2010, p. 202).*

Assim a atividade do historiador residiria em uma investigação e, ao mesmo tempo, de reconstrução criativa do passado. Isto implicava em um princípio metódico com severas exigências para a pesquisa: a) amor a verdade: com isto quer dizer Ranke, que se deve ter uma consideração elevada por aquilo que ocorreu, evitando-se tratar o fenômeno como reflexo de nossas teorias e nossa imaginação; b) investigação documental pormenorizada e aprofundada dedicada ao fenômeno; c) um interesse universal, o que implicaria em um interesse uniforme pelos campos da investigação para se evitar explicar um pelo outro, ou seja, pelo simples jogo das influências de um sobre o outro; d) a fundamentação do nexos causal, ou seja, um pragmatismo fundado na investigação documental; e) o apartidarismo; f) a compreensão da totalidade.

Essas formulações rankeanas interessam aqui, na medida em que elas apontam para uma investigação particularizada, que possibilitaria ao historiador ‘representar o conhecimento’, conferir um sentido à existência humana. E um sentido pleno no presente. Trata-se, como todos o sabem, da idéia de civilização, que não prescinde das histórias nacionais: “Ranke pensava nesse tipo de nacionalismo, ao escrever que ‘na passagem das diversas nações e dos diversos indivíduos à ideia de humanidade e de cultura... [tem-se] um progresso efetivo” (RÜSEN, 2010, p. 128).

Sobre esta passagem, observa Jörn Rüsen (2010, p. 128) que “essa idéia

(historicista) da multiplicidade na unidade, reforça, na cultura histórica, as posições e as energias mentais que vêem a alteridade dos outros não como ameaça ao próprio eu, mas como sua confirmação (pelo reconhecimento mútuo)”.

Esta idéia também prescinde de uma história finalista. Como já o demonstrou Sérgio Buarque de Holanda (1974), Ranke em sua famosa e mal entendida frase “wie es eigentlich gewesen ist”, retoma as formulações de Herder que em suas Idéias para a Filosofia da História da Humanidade, afirmava serem as forças vivas do homem as molas da historia humana e que a “história é a ciência do que é e não a ciência daquilo que poderia porventura ser, de acordo com os desígnios ocultos do destino” (HERDER, 1984). Assim, apoiado em Herder, Ranke contrapõe-se à idéia de Kant, de uma finalidade última (Endzweck) da história, uma escatologia para a moral. Esta afirmação de uma história sem finalidade valeu a Ranke acusações de indiferença e relativismo ético: “Lord Acton [...] censurava principalmente nele, como aliás, na maioria dos intelectuais e homens públicos alemães de sua época [...] era, o pouco caso alarmante que, a seu ver, pareciam mostrar pelos princípios morais perenes” (HOLANDA, 1974, p. 8). Mas se Ranke recusa a idéia de uma finalidade moral na história é porque refuta a idéia de uma história mestra da vida, com seu cortejo de exemplos e prescrições morais. Como consequência - de grandes implicações para os estudos históricos - não há um destino dado a priori a ser cumprido pela humanidade. Por outro lado, a história tem um sentido conferido pelo historiador em seu trabalho artístico de reconstrução do conhecimento a partir de seu presente. É a busca rankeana pelos ‘nexos causais’ que permitirão a formulação de ‘totalidades significativas’ na história. Essas aparecem- e aqui se reata com a filosofia de Hegel - como a realização do espírito no mundo, como aquilo que essencialmente é, e o trabalho do historiador é olhar com olhos imparciais - pelo lado da ciência - e reconstituir o conhecimento através da escrita - pelo lado da arte.

Esse cosmopolitismo se despedaça em 1870. Após a guerra franco-prussiana de 1870, a nova geração de metódicos franceses estreita, particulariza e identifica a História à nacionalidade. A história torna-se uma pedagogia e um sistema de ensino, que arrasta consigo na torrente do progresso o cortejo de mortos de uma sociedade assolada pelo furor da guerra e da destruição.

Assim, um aspecto fundamental deste contexto nacionalista diz respeito ao desenvolvimento da História como narrativa que sacraliza a

nação: as origens, o desenvolvimento, a representação da nação como uma militância da cidadania nas definições do século XIX. François Furet (S.d.) num texto intitulado o nascimento da História aponta para o fato de que ela surge da fusão da historia filosófica e da pesquisa antiquaria: daí o surgimento da disciplina que tem um objeto (a nação) um método (erudito-filológico) e uma pedagogia: a formação do cidadão. Embora esta fusão apareça, por assim dizer, bastante linear no texto de Furet, a questão é bastante complexa. Por exemplo, Arnaldo Momigliano (2004) aponta a problemática relação entre antiquários e historiadores e Antony Grafton (1988), seu discípulo americano nega, que esta ‘fusão’ esteja conclusa inclusive em nossos dias. Estudando as notas de rodapé na tradição ocidental, Grafton evidencia como ainda em nossos dias o trabalho do historiador possui esta duplicidade: de um lado ele é uma narrativa sobre determinado objeto e de outro, conta a história da própria pesquisa e da construção metodológica.

A hagiografia da nação é, por exemplo, o programa de La Revue Historique, editada por Gabriel Monod a partir de 1876. Fruto da derrota de Sedan que amputou a Alsácia e a Lorena, uma de suas preocupações é o resgate da integridade territorial perdida. Diz Gabriel Monod (2006, p. 61):

No que se refere especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram em nossa pátria facções hostis, vinculadas a tradições históricas especiais, e aquelas que, mais recentemente foram mutilando devagar a unidade nacional criada pelos séculos obrigam-nos a despertar afinal, na alma da nação a consciência de si mesma por meio do conhecimento profundo de sua historia.

Sobre esta passagem François Dosse (1999, p. 17) observa: “A historia tem, portanto, um valor essencialmente nacional de reconquista das fronteiras exteriores e de pacificação do interior”.

Também não é por acaso que no século XIX surge na Europa uma cartografia ‘nacionalista’, cuja função era a de promover uma ‘consciência nacional’: “tanto à geografia como à história eram dados papéis importantes na educação cívico-patriótica” (BLACK, 2005, p. 99). A idéia que a geografia e a história se complementavam data deste período. O geógrafo Adrien-Hubert Brué, na introdução de seu Atlas de 1828, afirmava:

La géographie doit être une compagne fidèle de l'histoire; elle en rend l'étude plus sûre et plus facile. Sans le secours qu'elle lui prête; ses tableaux ressemblent à des peintures d'une belle ordonnance, d'un dessein admirable, si l'on veut, mais qui manquent de lumière; la mémoire erre alors confusément dans un chaos de faits et de dates qui ne se rapportent à rien; au moyen de ces secours, au contraire, tout se fixe avec ordre; l'histoire a décrit un événement: la géographie fait voir en quelque sorte le lieu qui en fut le theater; l'un et l'autre s'aidant mutuellement restent ineffacement empreints dans l'esprit du lecteur (Apud BLACK, 2005, p. 104).

Ernest Lavissee é o grande mestre dessa historia nacionalista. É no Petit Lavissee, que as crianças da escola pública aprenderão a história da nação, narrativa que conta batalhas heróicas nas quais muitos sacrificaram a vida pela pátria. No Dicionário de Pedagogia de 1885, Lavissee (Apud. DOSSE, 1999, p. 18) escreve o verbete História no qual observa aos professores: “Se não se tornar um cidadão compenetrado de seus deveres e um soldado que ama seu estandarte, o professor terá perdido tempo. Isso é o que deve dizer aos futuros mestres o professor de história da escola normal como conclusão de seu curso”. Este programa foi tão bem sucedido que, ninguém menos que Marc Bloch escreve em seu brilhante testemunho intitulado A estranha derrota:

Sou judeu, se não pela religião, que não pratico [...] ao menos por nascimento. [...] Só reivindico minha origem num único caso: diante de um antisemita. Mas [...] as pessoas que venham fazer oposição ao meu testemunho [...] responderei que meu bisavô foi soldado em 1793, que meu pai serviu em 1870, em Estrasburgo, diante do cerco, que meus dois tios deixaram voluntariamente a Alsácia natal, depois de sua anexação ao Segundo Reich, que fui criado no culto dessas tradições patrióticas, das quais os israelitas do êxodo alsaciano sempre foram os mais ardentes defensores; e enfim, que a França, [...] será sempre a pátria da qual não saberia arrancar

meu coração. Nasci aqui, bebi na fonte de sua cultura, fiz de seu passado o meu, só respiro bem sob seu céu e tenho me esforçado, por meu lado, para defendê-la o melhor que puder (BLOCH, 2010, p. 12-14).

Neste processo de construção da ‘Nação’, três elementos precisam ser destacados. O primeiro deles diz respeito ao desenvolvimento econômico. A idéia de um desenvolvimento cumulativo se consolida com o surgimento da sociedade industrial. Como observa Ernest Gellner, (2000, p. 117) trata-se da passagem para uma sociedade nacional moderna em que:

[...] o principio-chave de validação não é a riqueza como tal, mas afluência crescente. Essa sociedade baseia-se não apenas na grande riqueza, mas acima de tudo, no crescimento econômico. O que legitima a ordem social é a previsão de uma melhora contínua [...] A idéia de progresso é a expressão filosófica dessa atitude.

As transformações econômicas implicaram na formação de um novo cidadão, útil, morigerado, trabalhador e disciplinado, como fundamento da nova ordem. Assim, a formação de um sistema de instrução pública tornou-se uma obrigação do Estado, visando a padronização cultural, dito de outro modo, a busca do apagamento das diferenças culturais locais e regionais, isto é, da diversidade tão valorizada pelos românticos, em favor da unidade nacional. A sociedade industrial avançada

[...] não só permite, como exige a homogeneidade da cultura [...] tem que ser padronizada e disciplinada. Tudo isso só pode ser obtido através da educação contínua. Esse tipo de sociedade é marcado pela implementação quase completa do ideal da educação universal. [...] o produto final: uma sociedade móvel, atomizada e igualitária, com uma cultura padronizada que seja letrada [...] e cuja manutenção, disseminação e fronteiras sejam protegidas por um Estado. Dito de maneira ainda mais sucinta: uma cultura, um Estado; um Estado, uma cultura (GELLNER, 2000, p. 119).

## Patrimônio e Nação

Neste sentido, interessa aqui, particularizar a temática do surgimento da noção moderna de Patrimônio. Antes de tratar de casos específicos, uma definição mais geral, que importa na percepção de que Patrimônio antes de tudo é constituído por determinadas relações com o mundo e com o tempo. De acordo com François Hartog (2003, p. 166):

une manière d'être qui relie entre ees e donne sens a ces pratiques. Um certain mode de rapport au monde e au temps. Une conscience, le plus souvent inquiete, que quelque chose ( objet, monument, site, paysage) a disparu ou est em passe de disparaître d l'horizon. Il faut donc une crises du temps.

Trata-se pois, da atribuição de significados e de ressignificações de acordo com determinada temporalidade:

Si l'on reprend la classification propose par Krzysztof Pomian, les objets du patrimoine sont des 'semiophores': des 'objets visible investis de significations'. Que patrimoine et temporalités soient indissolublement liés est une évidence, puisque le patrimoine est la réunion dès semiophores que se donne, à um moment ( et pour um moment), une société. Ils traduisent donc le type de rapport qu'une société decide d'entretenir avec le temps. Le patrimoine rend visible, exprime un certain ordre du temps, où compte la dimension du passé. Mais il s'agit d'un passe dont le présent ne peut on ne veut detacher complètement. Qu'il s'agisse de le célébrer, de l'imiter, de le conjurer, d'em tirer du prestige ou, simplement, de pouvoir le visiter. Regardant vers le passe, le souci patrimonial serait-il seulement ou même principalement passiste? Non, puisqu'il s'agit du passe – d' un certain passe – dont une forme de visibilité importe au présent (HARTOG, 2003, p. 166-167).

Assim Hartog aponta momentos 'patrimoniais' específicos. Como, por exemplo, as relíquias cristãs, não são apenas 'narrativas memoriais' do evento fundador do cristianismo – a Vida de Cristo. São também insígnias de legitimação de um poder de direito divino e signos junto aos que se reconhecem como membros daquela nação nova dos cristãos.

Já o caso do Japão é interessante, pois após a Revolução Meiji, o país foi dotado de uma legislação de proteção de obras arquiteturais e artísticas que permitem entrever a diferença de concepção sobre patrimônio. Duas leis no século XIX, 1871 e 1897, dizia respeito à preservação de antigos santuários e templos. A lei de 1897 introduz a noção de tesouro nacional, o que segundo Hartog (2003, p. 168), indica que o valor do objeto deriva do seu fundo imaterial, sua origem divina. Em 1919, junta-se a este conjunto, uma lei sobre a preservação de sítios históricos, de monumentos naturais, e em 1950, uma lei sobre a proteção do patrimônio cultural intangível. Hartog então ressalta duas particularidades desta legislação. A primeira, é que ela prevê a “reconstrução periódica de certos edifícios religiosos”. A cada 20 anos, o santuário da deusa Amaterasu é reconstruído identicamente com madeira de cipreste. Não há, portanto, o dilema ocidental de conservar ou restaurar. A segunda, diz respeito ao fato de que a legislação de 1950, confere ao artista e ao artesão um título que pode recompensar um indivíduo ou um grupo que é o de “detentor de um importante patrimônio cultural intangível” com benefícios financeiros, mas que obriga a estes, a transmitir seu saber. Assim, o que importa reter aqui, é que é esta disposição em que o objeto é menos importante do que a atualização de um saber fazer que se transmite e assim se atualiza (HARTOG, 2003). Trata-se, portanto, de outra relação com a sociedade e com o tempo, distinta da linear ocidental. Mas nem sempre o ocidente vivenciou um tempo linear.

No mundo antigo, a ideia de um tempo que descreve um movimento cíclico que remete à eternidade. Assim a vida do homem e a existência do mundo, dado á sua perenidade pode ser representada por uma reta finita. A história, cujo fundamento é o ver e o ouvir, tem a finalidade de preservar as ações e palavras dos homens (ARENDDT, 2001). Os monumentos, estátuas, quadros, são restaurados para a eternidade de um mundo assim constituído bem como de suas formas políticas. Como observa Roland Mortier:

[...] la ruine – curieusement inexistante pour lês Grecs –

n'interesse les Latins que comme image matérielle du Destin: elle n'est pas une présence, mais une absence, ou un vide, le témoignage d'une grandeur disparue, la marque négative de la grandeur détruite (Apud. HARTOG, 2003, p. 170).

Restaurar, portanto, é assegurar a durabilidade em um mundo, cuja grandeza é permanentemente ameaçada pelo envelhecimento e pela decrepitude.

A Renascença como todos sabem, se volta para a Antiguidade como modelo. É porque ocorreu um deslocamento na ordem do tempo: o passado é passado, e está lá, como 'recurso e como fonte'. Assim os monumentos passam a ser investidos de um valor artístico e histórico. O que comanda esta operação é o ideal de restituição, um deslocamento da história como mestra da vida. Esta restituição é vista como restauração (renovatio). Lorenzo Valla, por exemplo, se torna um dos defensores da assimilação entre a língua latina e a civilização romana: "[...] restaurer le latin dans son excellence classique équivaut a refonder Rome" (Apud. HARTOG, 2003, p. 178). Assim há uma refundação de um modelo de autoridade:

L'audace de la Renaissance avait besoin d'un exemple, et Il ne pouvait pas en être de autre que toute la réalité, littérairement connue, d'un modele antique resplendissant de gloire (...). L'audace consistait à élire ce passe. D'oú un "ordre de réverence" qui était aussi un ordre du temps. Le passé antique est passe et son exemple fait autorité (HARTOG, 2003, p. 183).

É no contexto do iluminismo, da revolução industrial e da revolução francesa, que o passado adquire a forma de uma origem e torna-se assim História. O surgimento da disciplina, com seu modelo narrativo linear que tem por função glorificar a nação e formar o cidadão, expressa este deslocamento do tempo. O patrimônio torna-se também nacional. A revolução é este momento de criação:

La Révolution este ce moment d'appropriation collective, ou ses acteurs ressentent l'orgueil de voir um patrimoine de famille devenir um patrimoine collectif. De même qu'il y a

transfert de souveraineté, il y a a transfert de propriété: au nom et sur le nom de la Nation (HARTOG, 2003, p. 193).

O tempo torna-se assim, ele próprio o ator do grande drama da história da humanidade: o passado uma herança, o presente, a experiência inédita, imediata e um futuro aberto ao progresso da humanidade: está-se diante do universal, da aceleração do tempo. Como observa Hartog (2003, p. 205):

Le patrimoine est um recours pour temps de crise. S'il y a ainsi des moments du patrimoine, il serait illusoire de s'arreter sur une acception unique du mot. Au long des siècles, des pratiques de type patrimonial dessinent des temps du patrimoine, qui correspondent à des manières d'articuler d'abord présent et passe, mais aussi, avec les remises em cause de la Révolution, le futur: présent, passe et futur.

Paralelamente, as lutas sociais e democráticas ao longo do século XIX e XX opuseram-se à esta memória e à esta patrimonialização da nação, em nome das memórias parciais dos vários grupos sociais, todos buscando ser reconhecidos como legítimos. O estado agora deve criar as condições para salvaguardar o que é tido por patrimônio pelos diversos atores sociais. O memorial suplanta a monumento: a memória deve ser mantida viva e transmitida.

Está-se mais uma vez diante da diversidade, que torna pertinente as questões: universal ou particular? Passado, presente ou futuro? Não mais impor os valores do estado nação, seus semióforos, mas provocá-los em uma remissão a um passado que se foi a um eterno presente e a um futuro que não é mais promissor e que se apresenta em sua decrepitude antes de sua realização? Tentar-se-á, ensaiar algumas reflexões sobre estes tópicos a partir da experiência do evento: Memórias do Nazismo: 70 anos da Exposição Entartete Kunst (Arte Degenerada).

### **Memórias do terror: 70 anos da Exposição Entartete Kunst (Arte Degenerada)**

Em 2007 o Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da

Universidade Estadual de Londrina realizou em conjunto com a Associação Livre o evento Memórias do Nazismo: 70 anos da Exposição Entartete Kunst (Arte Degenerada). Realizado nos dias 03 e 04 de outubro, a programação do evento era composta pela exibição em dois horários e discussão dos filmes: Arquitetura da Destruição de Peter Cohen e O triunfo da vontade de Leni Riefenstahl. Além disso, foram montadas a instalação Re(de)genere e uma exposição virtual na homepage do CDPH.

A questão que se apresenta é: por que Memórias do Nazismo? Não deveria ser o fenômeno, já condenado quase que universalmente, esquecido, ou apenas lembrado pela sua face mais cruel: os campos de extermínio e o Holocausto? Este último é permanentemente reificado no mundo contemporâneo por meio de múltiplas mídias e tem a força de propaganda política nas questões do chamado Oriente Médio, cuja finalidade escapa aos objetivos deste texto, mas não pode, por outro lado, deixar de ser registrado.

Como efeito da propaganda, o Nazismo acaba se reduzindo ao Holocausto, isto é, à sua manifestação mais tardiamente conhecida em sua totalidade. Somente após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra foi possível se avaliar a extensão da tragédia que se abateu sobre os judeus, ciganos, negros, homossexuais e outros grupos que o regime tentou exterminar.

A despeito da ampla literatura especializada que procura explicar o fenômeno, ela está restrita aos meios acadêmicos, enquanto que ao grande público restam os relatos dos sobreviventes, por si só, fundamentais: são as memórias da catástrofe, também exploradas por ampla bibliografia especializada, assim como pelo cinema.

Assim a pergunta pode ser, em sentido geral, respondida com a idéia de que socialmente as Memórias do Nazismo se limitam e se confundem com às do Holocausto. Mas o Nazismo não é apenas o Holocausto. É também o roteiro que leva até ele: os campos de extermínio representam, segundo Tzvetan Todorov (1995), o coroamento lógico do projeto. Assim, seria importante fazer uma provocação ao público, no sentido de que este experimentasse a construção do nazismo e de sua reinterpretação contemporânea com objetivo de promoção de uma reflexão sobre o tema da intolerância. Melhor seria dizer, das várias formas de intolerância e de como, cada indivíduo é, pela aceitação, pelo silêncio, pela omissão e mesmo pela ação, responsável pelas práticas intolerantes. Optou-se assim, por trabalhar a partir do campo da estética Nazista, isto é, a arte utilizada como propaganda da supremacia ariana como

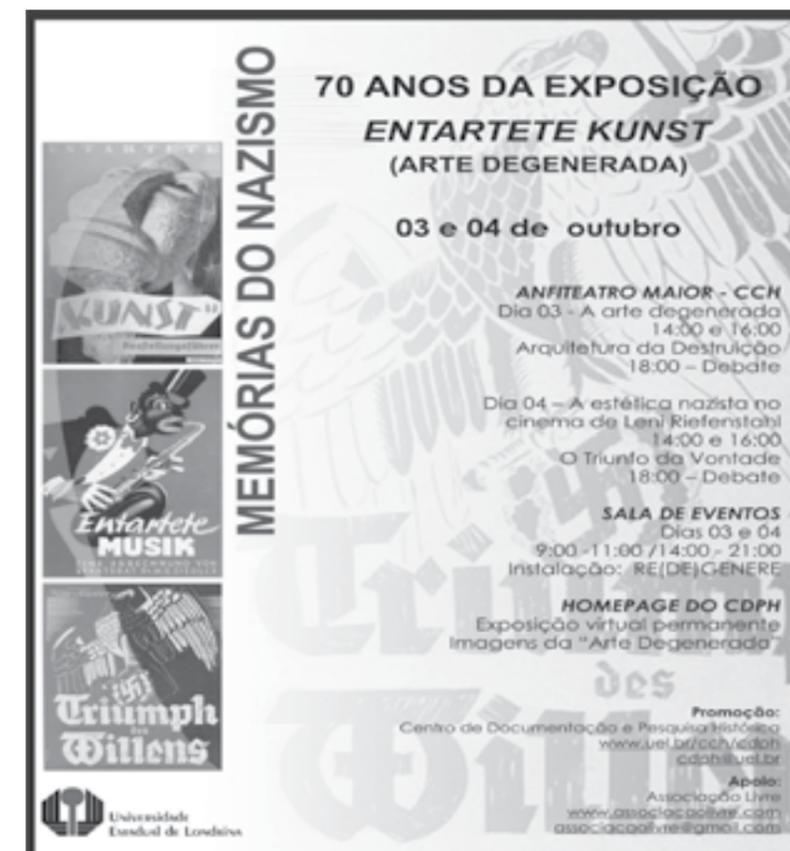
ideal a ser instaurado pela guerra e pelo extermínio.

Neste sentido, a abordagem estético-política remete diretamente à reflexão sobre as práticas quotidianas, articulando determinada cultura histórica e um processo de educação patrimonial. De fato, não é o nazismo como resultante, mas as práticas dele advindas, muitas vezes invisíveis socialmente que devem ser discutidas. Isto porque não apenas a arte considerada degenerada pelos nazistas - cujas obras, ou pelo menos algumas delas atualmente são consideradas 'patrimônio da humanidade' - mas a exposição "Arte Degenerada" de 1937 contraditoriamente coexistem em nossa sociedade, embora isto não seja imediatamente percebido.

Procurou-se, desde o início, isto é desde a elaboração do cartaz do evento, fugir às imagens convencionais do Nazismo. Tratou-se de uma sobreposição de imagens de cartazes produzidos pelo regime sobre a arte, tendo ao fundo, em marca d'água o cartaz de lançamento de O triunfo da vontade.

Assim esperava-se atrair o público para o evento, partindo das próprias formulações estéticas do Nazismo: tratava-se de causar impacto e despertar a atenção para a proposta.

As duas exposições dos filmes estavam lotadas, e após os mesmos ocorreram os debates com o público presente.



Para os fins deste texto importa explicar a dinâmica da arte instalação Re(de)genere. Segundo um de seus idealizadores:

A arte instalação Re(De)Genere buscou criar um espaço interativo de reflexão sobre a intolerância a partir de uma interpretação da exposição do Partido Nacional Socialista Alemão “Arte Degenerada” de julho 1937. O evento realizado em Munique reuniu obras de artistas modernos para mostrar ao público que a arte moderna seria um desequilíbrio alienante resultado da conjugação do dinheiro capitalista com a cultura de massa manipulada pelos comunistas. A arte foi utilizada como uma arma de indução, um forte veículo de propaganda ideológico-partidária, o artista “perfeito” seria aquele que reproduziria a Alemanha “perfeita” sob a luz da eugenia (BACARAT, S.d).

O título da instalação convida à ambigüidade do sentido, permitindo uma interpretação mais aberta ao público: re(de)genere/regenere. Em outras palavras, trata-se de re(de)genear o contemporâneo e ressignificá-lo na discussão da intolerância.

A instalação foi realizada na Sala de Eventos do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina. Foi idealizada pelos artistas: Gabriela Canale, Regina Egger Pazzanese e Guilherme Bacarat. A sala foi especialmente preparada: janelas vedadas para criar um ambiente escuro, reproduções de obras consideradas ‘degeneradas’ foram fotocopiadas em preto e branco, e perfaziam uma galeria desde a entrada até a saída. Ao centro, cadeiras dispostas na forma da suástica e a projeção ininterrupta do vídeo “Re(de)genere, de 8:37” .

Na entrada da exposição, a palavra: degenerere, associada à imagem de Adolf Hitler.

Ao adentrar a exposição, o participante era provocado a manifestar-se no painel interativo, formado por uma imagem do nazismo ao topo, seguido da frase a ser completada: “admito, sinto um impulso de intolerância por...”.



O resultado deste painel, que os participantes eram convidados a preencher espontaneamente, surpreendeu a organização: foi necessária a troca dos mesmos várias vezes, pois em dois dias mais de 600 pessoas se fizeram presentes à mesma.



O resultado deste painel, que os participantes eram convidados a preencher espontaneamente, surpreendeu a organização: foi necessária a troca dos mesmos várias vezes, pois em dois dias mais de 600 pessoas se fizeram presentes à mesma. Esses painéis preenchidos compõem juntamente com todo o material da exposição, o acervo do Centro de Documentação atualmente. Um estudo dos tipos de impulsos de intolerância do público pode ser realizado pelos pesquisadores.

Após esta inserção, o participante assinava o livro de visitação e era registrado com um número carimbado em seu pulso, como se estivesse adentrando a um campo de concentração.

Este ato, de numerar, encontrava seu referente na própria exposição, associando o participante à situação, buscando criar um vínculo de solidariedade:



Ao adentrar à exposição propriamente dita, o participante se deparava com o discurso inaugural da exposição de 1937 colado no chão. De um lado, configurando uma espécie de galeria, imagens de obras tidas como 'degeneradas', fotocopiadas em preto e branco, retocadas nos detalhes pelos artistas:



Ao final da galeria, um convite:



A intenção era proporcionar ao participante, o impacto do termo higienização, associando a este o significante nazista. A porta era falsa, isto é, somente uma simulação, mas praticamente todos os participantes tentaram abri-la para visualizarem o que haveria no seu interior, a despeito da imagem

nela aposta.

Ao centro então, a projeção do vídeo, que era assistido em carteiras dispostas na forma da suástica:



Do outro lado da sala, a galeria de saída apresentava o horror do totalitarismo nazista, o resultante da busca do belo, da arte total, empreendida pelo regime:

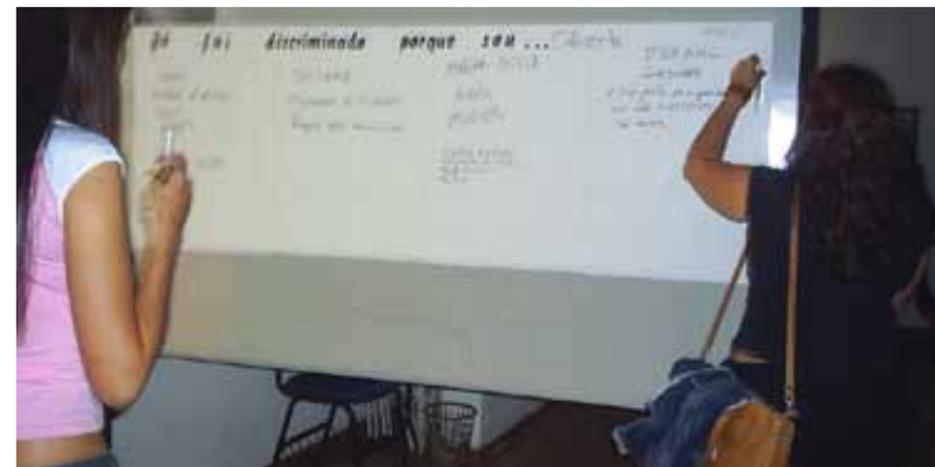


Do teto da sala, pendiam livros queimados, reproduzindo simbolicamente a destruição da cultura:



Finalmente uma nova, solicitação ao participante. Um segundo painel interativo, seguido da frase a ser completada: “Já fui discriminado por que sou...”

As folhas deste painel também compõem o acervo do evento, no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, podendo ser utilizado em estudos acerca da discriminação e da intolerância no mundo contemporâneo. Na saída um apelo pela ressignificação do mundo:



Além do vídeo Re(de)genere, a exposição ainda contou sua própria história em fragmentos através do vídeo Arte-Instalação Re(de)genere de 8'37



## Considerações finais

A noção de “arte degenerada” não é uma criação nazista, assim como as de anti-semitismo, de racismo e de outras que compuseram a ideologia do regime.

Foi Max Nordau, o co-fundador do Movimento Sionista Internacional juntamente com Theodor Herzl, que em 1893 publicou um livro intitulado *Entartung* (Degeneração), onde afirmava entre outras coisas, que “toda arte moderna era patológica, incluindo aí Wagner, Marllarmé, Baudelaire e os impressionistas” (NICHOLAS, 1996, p. 17). Evidentemente, Nordau compartilhava das visões decadentistas do final do século XIX que terminou por ensejar uma reação conservadora que valorizava e reatualizava os ideais classicistas:

[...] esses setores [...] do conservadorismo reviravam o passado em busca de motivos para atualizar e avivar sua *Weltanschauung* [...] todos declaravam encarnar as virtudes imemoriais dos tempos pré-industriais. Além disso, inclinavam-se também a designar a cultura e a arte como os índices reveladores da saúde da sociedade civil e política. Em termos totalmente vagos, denunciavam a civilização moderna por desfigurar e destruir estilos, formas e gostos vitais e eternos da alta cultura. Sintonizados com os estetas e decadentes desencantados do fin de siècle, os ultraconservadores em particular, denunciavam a vida urbana como o principal viveiro da modernidade a que se opunham [...] Por sua vez apresentavam o conjunto de vilas e aldeias de camponeses, pequenos burgueses, clérigos e notáveis como o contra-ideal da cidade devassa (MAYER, 1987, p. 290).

Nos anos vinte, um grupo de “filósofos” da arte, partindo da noção de “degeneração” de Nordau, terminou por formular as idéias que configuraram o credo dos nazistas em relação a arte. Dois livros representam o ápice deste “pensamento”: *Arte e Raça* de Paul Naumberg e *O mito do século XX* de Alfred Rosenberg. Este segundo, por exemplo, considerava o Expressionismo Alemão como “sifilítico, infantil e mestiço” (NICHOLAS, 1996, p. 18).

*Entartung* (degeneração). A força da palavra e da expressão *Entartete*

*Kunst* (Arte Degenerada), não pode aqui ser desprezada. Como observou Victor Klemperer (2009), o efeito mais intenso da propaganda nazista, não foram discursos, panfletos ou bandeiras:

[...] o nazismo – diz ele – se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente [...] A língua [...] conduz meu sentimento, dirige minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela inconscientemente [...] poucas palavras foram cunhadas pelo Terceiro Reich, talvez nenhuma. A linguagem nazista usa empréstimos do estrangeiro e absorve muito do alemão pré-hitlerista. Mas altera o sentido das palavras e a frequência de seu uso (KLEMPERER, 2009, p. 54–55).

É exatamente por isso, que não se pode falar da *Entartete Kunst* sem uma referência, mínima, ao conceito de totalitarismo.

O ímpeto modernizante dos estados totalitários, especialmente do nazismo pode às vezes ofuscar e até confundir diante dessa tentativa de retorno ao passado, ao classicismo e ao “ideal antigo do belo” adotado pelo regime no campo das artes. Esse deslocamento é, contudo, apenas uma apropriação realizada pelos ideólogos nazistas e por Hitler. E é no ambiente do fin de siècle e início do século XX que essa construção se processa.

A primeira questão diz respeito à idéia de movimento. O iluminismo, com a criação da idéia de um progresso indefinido em direção a um futuro melhor, fez com que tudo fosse posto à égide das leis do movimento. As metanarrativas filosóficas definiram história e natureza como mudança, como transformação. É o caso do positivismo, do marxismo, do evolucionismo. O progresso era assim a superação do “velho”, do “degenerado” na história e na natureza. A revolução para Marx é uma ruptura que advém do ‘apodrecimento’, do “colapso” da “degenerescência” do capitalismo promovendo o fim da história e dando origem ao reino da felicidade. Na natureza, a ‘seleção’ dos mais fortes daria origem a uma nova humanidade. Assim, este novo mundo, depende da execução lógica e fria das leis do movimento:

[...] no corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total que se destina a converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza. [...] O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea (ARENDR, 1989, p. 516 – 517).

Assim, é o bem da “raça pura”, superior que está em jogo nesta execução das leis naturais e históricas. A figura do “inimigo”, ou seja, aquele que, de um modo, ou de outro, e apenas por existir, representam a antítese deste bem. A síntese deste processo é o extermínio dos indesejáveis, portadores de deficiências físicas, homossexuais, as raças inferiores, ou seja, tudo aquilo que contraria esta visão de uma história sublimada pelo belo. É a partir desta lógica que se refaz o ideal antigo do belo pelo nazismo.

No limite trata-se de efetivar na realidade a teoria do progresso, o que implica no caso do totalitarismo, na imagem da sociedade como um único corpo, isto é, como uma totalidade sem oposição onde tudo se move em um movimento único. O inimigo, portanto, é uma doença a ser exterminada. Não se pode esquecer que o extermínio se inicia com os alemães portadores de deficiência física, uma ameaça, à integridade do corpo social do Reich. Não é, portanto, ao acaso, que as artes modernistas foram comparadas à degeneração e à decrepitude: os experimentos modernos foram associados à representação das “doenças modernas”, das “deformidades do corpo humano” das “raças inferiores” enquanto o belo e o saudável deveriam ser a expressão máxima do regime. Também o pacifismo foi repudiado como “inimigo” pois a “guerra” era a forma de regenerar o mundo.

Essa forma de pensar indica a natureza única do totalitarismo que - em oposição à monarquia com sua fundamentação na teoria do direito divino ou da democracia com seu fundamento na ideia de soberania popular - extrai unicamente de si, do processo revolucionário que o engendra, a sua legitimidade. Decorre disto que no limite não há sociedade, não há pensamento, não há divisão: apenas o corpo do regime.

A supressão da criação, da espontaneidade, do pensar e a estruturação de uma nova linguagem, como bem o demonstrou Klemperer constitui a essência do nazismo. George Orwell em seu livro 1984 representa magistralmente este

movimento da construção de uma nova linguagem, a partir do diálogo entre os personagens Syme e Winston:

- como vai o dicionário – perguntou Winston [...]  
- (Syme) - a décima primeira edição será definitiva. Estamos dando à língua a sua forma final, a forma que terá quando ninguém mais falar outra coisa. [...] tenho a impressão de que imaginas que nosso trabalho consiste em inventar novas palavras. Nada disso! Estamos destruindo palavras – às dezenas, às centenas, todos os dias. Estamos reduzindo à língua à expressão mais simples. [...] É lindo destruir palavras [...] Sabes que Novilingua é o único idioma do mundo cujo vocabulário se reduz de ano para ano? Não vês que todo o objetivo da Novilingua é estreitar a gama do pensamento? No fim tornaremos a crimeia literamente impossível porque não haverá palavras para expressá-la. [...] Com efeito, não haverá pensamento, como hoje o entendemos. Ortodoxia quer dizer não pensar. Ortodoxia é inconsciência.

Arte degenerada, raça degenerada, sociedade degenerada. No final, o objetivo é o desaparecimento da ideia, pois nada mais haverá senão o belo, o novo. Mesmo quando tudo se tornar ruínas, essas seriam memórias de um tempo em que o belo reinou sobre a terra.

Uma última confusão, portanto, deve ser ainda desfeita. O apelo ao passado, à ancestralidade greco-romana, o apelo ao sangue nórdico, ao vínculo com a terra, à germanidade, foi por muitos confundido com um retorno ao romantismo. Victor Klemperer é um dos autores que promove esta vinculação:

Eu tinha e tenho em mim a consciência inabalável a respeito da ligação íntima entre o nazismo e o Romantismo alemão. Pois tudo que caracteriza o nazismo está contido no romantismo como semente: a deposição da razão, a animalização do homem, a idealização do pensamento do poder, do predador da besta louca (KLEMPERER, 2009).

Ainda que seja compreensível, a ideia constitui uma flagrante injustiça

e um terrível anacronismo.

De fato, como já se observou aqui, o Romantismo foi responsável pelos mais generosos impulsos no sentido da compreensão e da valorização da diversidade e da multiplicidade. Esses impulsos tornam iniludível uma reflexão sobre as relações entre o universal e o particular. Há aqueles que tendem a compreender o nazismo como um fenômeno delimitado no tempo e no espaço. Porém, como outras vozes fazem lembrar, a novidade do evento totalitário, coloca em questão a possibilidade de sua permanência e de sua universalidade. Uma destas vozes questiona nas ruínas de Auschwitz desde 1950:

O crematório está fora de uso, hoje os nazistas estão fora de moda. Nove milhões de mortos assombram essa paisagem. Quem de nós vigia nesse estranho observatório para avisar da vinda de novos carrascos? Será que eles são diferentes de nós? Em alguma parte entre nós, há kapos com sorte, chefes ressurgidos, informantes? Há os que não acreditavam, ou só de vez em quando. E há nós, que olhamos essas ruínas, como se o velho monstro concentracionário estivesse morto sob elas, que retomamos a esperança diante da imagem que se afasta como se sarássemos da peste concentracionária. Nós que fingimos que isto pertenceu a um tempo, a um país. E que não olhamos em volta de nós. E que não ouvimos o grito que não cala!

Hannah Arendt (2009) denomina esse grande fenômeno do século XX, decorrente dessa novidade como “banalização do mal”.

Assim, ressignificar a exposição “Entartete Kunst” de 1937, é um movimento da cultura histórica e da educação patrimonial na medida em que apresenta uma questão contemporânea, que não pertence a um tempo e a um país e que deve ser preocupação de todos aqueles que têm um interesse desinteressado pela humanidade. Assim, essa questão só pode ser abordada de uma perspectiva cosmopolita, o que permite compreender não apenas o passado, mas os novos extermínios, os novos muros, os novos fenômenos concentracionários em curso nos dias atuais. A cada figura humana vilipendiada, agredida, desprezada por que é negro, mulher, homossexual,

judeu, palestino, cada muro que se ergue, cada confinamento que se produz, esta exposição faz ressurgir a pergunta: “Em alguma parte entre nós, há kapos com sorte, chefes ressurgidos, informantes?”

O evento Memórias do Nazismo pretendeu inspirado nos impulsos românticos e iluministas, ecoar aquele grito que não se cala, provocando o olhar sobre nosso entorno de um ponto de vista cosmopolita. Como observa Tzvetan Todorov (2010, p, 209): “A abordagem cosmopolita não abole as diferenças, mas confere-lhes um quadro comum e um estatuto de igualdade de direitos”.

## Referências

- ARENDRT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Eichman em Jerusalem: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. O conceito de história antigo e moderno. In. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BACARAT, Guilherme. **Vídeo Arte-Instalação Re(de)genere**. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WoDBbjC1b9E>
- BLACK, Jeremy. **Mapas e história: construindo mapas do passado**. Bauru: EDUSC, 2005.
- BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CROCE, B. **A História: pensamento e ação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo**. São Paulo: EDUNESP, 1999.
- FURET, François. **A oficina da História**. Lisboa: Gradiva, s/d.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In BALAKRISHNAM, Gopal ( org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Campinas: Papyrus, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité: presentisme et experience du**

**temps.** Paris: Editions du Seuil, 2003.

HERDER, J. G. Ideias para a Filosofia da História da Humanidade. In GARDNER, Patrick. **Teorias da história.** Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984.

HOLANDA, Sérgio B. **Ranke: História.** São Paulo, Ática, 1974.

KLEMPERER, Victor . **LTI, a linguagem do terceiro reich.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MAYER, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: EDUSC, 2004.

MONOD, Gabriel. Introdução. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique*, Tomo I, 1876. In SILVA, Glaydson Jose ( Org.). **A escola metódica.** Campinas: UNICAMP, 2006.

NICHOLAS, Lynn H. **Europa saqueada: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ORWELL, George. 1984. Disponível em: [www.lisandrosellis.kit.net/obras/ORWELL%20-%201984.pdf](http://www.lisandrosellis.kit.net/obras/ORWELL%20-%201984.pdf)

RANKE, Leopold Von. O conceito de história universal. In MARTINS, Estevão de Rezende ( org). **A história pensada.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 202.

RÜSEN, Jörn. ¿ Qué ES La cultura história; Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la história. Traducción de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Unpublished Spanish version of the German original text in K. Füssmann, H.T. Grütter and J. Rüsen, eds. (1994). **Historische Faszination.** Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen.english.html>

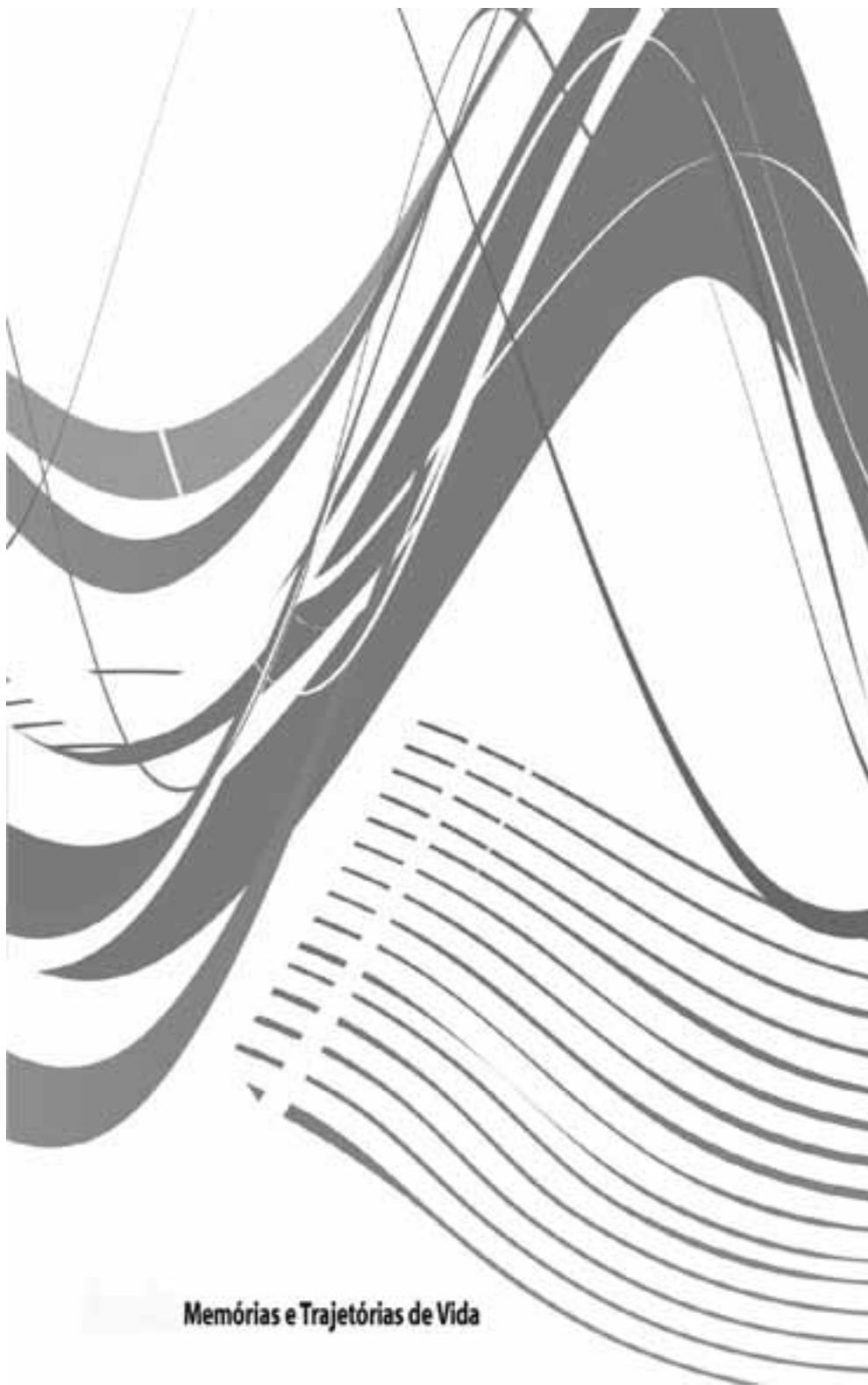
RÜSEN, Jörn. **História viva.** Brasília: Editora da UNB, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Em face do extremo.** Campinas: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **O medo dos bárbaros: para além do choque de civilizações.** Petrópolis: Vozes, 2010.

**Recebido em:** 08 de dezembro de 2011.

**Aprovado em:** 25 de fevereiro de 2012.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# A TRAJETÓRIA DE VIDA INTELLECTUAL DE VICTOR DUMONCEL FILHO

## A path of intellectual Victor Dumoncel Filho life's Camino de la trayectoria intelectual de Victor Dumoncel Filho

Isléia Rossler Streit<sup>1</sup>

1. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (2003), docente no Departamento de História da UNICENTRO, Campus de Irati-PR

STREIT, Isléia Rossler. A trajetória de vida intelectual de Victor Dumoncel Filho e suas implicações na Primeira República. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 63-73, 2012.

### Resumo

Victor Dumoncel Filho é o personagem deste texto. Sua trajetória de vida está vinculada à história política do Rio Grande do Sul, especialmente quanto aos anos que compreendem a Primeira República. Sua atuação se deu com maior proeminência entre os anos de 1910 e 1930, porém sua influência política local e estadual extrapola esta data e se estende até o período de 1960 nos anos da ditadura militar.

### Palavras-chave

História política, intelectualidade, trajetória de vida.

### Abstract

Victor Dumoncel Filho Victor Dumoncel Son is the character of this text. His life story is linked to the political history of Rio Grande do Sul, especially for the years comprising the First Republic. His performance was given greater prominence in the years 1910 and 1930, but its influence local politics and state extrapolates this date and extends to the period of 1960 years of military dictatorship.

### Keywords

Political history, intellectual, life path.

### Resúmen

Víctor Dumoncel Filho es el carácter de este texto. Su historia de vida está ligada a la historia política de Rio Grande do Sul, en especial para los años que comprenden la Primera República. Su actuación fue dada una

mayor importancia en los años 1910 y 1930, pero sus influir en las políticas locales y estatales extrapola esa fecha y se extiende hasta el período de 1960 años de dictadura militar.

### Palabras clave

Historia política, intelectual, trayectoria.

O final do século XIX é dotado de acontecimentos na estrutura política brasileira capaz de caracterizar o período com peculiaridades bastante férteis para pesquisas históricas. De um modo geral, nas sombras do nascente período republicano se projetavam os conceitos e as práticas políticas herdadas do sistema colonial e também do período monárquico, adquirindo, em alguns cenários, reproduções vigorosas somadas às estratégias de construção do “novo” poder institucional. Ou seja, discute-se o novo, o novo regime de governo, nas estruturas do antigo, na estrutura das facções que se articulam e (re)articulam.

No campo das práticas políticas consolidaram-se estruturas de mando, articuladas a redes de poder e de mandonismo local em diferentes espaços do nascente país republicano. Práticas intituladas e em sua maioria vinculadas ao conceito de coronelismo atuaram nas instâncias políticas institucionais ou em consonância destas, em diferentes níveis. Ou seja, a história política tem se dedicado ao estudo da especificidade do poder local no Brasil, quer seja definido por coronelismo, patronagem, clientelismo, respeitando as características de ocorrência em níveis locais (municipais) e estaduais, seus entrelaçamentos e cooptações nas múltiplas realidades econômicas, sociais e culturais do país.

No campo das discussões teóricas, o terreno ora descrito se mostra ainda mais fértil, pois é possível ensaiarmos novos olhares, outros focos e visualizar determinantes ocultas pelos olhares investigadores e seus trabalhos já concluídos. Trocando as falas, os estudos sobre a história política brasileira, tomam elementos da história cultural, tais como trajetória de vida e de intelectualidade, no sentido de significar o olhar da história política pela abordagem da cultura. Sandra Jatahy Pesavento ressalta o político entre correntes do domínio da História Cultural quando anuncia a releitura do político sob este viés. Segundo a autora, “às vezes chamada de Nova História

Política, essa postura resulta do endosso, pelos historiadores do político, dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise na História Cultural” (PESAVENTO, 2008, p. 75).

Desta forma, à ação de líderes e personalidades locais atuantes nesta estrutura de mando republicana, e até antes dela, será somada às características intelectuais manifestadas, numa composição inovadora do cenário. Embebida no mundo das representações de poder, podemos amparar o estudo naquilo que os grupos ou os indivíduos utilizaram para acreditar em alguém ou em algo, constituindo elementos de poder simbólico e de coesão social (PESAVENTO, 2008). Neste sentido, o viés da intelectualidade é um elemento de análise pertinente para compor este quadro articulado de legitimidade de poder, muito mais de fato do que de direito.

Ressalta-se, neste sentido, o objetivo central deste texto que é de (re) significar a atuação do coronel republicano Victor Dumoncel Filho no estado do Rio Grande do Sul, sob a ótica da intelectualidade, trabalhando a história política embebida nos pressupostos da história cultural. Ou seja, demonstrar os traços do “caudilho”, “gaúcho”, “peleador” da Revolução de 1923, armado para a prática da degola, relacionado às características de homem das letras, aos hábitos de leitura e escrita que possuía o coronel.

## A intelectualidade nas estâncias do Rio Grande do Sul

Para fins de contextualização, cabe lembrar que os anos iniciais da república sulina vivenciaram o conflito, silencioso e armado, de dois partidos políticos: Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e Partido Federalista (PF). Desta constituição partidária surgiram os principais grupos rivais de enfrentamento, que carregaram a responsabilidade, para o primeiro grupo, da constituição do novo cenário político que se formava no estado, centralizado na República; para o segundo grupo, da possibilidade de novas articulações com vista à manutenção do poder tido até então (FÉLIX, 1996). Portanto, para fins de contexto analítico, os anos iniciais da república gaúcha justificam o estudo de personagens representantes desta descrição, tomado seu passado intelectualizado como pauta de pesquisa na articulação dos conflitos e também no entendimento do quadro político.

A atuação política do coronel Victor Dumoncel Filho pode ser mais

bem relatada associada aos aspectos relacionados à vida do ‘caudilho’ – termo que se formou na região conhecida como a fronteira móvel do Rio Grande do Sul no século XVIII e XIX. Ou seja, diz respeito a tipos especiais de homens preparados para situações de enfrentamentos, que pudessem assegurar a manutenção do domínio utilizando-se de diferentes formatos, seja armado ou não. O termo caudilho, presente no estado desde sempre, foi transmutado para os coronéis do período republicano projetando-os de certa forma como heróis à maneira daqueles. O coronel em questão projetou a região do Planalto gaúcho, especialmente o município de Santa Bárbara do Sul, na esfera da política estadual, embora Victor nunca tenha aceitado ser chamado assim, como caudilho.

Algumas informações biográficas já foram sistematizadas por Loiva Otero Félix onde se relata sobre o personagem, que “nasceu na fazenda do Capão Ralo (10/4/1882), município de Cruz Alta, e faleceu em 6 de setembro de 1972 em Santa Bárbara do Sul. Foi a figura política mais importante da cidade de 1900 até 1937, embora sua atuação tenha continuado bastante identificada até o pós-64” (FÉLIX, 1996, p. 157).

Seguindo a prática desenvolvida por todos os estancieros da elite gaúcha, Victor Dumoncel Filho foi para São Leopoldo realizar seus estudos no Colégio dos Jesuítas, sendo colega de José Antônio Flores da Cunha, Getúlio Dorneles Vargas, Nereu Ramos, João Neves da Fontoura, Paim Filho, entre outros. Segundo depoimento de João Osório Dumoncel, filho do coronel Victor Dumoncel Filho, este se desentendeu com Getúlio Vargas no Colégio dos Jesuítas, razão pela qual permaneceriam como rivais posteriormente (STREIT, 2003).

Considerando os depoimentos já coletados dos familiares do personagem, presentes na obra de Streit, Victor Dumoncel Filho não seguiu seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo por motivos afetivos, pois era muito apegado à avó paterna, tendo voltado para Santa Bárbara, onde logo começou a conquistar seu espaço na política regional. Dentre suas ações, casou-se com a filha do general Firmino Paula, liderança significativa do PRR em nível estadual e líder absoluto em Cruz Alta. Segundo o depoimento de Lauro Prestes Filho, o coronel Victor casou-se por motivos políticos: “Foi uma maneira que ele encontrou para conseguir, mais rapidamente, chegar a cargos políticos de destaque”. Por indicação, em 1904 tornou-se promotor público; em 1906, recebeu o diploma do Centro Republicano de Cruz Alta, o

que comprova ter sido um correligionário do partido; em 1910, foi nomeado capitão assistente da 16ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional; em 1912, foi eleito membro do Conselho Municipal de Cruz Alta, no qual, através das eleições seguintes, se manteve até 1923 (STREIT, 2010).

A conjuntura política republicana, que necessitava da colaboração dos coronéis para o continuísmo político, possibilitou a gradual ascensão de Victor Dumoncel Filho, que iria se consagrar na Revolução de 1923 e deixar visíveis suas características de liderança militar, bem como portador de um porte autoritário, imponente, destemido, senhor de um zeloso espírito de lealdade partidária ao PRR (FÉLIX, 1996). Os laços de parentesco com os principais líderes políticos regionais e estaduais justificam, também, seu destaque como força republicana no 4º Distrito de Cruz Alta – Santa Bárbara do Sul. Seu contexto familiar sugere outro elemento de composição da “estirpe”. Porém, para além dos dois elementos citados, os traços intelectuais do personagem se manifestam somando como fundamentais para a completa definição de sua trajetória de vida. Indiretamente, relaciona-se sua intelectualidade com a fundamentação e aporte para a própria elite política que esteve à frente da consolidação do PRR no estado.

Seguindo nesta percepção, se faz o estudo de trajetórias intelectuais trabalhando com elementos da história política do Rio Grande do Sul numa análise de escala reduzida e numa percepção de trajetórias individuais e familiares, de grupos sociais e redes de sociabilidade, mapeando continuidades e rupturas na formação de uma cultura de poder própria do final do século XIX e início do XX. Afinal, está vinculado ao próprio conceito de intelectualidade, permitir que tais personagens sejam vistos como mediadores culturais e como atores do político, relativamente engajados na vida política (GIL, 2010).

Sirinelli (1996) nos ajuda nestas definições, no sentido de olhar a produção intelectual como uma história de forte teor ideológico, ainda mais quando nela estão associados aspectos que manifestem uma grande paixão. Neste sentido, o contato e a dedicação de tais personagens com diversificadas leituras surge como uma constatação pertinente para a construção de uma concepção de intelectualidade política própria do período de transição monarquia/república no Rio Grande do Sul, indo contra, especialmente a representação formada no tocante aos redutos, a priori, rústicos, brutos e desprovidos de letras como são comumente projetadas as estâncias do interior do Estado.

Colaborando na perspectiva teórica de construção do campo, Francisco Falcon na sistematização da história das ideias, chama a atenção para os formatos de concepção obtidos por ela durante o século XX. Inicialmente a postura dos Annales, pouco simpática, condenando certo tipo de história das ideias, de viés positivista, feita de ideias descarnadas, coisificadas, e de estilo historizante. Porém, na observação de alguns de seus trabalhos, Bloch, com *Os Reis taumaturgos*, Lefebvre, com *O grande medo de 1789*, Lucien Febvre, com *Um destino*, Martinho Lutero, Erasmo, *A contra-reforma e o espírito moderno*, demonstram a possibilidade de realização de uma história da intelectualidade comprometida com uma análise, seja da coletividade, seja de psicologias individuais, seja englobando questões como a linguagem, como as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas (FALCON, 1997, p. 109).

As discussões historiográficas quanto ao próprio estatuto da ciência histórica e também dos limites e possibilidades de seus objetos e temas foram a partir dos Annales obtendo delineamentos e esclarecimentos. Tornaram-se mais plausíveis a partir da década de 1970, já então na terceira geração das discussões, apontando perspectivas de uma nova abordagem do real passado, que coloca a História em alta novamente (PESAVENTO, 2008). Com a história intelectual, não foi diferente. Portanto, a história intelectual tem oscilações constitutivas próprias na caminhada para a definição de seu corpus, especialmente neste tema de abordagens que segue no caminho da cultura.

Na afirmação de Sirinelli, a metade da década de 1970 significou um novo impulso para a história intelectual, no sentido de minimizar seu caráter indigno, obtendo aumento de estudos principalmente pelo âmbito do social. Às discussões da história da intelectualidade estão associados os esforços da história política e da história cultural, no interesse de seus pesquisadores por grupos sociais estatisticamente limitados, pelas contribuições da biografia, pela história do tempo presente, etc. Neste sentido, cabe aos pesquisadores deste aporte teórico, ajudar na sua reabilitação, dando suporte teórico-metodológico capaz de mostrar sua função na construção historiográfica de seus cenários (SIRINELLI, 2003).

Neste sentido, nos perguntamos: como identificar a intelectualidade nas ações políticas destas lideranças locais, destes caudilhos ou quer sejam coronéis? Questionamento de ligação entre o personagem pesquisado e os pressupostos teóricos da história intelectual, além da própria história política,

criam um laço de pertencimento da conceituação com o caso. Neste sentido, lembramos que a república gaúcha inaugurou um novo formato de mando, de estrutura local de mando como já foi definido pela historiografia (FÉLIX, 1996; ELMIR, 1993; PERES, 1994) salvo até mesmo uma nova cultura política, com características bastante associadas à personalidade de seus líderes, como nos é oportuno de exemplo Victor Dumoncel Filho.

Sirinelli propôs duas questões que nos servem, ainda hoje, de parâmetro para responder dúvidas como as que cercam nossa personagem de estudo. Para ele, o grupo, de intelectuais, objeto de estudo, pode ser definido com o caráter sociológico e cultural que engloba os criadores e mediadores culturais, tais como jornalistas, professores, escritores, etc.; bem como, definidos pelo cunho político, referindo-se àqueles engajados, direta ou indiretamente na vida das cidades. Ainda assim, nada impede que as duas posições possam ser trabalhadas de maneira articulada, na perspectiva de complementaridade, tendo em vista que a especialidade cultural do intelectual possa refletir sua postura política, ou vice-versa (SIRINELLI, 2003).

Victor Dumoncel Filho em sua trajetória política fez por opção se manter ligado à cidade de onde suas raízes lhe amparavam, portanto fez de sua cidade, Santa Bárbara do Sul, um local de projeção. Não era necessário sair, no sentido de fixar residência em outro lugar, para dar conta de seus afazeres políticos. O coronel montou uma estrutura de ligação que atraíam para ele os olhares e a caminhada daqueles que necessitavam de seus serviços, inclusive ‘aconselhamentos’ políticos sobre as decisões e os rumos a serem tomados pelo estado.

Em uma reportagem da Revista do Globo, de 1962, o repórter Ney Fonseca, descreveu sobre Dumoncel, que “olhando-o bem, jamais diríamos que foi um homem terrível, um homem cuja voz de comando poderia matar ou salvar condenados ao fuzilamento”. Neste sentido, se projeta uma de suas características: de homem sábio, cometido, proveniente de uma eclética formação intelectual capaz de entender os processos e acontecimentos políticos, constitucionais, além dos bélicos do estado e também do país (STREIT, 2003).

Em seu acervo documental encontram-se em catalogação inúmeras revistas de circulação nacional e estadual, como exemplo a revista O Cruzeiro; diversos jornais regionais e também de circulação estadual, como por exemplo O Jornal Correio do Povo e o Diário Serrano. Tal característica atribui a Dumoncel uma liderança capaz de ter um entendimento para além da sua

região de atuação.

O hábito da leitura e da escrita deu a ele traços diferentes dos demais coronéis da região. É comum verificar nas revistas e nos jornais escritas do coronel manifestando seu ponto de vista sobre a reportagem, sua crítica, sua sistematização ou questionamentos sobre o assunto. Para citar um exemplo, consta suas anotações feitas em 25 de abril de 1957 na revista O Cruzeiro, de 13 de novembro de 1957, sobre a foto do ex-governador do estado Borges de Medeiros:

Numa tarde chuvosa, escura (são 6:05) triste, como são as de pleno inverno, acabo de ler as declarações indiretas do grande homem Dr. Borges, todo ponderação e verdades! Lutei ao seu lado desde os 18 anos, só falhei em 1932, o que muito me arrependo, depois do erro voltei a respeitá-lo e a admirá-lo como sempre (FÉLIX, 1996).

Conduta esta responsável, em muitos casos, pelos encontros em sua casa com lideranças políticas estaduais para a troca de ideias e para o planejamento de ações futuras.

## Conclusão

Relacionar personagens políticos, ações políticas no interior gaúcho do início do século XX parece fugir às caracterizações comumente escritas, narradas. Por ora, exemplificamos o hábito do coronel. Mesmo já passados os anos de sua mais atuante presença política, entre 1910 e 1930, noutro cenário sócio-político que compreende o da década de 1950, dedicava-se ao entendimento dos acontecimentos em que esteve mergulhado, teorizando e refletindo sobre eles, como nos mostra o fragmento acima. Neste sentido, por vias da história intelectual podemos, com este caso específico, associar à característica de homem do campo e do interior, coronel das armas, das lutas e das batalhas presentes nos textos escritos pela historiografia para tratar do coronel no Brasil sugestões de revisões para a concepção de liderança local no estado.

Questionar se os elementos de homem com seus capangas, que impunha o respeito pelas armas e pela violência, o terrível homem, eram apenas os únicos

necessários para manter a relação tão próxima e de cooptação com a república positivista de Borges de Medeiros, se faz necessário. Para tanto basta lembrar, com Loiva Otero Félix, os aspectos essenciais para a compreensão do coronel gaúcho do período republicano: a oposição ao ideal de representatividade da ideologia liberal; a desconsideração pela verdade eleitoral; a concepção de liberdade sob tutoria; o conservadorismo, elitismo e autoritarismo, o ideal de moralização dos indivíduos e da sociedade pela tutela do estado, exercida pelo governo esclarecido, entre outros (FELIX, 1996).

Os estudos sobre o coronelismo no estado manifestam dois elementos principais como mecanismos de articulação do poder do estado com o poder dos coronéis, ou seja, a organização policial e seu aparato coercitivo e a legislação eleitoral e a regulação das eleições em nível local (FÉLIX, 1996, p. 133). Com a ampliação das percepções sobre a importância da inserção de estudos de trajetória de vida política das lideranças, bem como as características de intelectualidade descritas no texto, podemos contribuir com a re-significação e a ampliação destes elementos no sentido de outra leitura do tema do coronelismo no Rio Grande do Sul e também na historiografia brasileira.

## Referências

- CARONE, Edgar. Coronelismo: definição histórica e bibliográfica. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 11(3), jul/ago. 1971.
- COLUSSI, Eliane Lucia; DIEHL, Astor Antonio. **Guardados da memória política: o caso dos Vargas**. Passo Fundo: EDIUPF, 2008.
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. In: **Memória e sociedade**. Rio de Janeiro: Beltrand do Brasil, 1990.
- DIEHL, Astor Antonio. **A cultura historiográfica dos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira**. Porto Alegre: Evangraf, 1993, vol. IV.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Olhares sobre si e o outro: as várias faces do coronelismo. **Cadernos de Estudos – Curso de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre: UFRGS, n. 8, dez. 1993.
- FALCON, Francisco. História da Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

KONDER, Leandro. História dos Intelectuais nos anos 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PERES, Sebastião. **Coronéis e colonos: das crises internas do poder coronelístico à emergência dos colonos como sujeitos autônomos**. (Dissertação de Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

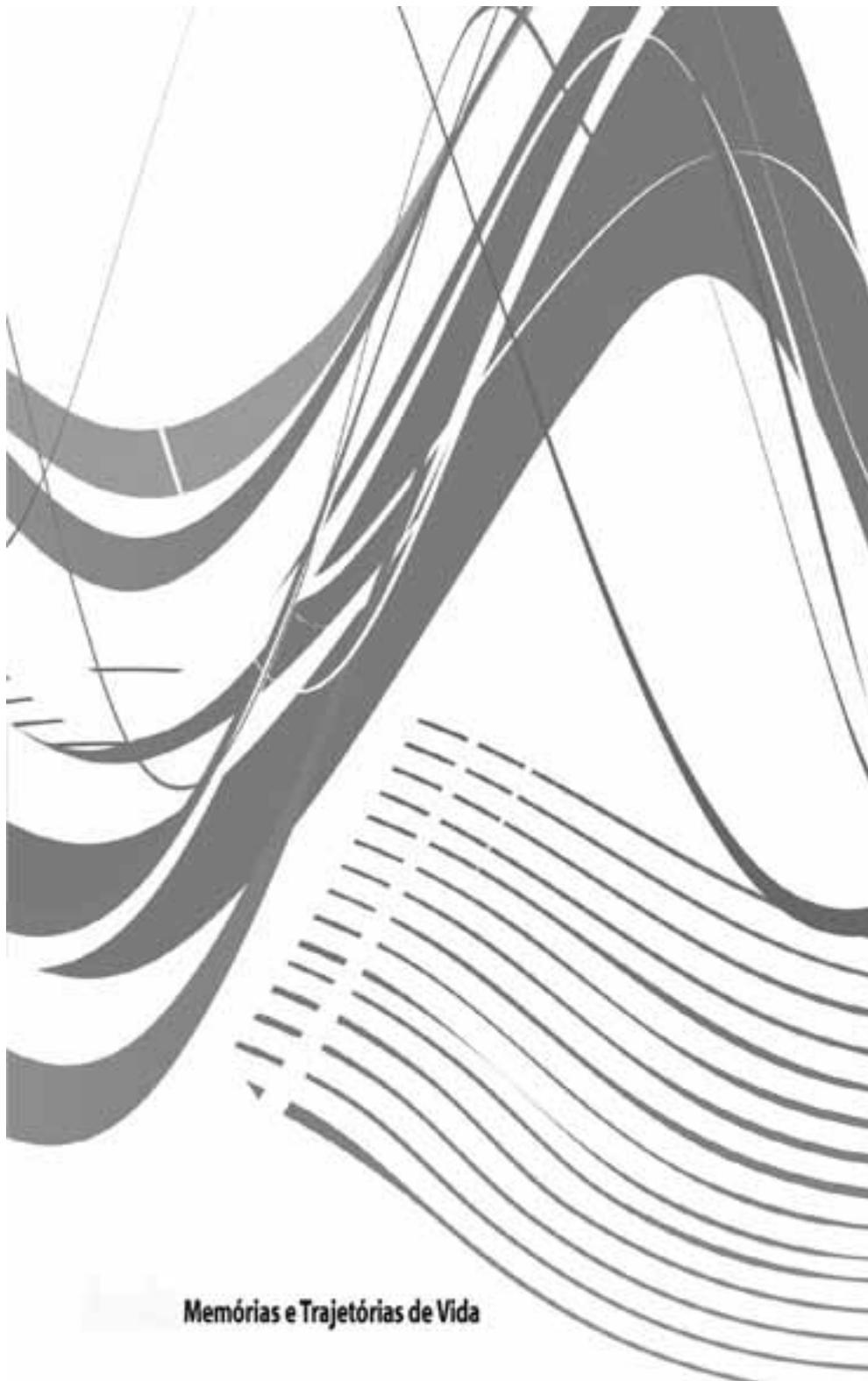
SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. IN: RÉMOND, René. (org.) **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2003.

STREIT, Isléia Rossler. **Entre ditos e não-ditos: o coronelismo e a imigração**. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

STREIT, Isléia Rossler. O coronelismo e a imigração alemã no Planalto Médio Gaúcho durante a República Velha. In: HEINSF ELD, Adelar [ et al] (orgs). **Política e cultura**. Passo Fundo: Méritos, 2010.

**Recebido em:** 30 de janeiro de 2012.

**Aprovado em:** 06 de março de 2012.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# TRAJETÓRIA DE UM IMIGRANTE NO SUL DO BRASIL: FRIEDRICH CHRISTIAN KLINGLHOEFFER (1826 – 1838)

Trajectory of an immigrant in southern Brazil: (1826-1838)  
Trayectoria de un inmigrante en el sur de Brasil: (1826-1838)

José Edimar Souza <sup>1</sup>

1. Mestrando  
em Educação -  
UNISINOS.

**SOUZA. José Edimar. Trajetória de um imigrante no Sul do Brasil: Friedrich Christian Klingelhoetter (1826-1838) . *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 77-89, 2012**

## Resumo

A pesquisa analisa os motivos que teriam levado um “cura de almas” a empunhar armas contra o Império Brasileiro, no primeiro quartel do século XIX. Friedrich Christian Klingelhoetter, popularmente conhecido como “Pastor Farrapo”, com seu envolvimento na Revolução Farroupilha passou a ser conhecido como pastor mártir da causa republicana no Rio Grande do Sul.

## Palavras-chave

Biografia histórica, história regional, imigração alemã, Revolução Farroupilha, Friedrich Christian Klingelhoetter.

## Abstract

The research analyzes the reasons that would have taken a “cure of souls” to take up arms against the Brazilian Empire in the first quarter of the nineteenth century. Friedrich Christian Klingelhoetter, popularly known as “Pastor Farrapo”, with its involvement in Farrington Revolution came to be known as pastor martyr of the Republican cause in Rio Grande do Sul also is recognized as the “First War Chaplain by the Brazilian Army”, for being the first foreigner to serve in a religious war.

## Key-words

Historical biography, regional history, German immigration, Revolução Farroupilha, Friedrich Christian Klingelhoetter.

## Resúmen

El estudio examina los motivos que habría tenido un “cura de almas” a tomar las armas contra el Imperio del Brasil en el primer trimestre del siglo XIX. Friedrich Christian Klingelhoetter, conocido popularmente como “Pastor Farrapo”, con su participación en la Revolución Farroupilha y llegó a ser conocido como mártir pastor de la causa republicana en Rio Grande do Sul.

## Palabras-clave

Biografía histórica, la historia regional, la inmigración alemana, Revolução Farroupilha, Friedrich Christian Klingelhoetter

## Introdução

A pesquisa, cujo objetivo é recompor fragmentos da trajetória de um imigrante do século XIX que teve importante participação na Revolução Farroupilha (1835-1845), de relevância local para o Vale dos Sinos. Pretende-se reconstruir aspectos da trajetória biográfica de Klingelhoetter, pastor, soldado, colono. Entende-se que “[...] as biografias são apenas as roupas e os botões da pessoa.

A vida da própria pessoa não pode ser escrita” (SCHMIDT, 2004, p. 142-143). Dessa forma, como propõem Bourbieu (1996) ao se reconstruir uma trajetória de vida observa-se as limitações impostas pela “ilusão biográfica” da recomposição, pela pesquisa, de toda uma vida, portanto, o que se constrói representa uma possibilidade de leitura para se compreender e interpretar o passado.

Em busca dos motivos que justificam o interesse por essa pesquisa, desde a infância, a rua “Pastor Farrapo”, no centro do município de Campo Bom, despertara minha curiosidade. O desconhecimento da comunidade sobre a memória de Klingelhoetter talvez tenha colaborado para este estudo, uma vez que estamos em constante mudança e particularmente nos dias de hoje elas acontecem tão rápido que quase não temos tempo de refletir, ou mesmo de registrar na memória os acontecimentos. A chamada globalização é um fenômeno universal.

Porém, nós só conseguimos viver o nosso planeta, se soubermos o que aconteceu e o que acontece no “nosso pedaço”, naquele que ou nascemos, ou escolhemos para viver. Pesquisar Klingelhoetter é uma tentativa de atualizar nossa memória e nossa cultura. Este é um processo em construção, como a própria vida, não tem um ponto de chegada, estamos o tempo todo aprendendo, ensinando, interpretando e produzindo conhecimentos.

Contudo, este estudo quer rememorar, a partir da figura de Klingelhoetter,

a história da comunidade campo-bonense percebendo sua trajetória singular entrelaçada à história coletiva. Com certeza, não só Klingelhoetter, mas os colonos imigrantes que participaram como ele do desenvolvimento local e colaboram para o progresso de nosso país merecem reconhecimento que transcenda “lugares de memória” (NORA, 1993).

### **Caminhos metodológicos**

A História é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e novos projetos para o presente e para o futuro. Dessa forma, o passado que estudamos é uma construção. Essa construção é, em princípio, tão válida quanto à outra, quer possa ser apoiada pela lógica e por evidências, quer não. O exercício de escrita da História pressupõe a elaboração de um discurso sobre o passado, o historiador a faz como expectativa de resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos.

Preservar a memória histórica significa preservar a alma de uma comunidade humana com fatos importantes. “[...] O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em processo, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa” (BLOCH, 1997, p. 17). Assim, as formas para perscrutar e construir o conhecimento representam a perspectiva dinâmica do tempo sendo relevantes as marcas de memórias registradas e analisadas na revisão bibliográfica e na entrevista oral.

Esta pesquisa é um ensaio de revisão bibliográfica, a ele novos estudos devem somar-se. Mesmo que a fonte principal tenha sido a bibliográfica utilizou-se da História Oral, com a entrevista ao tetraneto de Klingelhoetter no intuito de complementar e acrescentar dados a investigação. Ainda localizaram-se documentos ditos oficiais, no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, incorporados ao estudo no sentido de entrecruzar fontes na reconstrução da trajetória deste Pastor-soldado.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa que, no Brasil, tem sido amplamente utilizada na área dos estudos culturais por sociólogos, antropólogos e historiadores. No panorama mundial, a iniciativa pioneira de estudos dessa natureza ocorreu com as gravações realizadas por Allan Nevins, nos Estados Unidos, ao final da década de 1940. Por motivos ainda pouco explorados, a utilização da História Oral ocorre tardiamente em alguns países,

dentre os quais o exemplo mais notável é o caso da França, berço da maior revolução na historiografia – a escola dos Annales. No Brasil, embora haja registros de pesquisas desenvolvidas segundo essa abordagem em tempos mais remotos, a Associação Brasileira de História Oral é fundada em 1975 e a aplicação desse recurso por universidades e outras instituições é flagrante a partir da década de 1980.

A opção pela abordagem da História Cultural, conhecida, em um primeiro momento como “Nova História” em contraste com a “antiga” considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que se construíram. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural se constituiu a partir da história francesa dos Annales, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p. 32). Dessa forma, buscou-se apreender os mais amplos dados para compreensão de Klingelhoetter, através dos aspectos: econômico, social e da vivência cotidiana, considerando sua função para a compreensão da história da comunidade. A história se constrói de ações simultâneas e múltiplas num determinado ambiente.

A trajetória de um sujeito deve ser abordada no contexto, sendo ele criador das práticas culturais que dela resultam. Chartier (2002, p. 25) compreende que cada micro história pretende reconstruir, a partir de uma situação particular a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. Portanto, são objeto da história as relações sociais que definem as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos. Investiga-se, contudo, como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de diferentes indícios, sinais e sintomas. Destacando-se os aspectos que pretendem explicar como um determinado comportamento se estrutura coerente e significativamente numa “forma de vida”.

Utiliza-se como ‘ferramentas’ metodológicas para reconstrução do espaço-tempo dessa trajetória, do ponto de vista da revisão bibliográfica, as referências feitas a Klingelhoetter por Hunsche (1977), Amado (2002), Dreher (2002), Lang (1996), Reis (1994) que reúnem os estudos mais expressivos sobre o Pastor Farrapo e a perspectiva teórico-metodológico que orienta a escrita

desta pesquisa. Dessa forma, vali-me das referências feitas a Klingelhoetter ampliando a discussão sobre os motivos que teriam levado este Pastor a apoiar a causa liberal-farroupilha.

Diante da Revolução Farroupilha e das idéias de justiça e liberdade proporcionadas pelos “farroupilhas”, Klingelhoetter (Pastor Farrapo) se engaja na revolução, percebendo nessa, uma oportunidade para realizar os objetivos que vinha nutrindo desde o momento de sua chegada no Brasil, quando se deparou com muitas promessas não cumpridas pelo governo.

### **Klingelhoetter – Trajetória na Alemanha**

Quando da chegada de Klingelhoetter no Brasil (1826), o cenário político encontra-se repleto de agitações. É o momento do nascimento do primeiro Império e também da transformação econômica do país recentemente independente. No Rio Grande do Sul as dificuldades e precariedades criam inconvenientes para o projeto imigratório. A situação adversa encontrada por Klingelhoetter alimenta desde o início as decepções com o governo imperial.

Por intervenção do Major Jorge Antônio Von Schaeffer, ‘Agent d’Affaires Politiques’, de D. Pedro I, preocupado com o atendimento médico e religioso dos seus colonos, chega no período de 1824 até meados de 1826 à Colônia Alemã de São Leopoldo, três médicos com curso acadêmico e três curas de almas para o grande número de imigrantes de religião evangélica. João Jorge Ehlers (1824), Carlos Leopoldo Voges (1825) e Friedrich Christian Klingelhoetter (1826). Os alemães que colonizaram o Brasil são provenientes de diversos Estados Alemães, dos quais Württemberg, Mecklemburgo, Hamburgo, Lübeck, Bremen e Palatinado, porém, a propaganda imigratória parece receber maior destaque na região do Grão-Ducado de Hessen-Darmstadt, local de onde parte, em 1825, Klingelhoetter e sua família.

Friedrich “Christian” Klingelhoetter, nasceu em 15 de setembro de 1784 em Battenberg, no então Ducado-Eleitoral de Hessen-Kassel, irmão gêmeo de August “Karl”. Era o segundo de cinco filhos do conselheiro florestal (Forstrat) Friedrich “Ludwig” Klingelhoetter (1740-1812) e de Karoline Frederike Schlechter (1765-1832), filha de um alto funcionário da corte grão-ducal de Hessen-Darmstadt (‘Fürstlich Hessen-Darmstädtischer Hofrat und Vogt’). Casou entre 1810 e 1811, em Buchenau com Luise Stapp, nascida em 07 de dezembro de 1794, em Biedenkopf, Ducado de Nassau. De fevereiro de 1809 até fevereiro de 1819, exerceu seu primeiro pastorado em Buchenau,

sendo depois transferido para Bobenhausen, perto de Ulrichstein, onde cuidava, também, das comunidades de Petersheyner Hof e de Rappelsmühle. Em Bobenhausen permaneceu até 1825, quando emigrou para o Brasil.

Klingelhoetter criou-se no seio de uma família nobre da elite de Hessen-Kassel. Indivíduo eminentemente letrado possuía formação acadêmica em Teologia pela Universidade de Giessen, Hessen-Kassel, sendo o quarto pastor evangélico a vir para o Brasil e o terceiro para o Rio Grande do Sul.

[...] o Pastor Klingelhoetter em Bobenhausen foi, nas suas horas vagas, um assíduo caçador, um verdadeiro Nenrod. Certo dia, exercendo essa mui nobre ocupação, entrou em conflito com o guarda-bosque Reitz, mais tarde mestre-de-bosque em Dieburg, e conta-se que teriam disparado tiros um contra o outro. Em consequência disso, ambos teriam obtido meio ano de reclusão na praça forte de Bobenhausen. Para evitar complicações posteriores, o pastor, amante da caçaria, teria emigrado para o Brasil (HUNSC, 1977, p. 345).

Tal incidente talvez explique, em parte, o envolvimento do orgulhoso e impetuoso pastor a abraçar, com tanto fervor, a causa do ideal farrapo: remanescentes de insatisfações para com a sociedade pela qual se sentia ferido. Além de sentir-se marcado diante da comunidade em que exercia seu pastorado e das autoridades Eclesiásticas e Civis, talvez contribuindo para sua decisão pela imigração.

Um aspecto importante para compreender o envolvimento deste pastor-colono na Revolução Farroupilha deve-se ao fato de ter ficado esperando, mais de dois meses, na capital do jovem Império, “perto da corte” a fim de obter, diretamente do Imperador, as terras (uma sesmaria) que lhe haviam sido prometidas e nunca negadas. D. Pedro, porém, naqueles meses inquietos em que ainda estava em jogo a separação política de Portugal, ocupava-se da sua importante viagem de pacificação à Bahia, da qual voltaria só em abril de 1826. Klingelhoetter, já decidido a estabelecer-se no sul do país (nas margens do Rio Jaguarão), postergou várias vezes a sua partida a Porto Alegre, até, finalmente, embarcar no dia 15 de fevereiro de 1826, na “sumaca ligeira”, uma embarcação pequena e, como já indicava o nome, ligeira, que transportava, além da família pastoral, conforme consulta ao Arquivo Público

do Rio Grande do Sul, quatro escravos, o que era incomum aos imigrantes alemães naquela época.

### O Pastor Klingelhoetter e os primórdios de Campo Bom

A história de Campo Bom, região do Vale dos Sinos (Rio Grande do Sul) está vinculada à história da comunidade Evangélica Luterana. Os imigrantes trouxeram para Campo Bom hábitos de uma vida religiosa intensa, tanto do lado protestante quanto do católico. Como em toda região de colonização alemã, também a educação e a escola foram desde o princípio uma das maiores preocupações.

Na colônia de São Leopoldo, estava a comunidade de Campo Bom, que em pouco tempo passa a ocupar um espaço privilegiado no que diz respeito ao trabalho dos artesãos especializados. O lugarejo era passagem garantida dos tropeiros, no qual, devido à vegetação ali existente faziam paradas obrigatórias. Dessa forma, a comunidade vai ganhando corpo e o ‘Travessão – Strassendorf’ (atual Av. Brasil) tornou-se um espaço importante com a fundação da Igreja- Escola da comunidade.

A família Klingelhoetter chega na Colônia Alemã de São Leopoldo em 17 de abril de 1826 e o Pastor Klingelhoetter recebeu um lote de 77 ha. Como qualquer outro ‘colono’ ficou nos confins da ‘Costa da Serra’ em Campo Bom, entre as terras de João Blos e João Vetter. Todas as recomendações e vantagens do seu ‘status’ de nada lhe serviram. Registra-se que o pastor chegara num momento inoportuno visto que [...] José Feliciano Fernandes Pinheiro, o grande idealizador da colonização germânica, já não era mais Presidente da Província e seu sucessor era inexperiente, ineficiente e de atitudes duvidosas (HUNSCHE, 1977, p. 348).

Em maio de 1829, alegando a grande distância e a região pantanosa a ser atravessada para participar do culto, 243 colonos do lado oeste do Rio dos Sinos enviaram uma petição ao Governo Imperial, solicitando que o Pastor Frederico Cristiano Klingelhoetter, atuando há algum tempo ao lado do pastor Ehlers, fosse confirmado como pastor daquela região, sendo também remunerado pelo Governo. Com a oficialização do cargo houve a primeira

separação na Comunidade Evangélica de São Leopoldo.

Klingelhoetter parece ter se dedicado até 1827 exclusivamente à lavoura, passando a partir de então, a atender, por iniciativa própria, a vida espiritual e religiosa dos seus conterrâneos protestantes, limitando-se a não entrar em conflito com o Pastor Ehlers na Feitoria Velha. Atendendo aos colonos evangélicos de Campo Bom, Hamburgo Velho, Dois Irmãos, Bom Jardim (hoje Ivoti) e Estância Velha, povoações em formação no lado direito do Rio dos Sinos. A separação das colônias do lado esquerdo e direito deu-se somente em 1829, depois da construção, em 1828, em Campo Bom, da primeira igreja evangélica do Rio Grande do Sul, com recursos próprios do pastor e o auxílio de alguns paroquianos. As terras do cemitério foram doadas por Jacob Dreyer e Pedro Hirt, que apesar de católico doou o terreno onde se construiu a Igreja de madeira, mais tarde substituída por outra de alvenaria.

Cabe ao Pastor Klingelhoetter o mérito de ter sido junto com os seus fiéis o construtor da primeira Igreja de culto protestante no Rio Grande do Sul. Na igreja de Klingelhoetter, aos domingos, se realizavam o culto divino e, nos dias da semana, funcionava uma escola, cujo mestre era o próprio pastor.

Klingelhoetter também exercia, no intervalo do trabalho comunitário, a profissão de colono, sendo morador do “Morro das Pulgas” (atual Bairro Rio Branco, de Campo Bom). Possuía sua residência próxima ao atual Campo Esportivo do Oriente, localizada entre as propriedades de João Blos e João Vetter. O trabalho agrícola visava complementar, seus esparsos ganhos comunitários, que impossibilitavam maior dignidade de vida.

Klingelhoetter teve seis filhos sendo a 1ª filha Karoline Klingelhoetter casada com Reinhard Frank, Johanna Sophia Klingelhoetter casada com José de Moura, George Karl Wilhem Hermann Klingelhoetter (único filho), também general farroupilha, Auguste Karoline Elise Klingelhoetter casada com Johann Georg Fayet (descendente do entrevistado) e Ernestine Wilhelmine Hedwig Klingelhoetter casada pela primeira vez com Nicholas Hasslocher, divorciou-se antes de 1857 e casou novamente, em Porto Alegre, com Wilhelm Bruegger. E Emilie, a única nascida no Rio Grande do Sul.

### Klingelhoetter e a Revolução Farroupilha: algumas reflexões

Distante de discutir a Revolução Farroupilha na articulação de suas causas, consequências e conceitualização terminológica, a proposta é compreender a maneira pela qual se deu o envolvimento do Pastor

Klingelhoeffer, posteriormente, “Pastor Farrapo”, pastor mártir da causa republicana do Estado nesse episódio da história política do Rio Grande do Sul.

As rebeliões do período regencial no Brasil se caracterizam por sucessivos conflitos entre lideranças regionais e o governo imperial, principalmente, relacionados ao arrocho financeiro e reformas políticas. A Revolução Farroupilha é a mais longa (1835-1845), sendo que a participação de Klingelhoeffer concentra-se na fase inicial da revolução (1835-1836), até a “Proclamação da República Rio-grandense” (1836). Este movimento cujo objetivo principal era reveses econômicos da elite gaúcha, patrocinada pelos exaltados, conquista uma série de adeptos que movidos por uma propaganda “republicana” prolongam o período revolucionário até 1845.

As razões que colaboram para a tomada de decisão de Klingelhoeffer talvez estejam no amor pela terra, que o acolhera. O curato de almas gratuito durante muito tempo, na perspectiva republicana, alimentava a expectativa do ressarcimento de soldos devidos pelo Império, da liberdade religiosa e a busca pela igualdade e justiça dos imigrantes alemães na colônia, bem como a concessão de naturalização de todos os colonos.

Quando estoura a revolução o governo provincial encaminhara normativa para a província, informando que não seria lícito de forma alguma os colonos pegarem em armas para agredir o país em que foram acolhidos, sugerindo aos colonos que se agregaram ao conflito que abandonassem as armas e retomassem o trabalho na agricultura, tal posição foi ignorada por Frederico.

Hermann von Salisch, parece ter desempenhado o papel de estopim na vida de Klingelhoeffer. Em janeiro de 1836, Salisch se encontrava em Campo Bom e, infiltrado entre as forças legais, conseguiu convencer diversos dos seus patrícios a aderirem ao conflito. É por estes dias que se deu à adesão de Klingelhoeffer às forças republicanas estacionadas (nas proximidades do atual bairro imigrante) em Campo Bom. Constata-se ainda, a importante atuação do Pastor Farrapo, em outra ocasião, quando coagiu a investida legalista de Mena Barreto, em Campo Bom, no ‘Morro dos Schirmer’, discursando no dialeto primitivo dos colonos que lutavam ao lado do império, levando-os a abandonarem as armas e retornarem às suas casas.

Pouco se sabe sobre o curto período em que Klingelhoeffer combateu junto aos farroupilhas contra “os caramurus”. Morreu degolado em combate

com as tropas imperiais em Freguesia Nova, perto de Triunfo, em 06 de novembro de 1838, quando procurava levar sua família para Rio Pardo a fim de protegê-la dos horrores da guerra.

Rezam os livros eclesiásticos de São Leopoldo que Klingelhoeffer foi enterrado no campo de batalha. Mais tarde, porém, trouxeram para Porto Alegre seus restos mortais e os de seu filho Hermann, “o mais intrépido dos farrapos” (Oberacker), também morto em combate (1845). A sepultura da família ainda existe no Cemitério Evangélico de Porto Alegre, ‘bem cuidado até hoje’ (Schröder) (HUNSCHE, 1977, p. 351).

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 2009, aprovou documento sobre o referido Pastor, citando-o como pioneiro da Capelania Militar do Exército Brasileiro. A Capelania Militar Protestante foi organizada pela extinta Confederação Evangélica do Brasil em conjunto com o governo Brasileiro, para assistir os militares protestantes.

O primeiro pastor protestante a servir os militares brasileiros foi o alemão Luterano Friedrich Christian Klingelhöffer, pastor da Comunidade Protestante Alemã, na localidade de Campo Bom, no Rio Grande do Sul, em 1828. Dez anos depois Klingelhoeffer, integrado aos ‘Farrapos’, morreu em um combate da Revolução Farroupilha (SÃO PAULO, 2009).

O Pastor Farrapo morreu em meio aos distúrbios da Revolução Farroupilha, em 1838, lutando contra as tropas imperiais. Esse fato tem um significado especial, quando se fala a respeito de sua pessoa, pois, com toda a certeza, ele teve que enfrentar, por causa desse seu engajamento, a oposição dos membros da sua comunidade que eram fiéis ao Império. Jorge Carlos Hermann Klingelhoeffer, seu único filho homem, faleceu solteiro, numa escaramuça nas proximidades do Rio Uruguai, ao transpor o Rio Ibicuí, na Fazenda de Ipané, como capitão farroupilha, em 1845 (DREHER, 2002, p. 84). Contam que seus ideais ainda percorrem os pampas, vagueando em busca de justiça, igualdade e fraternidade que se renovam na aspiração daqueles que se

deixam fascinar por sua história.

### Considerações finais

A esse trabalho, muitos outros devem ser somados, pois reúne, a partir de uma curiosidade, as informações referentes a Klingelhoetter. Trata-se da tentativa de reunir o maior número possível de dados e significados sobre Klingelhoetter, inserido na micro-história. O mais importante é que o trabalho estimule o interesse e seja capaz de despertar perguntas, afinal o trabalho historiográfico é algo que não se completa, esta em constante interpretação e reavaliação, não impedindo a continuidade da pesquisa noutra oportunidade.

Muitas surpresas surgiram com a pesquisa. Novas interrogações levaram a reconhecer em Louise, figura de destaque da mulher imigrante, no início do século XIX, em Campo Bom. Imaginemos o que não passou esta jovem imigrante, oriunda de uma família nobre, entregando-se ao desconhecido, resistindo a viagem para outro país, as agruras de perder esposo e filho na Revolução Farroupilha; coragem ou virtude ou talvez por saber da importância de sua função enquanto esposa de pastor? Enfim, reflexões que possibilitariam outra investigação.

Nossa história foi e é construída na ação de homens como Klingelhoetter, homens de seu tempo. Se para o Pastor a Revolução não atingiu o efeito desejado, bastou para que o Império brasileiro percebesse o Rio Grande do Sul e de que nele havia homens mais que determinados, que batalhavam pela liberdade e igualdade de justiça perante as demais províncias brasileiras.

### Referências

- AMADO, Janaína. **A revolta dos Mucker**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- BLOCH, Marc. **Introdução a História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- DREHER, Martin Norberto (Org). **500 Anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 2002.
- HUNSCH, Carlos Henrique. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

LANG, Guido. **Campo Bom: História & Crônica - 1826/1996**. Campo Bom: Papuesta, 1996.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: Educ, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

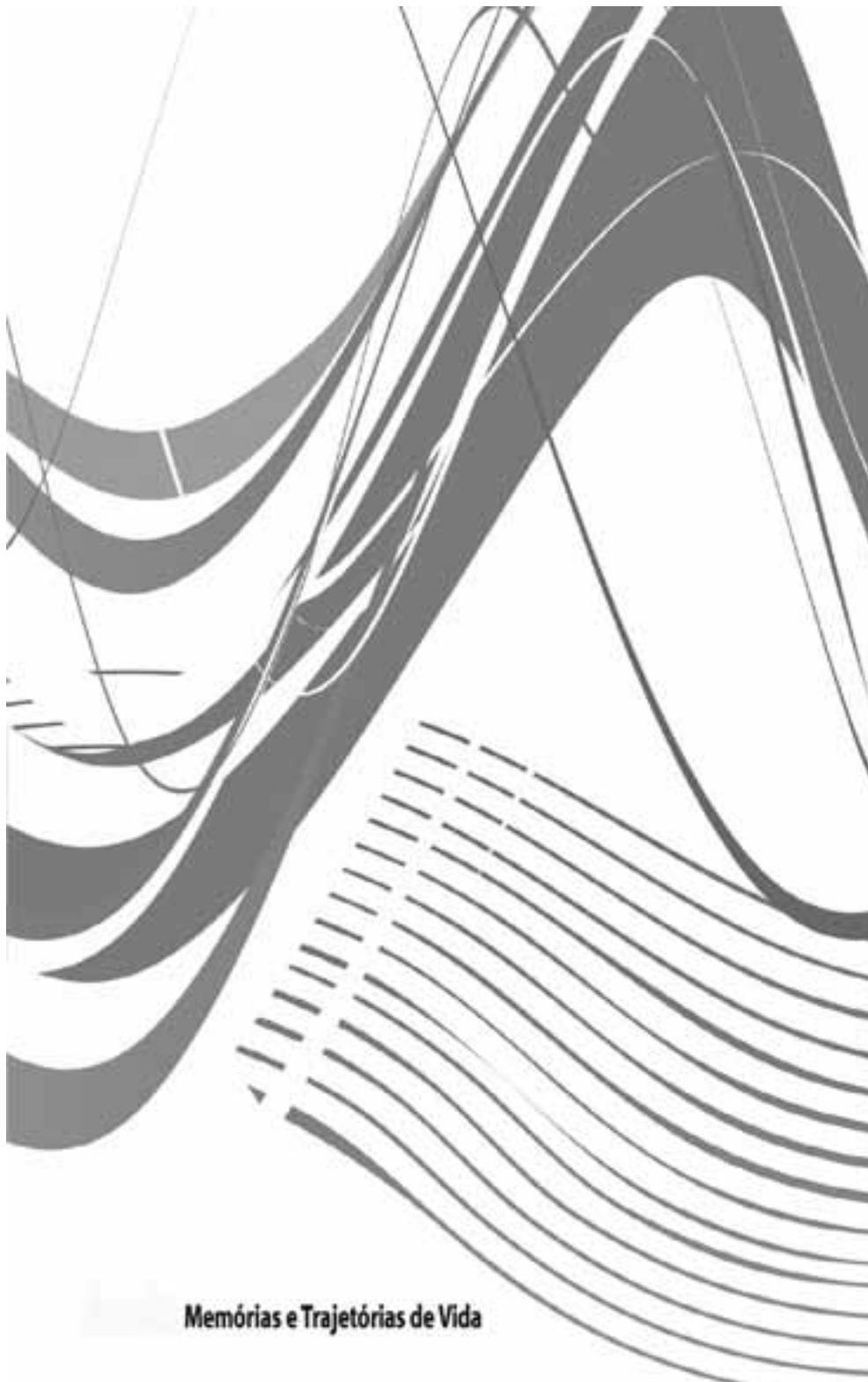
REIS, José Carlos. **Novelle Histoire e Tempo Histórico**. São Paulo: Ática, 1994.

SÃO PAULO. **Lei Nº 13.751, de 14 de outubro de 2009**. In: <http://www.al.sp.gov.br/legislacao/lei/2009/lei%20n.13.751>

SCHMIDT, Benito Bisso. Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica. In **Revista História Unisinos**, São Leopoldo. 10 (8): 141-142, Jul./Dez. 2004.

**Recebido em:** 18 de setembro de 2011.

**Aprovado em:** 28 de fevereiro de 2012.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# PRÁTICAS CORONELÍSTICAS E INTEGRALISMO EM TEIXEIRA SOARES – PR (1930-1937)

Policies and practices of Integralism in  
Teixeira Soares-PR (1930-1937)

Prácticas coronelísticas, integralismo en el municipio de  
Teixeira Soares-PR (1930-1937)

Luiz Gustavo de Oliveira<sup>1</sup>  
Claudia Monteiro Gomes da Silva<sup>2</sup>

OLIVEIRA, L. G.; MONTEIRO, C. Práticas coronelísticas e integralismo em Teixeira Soares - PR (1930-1937). *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 98-119, 2012.

1. Especialista em Educação e Diversidade - UNICENTRO - PR

2. Programa de Pósgraduação em História - UFPR



Revista TEL

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir os projetos políticos na cidade de Teixeira Soares entre os anos de 1935 e 1937, quando a estrutura coronelística existente na cidade desde sua emancipação em 1917, perde parte de seu prestígio político nesta década. Neste momento pós-revolução, espaços foram abertos para novas idéias, como o Integralismo, que ganhou força em todo o Estado do Paraná, principalmente em Teixeira Soares, única cidade da região dos Campos Gerais a eleger um integralista para o comando da prefeitura, sendo este o primeiro prefeito integralista do Brasil.

## Palavras-chave

Coronelismo, poder, Integralismo, política.

## Abstract

This paper aims to discuss the political projects in the city of Teixeira Soares between the years 1935 and 1937, when the existing structure colonelistic in the city since its emancipation in 1917, loses part of his political prestige in this decade. In the post-revolution, spaces were opened to new ideas, such as integralism, which gained strength throughout the State of Paraná, especially in Teixeira Soares, one of the city of Campos Gerais region to elect a Integralist to the command of the city, being integralist this first mayor of Brazil.

## Keywords

Colonelism, power, Integralism, policy.

## Resúmen

Este trabajo pretende analizar los proyectos políticos en la ciudad de Teixeira Soares entre los años 1937 y 1937, cuando la estructura coronelística existentes en la ciudad desde su emancipación en 1917, pierde parte de su prestigio político em esta década. En la post-revolución, se abrieron espacios a nuevas ideas, como integrante, que ganó fuerza en todo el Estado de Paraná, especialmente en Teixeira Soares, uno de la ciudad de Campos região Gerais para elegir a un totalmente al mando de la ciudad, siendo integralista este primer alcalde de Brasil.

## Palabras clave

Política, poder, coronelismo.

## Introdução

No dia 31 de outubro de 1935, após uma campanha eleitoral disputada, o jornal integralista “A Razão” anunciava a seguinte manchete: “Teixeira Soares o município que teve a honra de ser o primeiro no Brasil a eleger um prefeito integralista, não dormiu sobre os louros da vitória (Jornal A Razão, 31/10/1935, p. 4). Neste momento, o cenário político entrou em um período tenso de mudanças após a eleição de João Molinari Sobrinho, que assumiu o cargo municipal no ano de 1936.

João Molinari Sobrinho foi um dos principais líderes da Ação Integralista Brasileira (AIB) em Teixeira Soares, uma das cidades onde o integralismo teve mais força no Brasil e a única da região dos Campos Gerais<sup>1</sup> a eleger um prefeito da AIB.

O presente trabalho tem por objetivo analisar os projetos políticos e os jornais de cunho integralista, entre os anos de 1935 até 1937, na cidade de Teixeira Soares, identificando suas especificidades políticas desde a emancipação em 1917 até o final da gestão de João Molinari Sobrinho, em 1937.

Segundo Leal (1986), a relação de poder no país se estabeleceu desde sua colonização, caracterizada por uma relação de compromissos

<sup>1</sup> A expressão “Campos Gerais do Paraná” foi consagrada por MAACK (2002), que a definiu como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária.



Revista TEL

entre o grande proprietário de terra e seus trabalhadores, definida como uma estrutura coronelística.

Neste estudo levamos em consideração a porção regional, no caso, o estado do Paraná. Goulart (2004) partindo da análise do poder local escreve que esta estrutura coronelística ocorreu por meios legais, pelos quais a legislação que a Constituição Estadual designava quanto aos rumos do município, como o cerceamento de sua autonomia, a dependência financeira do município frente ao Estado, as leis que organizavam o sistema eleitoral, ao mesmo tempo, abriam lacunas para a existência de fraudes. Também o processo de organização policial e judiciária no Paraná, apresentava dispositivos para a escolha de indivíduos a cargos estratégicos que garantiriam o arranjo político que especificava o poder local durante o período referido.

No município de Teixeira Soares foi possível perceber estas relações, no período da Primeira República, marcada por surtos econômicos, da erva-mate, da madeira e pelo surgimento de serrarias e madeiras, afirmando a hegemonia de grandes fazendeiros, os “coronéis”, que interferiam diretamente na política local. Com a decadência destes setores econômicos, devido à crise mundial e a dificuldade de colocar os produtos no mercado de exportação, estes oligárquicos perderam parte de seu prestígio político, tendo de se adequar no período pós-revolução de 1930 às novas idéias emergentes no cenário político, como a doutrina da AIB (Ação Integralista Brasileira).

No caso específico de Teixeira Soares foram analisados jornais de cunho de integralista que versavam sobre o movimento no município, também um Código de Posturas do ano de 1936, um dos primeiros projetos do governo de João Molinari Sobrinho. Este projeto trata das normas concernentes à ordem, à segurança, à preservação estética e ambiental para os diversos ambientes físicos pertencentes tanto a realidade urbana como a rural.

A leitura de projetos políticos, de prontuários policiais, atas e jornais que versam sobre o município, nos mostrou o quanto a questão de formação da cidade estruturou-se sob um longo e conflituoso processo, evidenciando seu vínculo ao poder privado e a projetos políticos. Pôde-se, assim, perceber a distância entre o discurso dos artigos deste código e a realidade efetiva na sociedade. Porém, é inegável que os códigos interferiram no cotidiano da política e da sociedade daquela época.

Várias interpretações sobre como foi o processo de regulamentação e organização da sociedade, prescritos sob a formulação de códigos de posturas

e leis municipais vigentes da época, nos mostram que as cidades estavam vinculadas a influência de um poder político disciplinar, ou seja, que fixava uma postura correcional, para manter a ordem e a segurança pública, e também estava ligada ao interesse das elites dirigentes.

Como será visto, o Código de Posturas analisado durante a pesquisa revela uma produção discursiva semelhante ao discurso dos integralistas, que apresentavam como seus ideais o tripé: Deus, Pátria e Família. Estas palavras de ordem tiveram grande influência sobre a sociedade teixeirassoarense, constituída de uma maioria católica. Por outro lado, encontramos um grupo político getulista derrotado pelos integralistas na eleição de 1936.

Visto que estes projetos políticos estão ligados diretamente com a ideologia de cada partido, vale ressaltar o que nos diz René Rémond sobre os partidos, que estes consistem em uma organização estruturada contendo oligarquias de dirigentes, os quais se tornam quase inamovíveis (RÉMOND, 2003, p. 83). Considerando as redes políticas no município, vemos que o partido integralista se adequou ao jogo político local e aos discursos das classes hegemônicas, perpetuando o poder das classes dirigentes.

Uma referência bibliográfica para a pesquisa foi o livro História do Município de Teixeira Soares do autor Francisco Adyr Gubert Filho, que conta a história do município desde seus primórdios, seus primeiros habitantes, aspectos políticos, econômicos e sociais. Sua obra criou raízes a partir de um ofício de 1987 da Secretaria de Estado da Cultura, oficializando a publicação da “Coleção Histórica dos Municípios”.

A partir da leitura destas obras, encontramos o discurso oficial de grupos políticos, mas nas entrelinhas percebe-se a construção de um cenário político tenso, em que ambos os grupos apresentavam-se como único caminho para a formação de uma pátria forte. Como podemos ver no seguinte trecho do jornal integralista A Razão:

Em Teixeira Soares o Integralismo conta já com 110 camisas-verdes dispostos a trabalhar para a implantação do Estado Integral no Brasil. Dentro de pouco tempo terá Teixeira Soares contribuído para as legiões integralistas da Província do Paraná, com um apreciável contingente de bons e conscientes brasileiros (Jornal A Razão, 05/07/1935, p. 5).

Paralelamente à leitura da produção historiográfica relacionada a este tema e das fontes (documentos oficiais, jornais de cunho integralista e projetos políticos na cidade como o código de postura), buscou-se entender as estratégias empregadas pelos integralistas para estes mecanismos de dominação sobre a sociedade. Além de controlar a população, visavam também disciplinar os indivíduos, dando-lhes liberdades, mas submetendo-os a um caráter de introyecção de consciência e responsabilidade social. Os instrumentos de trabalho que viabilizaram o desenvolvimento da pesquisa são encontrados na produção de historiadores como René Rémond e seus estudos sobre a política e o surgimento dos partidos, como em Michel Foucault e o conceito de biopolítica.

Sob o exercício desta leitura teórica, se percebe o quanto as relações de poder se ramificam e se transformam em uma determinada sociedade. No caso de cidades pequenas como Teixeira Soares, se pôde perceber como a Ação Integralista em meados da década de 30 conseguiu muitos adeptos em um curto período de tempo, através destas estratégias discursivas de ordem, que culminavam com a situação vivida em uma sociedade tradicionalista em que valores como Deus, Pátria e Família eram praticados cotidianamente.

### O município de Teixeira Soares

A cidade de Teixeira Soares, antiga Boa Vista, foi elevada a categoria de município e distrito com a denominação de Teixeira Soares pela lei estadual n.º 1696, de 26 de março de 1917, desmembrado de Ponta Grossa. Em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, o município figura com três distritos: Teixeira Soares, Diamantina que posteriormente passou a denominar-se Angai e Fernandes Pinheiro (IBGE, 2010).

Seus primeiros eleitores contam com nomes como Bernardes, Dias, Neves e Nunes, estes considerados de famílias fundadoras, como também as famílias tradicionais sendo, Negrão, Correia de Sá, Macedo, Gubert, Molinari, Baumel, Amâncio dos Santos, Fogaça, Ribeiro, Oliveira Mendes e Witkoski. O primeiro prefeito eleito foi João Negrão Júnior que teve seu governo no período de 14 de julho de 1917 a 21 de setembro de 1924.

Segundo Francisco Adyr Gubert Filho, a cidade teve em seu exercício político desde 1917 até 1935 os seguintes nomes relacionados ao poder: João Negrão Jr., Dr. Carlos Ribeiro de Macedo; Domingos Molinari; Manoel Ogero

Dias; Manoel Pereira Marques; João Baptista Gubert; Líbero Sant'Ana Nunes e o Tenente Palmiro Gomes de Oliveira (GUBERT FILHO, 1989, pp. 20-22<sup>2</sup>). Que se elegeram de forma direta ou foram nomeados.

É possível perceber que apenas pessoas de posses e sobrenomes que indicam sua ligação com as elites locais se elegeram ou foram nomeadas para cargos públicos. Nesse contexto, se pode relacionar a estrutura coronelística, segundo as características da política local, decorrente no momento vivido pela política nacional, no qual a centralização das decisões era ligada à própria estrutura econômico-social, expressas em compromissos sustentados por esse chamado coronelismo (JANOTTI, 1992, p. 33), onde o coronel poderia ter controle direto ou indireto sobre o eleitorado. Visto que na cidade, as famílias tradicionais Gubert e Molinari eram proprietárias de grandes fazendas de terras para extração da erva-mate, da madeira como a araucária e a imbuia, eram estas mesmas famílias donas de pequenas indústrias, serrarias, nas quais empregavam boa parte dos cidadãos teixeirassoarenses.

Dada estas peculiaridades locais e a relação estabelecida entre os proprietários e seus trabalhadores, podemos entender que:

o 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1986, p. 20).

Como nos diz o cientista político Victor Nunes Leal, desta relação de compromisso resultaram as características como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais. Desta desorganização dos serviços públicos e do poder político estabelecido por uma elite agrária, notamos que isto gerou uma hegemonia política na mão de coronéis, desprestigiando outras classes urbanas, como os profissionais

<sup>2</sup> O autor nasceu em Curitiba em 05 de agosto de 1961. É descendente de duas das mais tradicionais famílias teixeirassoarenses: Gubert e Neves. Diplomou-se Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Paraná pela turma de 1983. Atuando na região de Irati, onde teve oportunidade de percorrer a região incessantemente entre 1984 e 1988, o que determinou o desenvolvimento de estudos e trabalhos sobre a estrutura sócio-econômica-cultural da região de Irati (o Faxinal, 1984), a conservação da natureza (artigos e trabalhos) no campo agrônomo, Geografia, História, Ecologia e Literatura.

liberais, professores, advogados.

Neste momento de surtos econômicos da madeira e da erva-mate, a cidade passava por bons períodos, como vemos na seguinte citação:

Desde a inauguração da estação de Teixeira Soares, nos albores do século XX, o incipiente arraial de Boa Vista experimentava um formidável surto de progresso, com as construções dia-a-dia aumentando, novas levadas de trabalhadores atraídos pela fertilidade do solo e a amenidade do clima, afluindo a este pitoresco recanto (GUBERT FILHO, 1989, p. 24).

Teixeira Soares contava com as melhores serrarias, fábricas de caixas e cabos de vassoura do Paraná. Além da madeira, “a erva mate constituía-se um importantíssimo produto de exportação e Teixeira Soares ufanava-se de possuir ‘os melhores herveas do Paraná’, produzindo erva de excelente qualidade...” (GUBERT FILHO, 1989, p. 25).

Ao passo do desenvolvimento da economia local, a arquitetura também foi sendo realizada. Uma das mais expressivas da região foi a construção da nova igreja matriz:

Em 1925 uma comissão provisória, encabeçada pelos senhores Antonio Maria Correia de Sá, João Baptista Gubert, Manoel Azevedo de Macedo, João Negrão Júnior e Domingos Molinari, já havia arrecadado 27 contos de réis para a construção da nova Igreja Matriz, já que a antiga, acanhada e de madeira, não mais comportava o afluxo de fiéis às práticas religiosas. A religião oficial no país era a católica e a maioria dos teixeirassoarenses a adotava, por costume e tradição, embora houvesse algumas famílias protestantes e outras declaradamente espíritas (GUBERT FILHO, 1989, p. 31).

No trecho do livro de Francisco Adyr Gubert Filho percebemos o discurso ufanista da época:

[...] a planta do templo é grandiosa, de severas linhas

arquitetônicas e o novo edifício muito virá aformosear a povoação, que, do alto de uma eminência soberba, a cavaleiro das florestas imensas, que se desdobram para os quatro cantos cardeais, desfruta soberbos panoramas (GUBERT FILHO, 1989, p. 32).

Desde a sua emancipação em 1917 até a grande depressão de 1929, a cidade teve crescimento expressivo do ponto de vista econômico o que refletia do momento vivido pelo país:

A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimento de novos estabelecimentos ligados à indústria de base foram importantes sinais do processo de complexificação pelo qual passava a economia brasileira (FERREIRA E DELGADO, 2006, p. 389).

A década de 1930 marcou uma etapa importante nos rumos da economia brasileira, é a partir daí que se desencadeia o processo de industrialização do país. Apesar da expansão da indústria ervateira e madeireira, o município encontrava dificuldades para colocar suas mercadorias no mercado argentino e uruguaio. Afetado profundamente pela crise econômica de 1929 logo após o “crack” na Bolsa de Nova York, e também para agravar ainda mais a situação, a Revolução de 30, praticamente paralisara a indústria e o comércio. O Brasil encontrava-se em plena crise do café, pelo excesso de produção e pelo baixo preço do produto no mercado internacional. Esta crise econômica e política foram demasiadamente sentidas pelo município, o que levou a prorrogação da arrecadação de impostos, baixou os salários dos funcionários municipais, até mesmo do então Prefeito João Baptista Gubert, tendo em vista a situação deprimente em que se encontravam os cofres municipais (GUBERT FILHO, 1989, p. 40).

### Novos Rumos na Política

O período entre 1930 e 1937 se caracteriza por um quadro de imprevisibilidades no terreno político. O ambiente de indefinições que

compreendeu o intervalo entre a crise da hegemonia das oligarquias da República Velha e o fechamento político que culmina no Estado Novo favoreceu o surgimento de projetos radicais e mobilizadores que tentaram galvanizar a sociedade com a idéia de mudança.

O restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se. À direita e à esquerda surgiram duas organizações políticas não-partidárias que tiveram abrangência nacional e se tornaram bastante expressivas. Totalmente divergentes entre si, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), eram bem definidas programaticamente e conseguiram produzir grande mobilização no país (PANDOLFI, 2003, p. 31).

A AIB foi fundada oficialmente em sete de outubro de 1932, com o lançamento do “Manifesto de Outubro”. Existiu legalmente até dezembro de 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas, que colocou os partidos políticos na ilegalidade. O movimento estruturou-se a partir de uma série de pequenos grupos e partidos de extrema direita, tais como Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista); Legião Cearense do Trabalho, de 1931, dirigida por Severino Sombra; Partido Nacional Sindicalista, de Minas Gerais, fundado por Olbiano de Melo; e o monarquista Ação Imperial Pátrio-novista. No início da década de 1930, integrantes desses grupos aglutinaram-se em torno da liderança de Plínio Salgado, redator, com San Tiago Dantas, do jornal A Razão, fundado em 1931, e da futura Sociedade de Estudos Políticos, tendo como lema principal “Deus, Pátria e Família” (PANDOLFI, 2003, p. 41).

A AIB, criada em 1932 e dirigida pelo intelectual Plínio Salgado, inspirada no fascismo italiano, possuía uma estrutura organizacional paramilitar. Pautava-se por um nacionalismo e moralismo extremados, o que a fez ter muitos adeptos entre militares e católicos. Combatia os partidos políticos existentes e defendia a integração total da sociedade e do Estado, que seriam representados por meio de uma única e forte agremiação, a própria AIB:

A preocupação de mobilizar amplamente a população levava-a a realizar encontros, festas, palestras e manifestações de rua, durante as quais entrava em choque aberto com os comunistas. Os integralistas usavam um uniforme que os tornou conhecidos como os “camisas-verdes” e adotavam também um símbolo – o sigma<sup>3</sup> – e um gesto de saudação, acompanhado de uma espécie de brado de guerra de inspiração indígena: “Anauê!” (PANDOLFI, 2003, p. 31).

No começo da década de 1970, Héglio Trindade foi pioneiro na pesquisa acadêmica sobre o integralismo, com uma tese de doutorado na Sorbonne, em Paris, que deu origem ao livro Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930.

Segundo os estudos do autor, o integralismo em sua ideologia, organização e ação política, pertence à constelação ideológica dos movimentos e partidos fascistas europeus que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha. Apesar de ter atuado no país por um período de apenas seis anos, a AIB, foi a maior organização fascista da história do Brasil, pelo número de adeptos que teve em pouco tempo e pela expressiva participação nos debates políticos dos anos 30, exercendo grande influência sobre intelectuais que discutiam os destinos do país. Seus principais líderes foram Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.

Estudos pioneiros sobre o Integralismo, como o de Héglio Trindade (1974), até estudos atuais como o de João Fábio Bertonha (2001), nos mostram os diferentes momentos de nossa historiografia.

O Integralismo passou a ser estudado sobre diversas abordagens, além da história política, de gênero, de etnias, problemas de imigração. Trindade (1996, p. 302) nos indica que por ser um tema de um movimento autoritário e fascista de nosso passado até então recente, não se mostrou atraente para se tornar objeto de novos trabalhos, mostrando assim a desvalorização por preconceito ideológico do autoritarismo e do fascismo como objetos de estudo. Decorrente de uma historiografia pautada na história dos “vencedores”, levando em conta que este movimento nunca chegou ao poder nacional e por 3 Letra grega que corresponde ao nosso “S” sinônimo de soma. O símbolo lembra que o movimento tem o significado de integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade, daí, a luta para implantar o estado integral.

muitas vezes se colocou em oposição ao regime vigente de Vargas.

Estudos como o de Chaves (1999, p. 64) sobre o Estado do Paraná, nos mostram que:

A partir de 1932 o Integralismo espalhou-se por todo país, conseguindo um número crescente de seguidores. O Sul do Brasil apresentou-se como a região onde concentraram-se os maiores núcleos camisas verdes. No Paraná o Integralismo encontrou facilidades para se difundir nas principais cidades do Estado, como Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava, e também em outras de menor expressão como Ipiranga, Reserva, Tibagi e Teixeira Soares, todas estas próximas a Ponta Grossa. Ponta Grossa constituiu-se numa das cidades onde o Integralismo melhor se estruturou no Paraná. Com uma população predominantemente católica e majoritariamente urbana, a cidade também contava com numeroso contingente de italianos e alemães.

Partindo deste pressuposto, podemos pensar a questão do Integralismo na região dos Campos Gerais, especificamente na cidade de Teixeira Soares, com seu grande número de adeptos. Apesar de diversos grupos nacionais partilharem de uma mesma ideologia, esta se difunde de maneiras diferentes quando levado em consideração a porção regional, com sua identidade, sua cultura, sua economia e sua política.

### **A AIB em Teixeira Soares**

Para compreender a ascensão dos integralistas ao poder em Teixeira Soares, voltamos ao período pós-revolução de 1930. Esse momento se faz pertinente para remeter a questões como a situação econômica em que o município se encontrava após a grande crise de 1929. A instabilidade da política nacional culminou no surgimento de organizações políticas como a AIB que teve abrangência nacional e se tornou bastante expressiva.

A AIB foi considerada como um dos primeiros partidos políticos de âmbito nacional. A sua expressividade e abrangência nacional como partido pode-se perceber pelo que nos diz o historiador Serge Berstein sobre o papel

do partido como mediador político:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. Por isso a mediação política assume o aspecto de uma tradução e, como esta, exhibe maior ou menor fidelidade ao modelo que pretende exprimir (BERSTEINS, 2003, 61).

A partir desta mediação política que nos diz Berstein, é que a AIB em Teixeira Soares, vai ganhando mais espaço no campo político e mais adeptos na cidade.

Primeiramente, o integralismo era dirigido basicamente às classes médias urbanas na década de 1930, em um período que o país passava por importantes transformações urbanas, em que novos setores sociais e econômicos careciam de representação política.

Traços de uma modernidade se apresentavam na cidade, ao passo que o incentivo a saúde pública, obras, viação, agricultura, indústria e comércio estavam em pauta nesta década (GUBERT FILHO, 1989, p. 43).

Em meados de 1930, a população era de aproximadamente 18.000 habitantes e a natalidade por 1.000 habitantes fora de 69, enquanto a mortalidade não passara dos 20. O município possuía 5 escolas públicas, 30 firmas comerciais, dois estabelecimentos bancários e uma agência do correio, além disso o município também exportava couros e cereais (GUBERT FILHO, 1989, p. 43).

Entre os primeiros membros da AIB estavam funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio, militares, setores não representados politicamente na Primeira República. A especificidade de Teixeira Soares é a aproximação dos seguidores de Plínio Salgado com os

setores mais reacionários da política local, e posteriormente a AIB nessa conjuntura se tornou um instrumento político de rearticulação dos grupos desprestigiados após a Revolução de 1930.

Além de abrigar as classes médias urbanas, o movimento se estendeu a outros grupos, como os fazendeiros e produtores agrícolas que haviam perdido seu prestígio político com a revolução de 30, ou seja, os indivíduos ligados às práticas coronelísticas no espaço municipal. A AIB em Teixeira Soares se revestiu de um *etos*<sup>4</sup> peculiar que a diferenciava da sua atuação em outras realidades. A compreensão desse *etos* é perceptível pela trajetória política dos Chefes Municipais da AIB que expressava a adequação do Integralismo ao jogo político local.

Evidenciava-se uma ampla conjunção das forças conservadoras que eram contrárias aos grupos capitaneados pelos militares, os tenentes, que após a revolução de 30, mantiveram-se no poder nomeado por interventores estaduais, e de forças reacionárias pertencentes à classe média urbana.

Como nos diz Janotti (1992, p. 27), o homem político é aquele que tem representação social, entre esses, temos os representantes de famílias tradicionais como o filho de Domingos Molinari, (prefeito do município de 1928 a 1930), João Molinari Sobrinho, que tempos depois seria candidato a eleição pelo partido integralista no ano de 1935, Germano Baumel e Adélio Ramiro de Assis, funcionários públicos que compunham a chefia municipal da AIB em Teixeira Soares. Ambos de famílias católicas, ligadas a elite municipal, com participação e representação política desde a emancipação da cidade em 1917.

A ideologia da construção de uma brasilidade e de não negar quaisquer segmentos da sociedade, fez com que o movimento em pouco tempo aumentasse o número de adeptos. A palavra doutrinária e educadora presente nos jornais de cunho integralista é usada constantemente, como podemos ver em um trecho do jornal A Razão que circulava no estado do Paraná nos anos de 1935:

Em Teixeira Soares também, como em quase todos os municípios Paranaenses, já tremula a flâmula azul e branca do Sigma. Aquela prospera localidade, vem de ser visitada por

4 Do grego *éthos*, 'costume', 'uso', 'característica'; disposição, caráter ou atitude peculiar a determinado povo, cultura, ou grupo, que o(s) distingue de outro(s) povo(s), cultura(s) ou grupo(s). Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa – 2ª edição – revista e ampliada. Editora Nova Fronteira – 32ª impressão.

uma caravana de integralistas Pontagrossenses que percorre o sul da Província, pregando a palavra evangelizadora e nova da nova doutrina político-social, que há dois anos tão somente lançou o seu primeiro brado de organização; que partindo da alma de um Apostolo iluminado na província de São Paulo, foi escutado por todos os recantos do Brasil. Em Teixeira Soares, o integralismo conta já com 110 camisas-verdes dispostos a trabalhar para a implantação do Estado Integral no Brasil (Jornal A Razão, 05/07/1935, p. 5).

O discurso de não privilegiar qualquer classe, repercutiu positivamente numa sociedade colocada até então as margens das ações e programas políticos, dos sucessivos governos, até 1935.

Um dos principais instrumentos de difusão das ideias integralistas foram os jornais, entre esses o periódico A Razão, criado em 1931 em São Paulo, mas que também esteve em circulação no estado do Paraná nos anos de 1935. Nos estudos de Rodrigo Santos de Oliveira sobre a imprensa integralista, percebemos que Plínio Salgado já os utilizava como uma forte arma para a difusão da sua ideologia (OLIVEIRA, 2003). Reconhecendo o trabalho de difusão da ideologia nos municípios, exaltando o nacionalismo e dando exemplos de patriotismo, como podemos ver no seguinte trecho do Jornal A Razão:

O Chefe Municipal, Adélio Ramiro de Assis, tem sido de uma actividade extraordinário, pois não tem se limitado a coordenar elementos na cidade, assim é que, no dia 7 corrente instalou o sub-núcleo de Fernandes Pinheiro, que foi inaugurado com a inscrição inicial de 14 companheiros. [...] Dentro de pouco tempo terá Teixeira Soares contribuído para as legiões integralistas da Província do Paraná, com um apreciável contingente de bons e concientes brasileiros (Jornal A Razão, 05/08/1935, p. 4).

Devemos considerar que os jornais não eram representações fidedignas da ideologia integralista, considerando que este estava submetido a uma subjetividade da direção do jornal que o produzia, passando pela seleção de

trechos de obras de alguns líderes da AIB e palavras de cunho doutrinário do movimento integralista.

Apesar de não ser objetivo principal da pesquisa, se faz pertinente apresentar elementos que assemelham o movimento Integralista em Teixeira Soares com os movimentos fascistas italianos, como a ritualização da política. Na cidade eram realizados desfiles com a participação de famílias inteiras, inclusive as crianças, todos uniformizados, usando camisas verdes, gravatas pretas e braçadeira com um “sigma”, cumprimentando-se com o braço levantado ao brado de “anauê”, sinais inequívocos de exacerbado nacionalismo que chegava às raias do fanatismo. Como se pode ver nas seguintes imagens:



Desfile de Integralistas em Diamantina em 31/10/1937 (GUBERT FILHO, 1989, p. 41).



João Molinari Sobrinho, O Primeiro Prefeito Integralista do Brasil (GUBERT FILHO, 1989, p. 41).

Assim, como nos mostra o jornal A Razão:

Em comemoração do primeiro aniversário, da Acção Integralista na nossa Provincia, os camisas-verdes de Teixeira Soares, ofereceram à população uma churrascada, onde compareceram envergando a gloriosa Camisa do sigma, perto de duzentos integralistas. Tomaram parte no festival pessoas de grande destaque social, notando-se entre ellas as altas autoridades Municipaes. Mais uma vez, Teixeira Soares, vem mostrar que apesar de pequeno em território, é grande em Patriotas (Jornal A Razão, 05/08/1935, p. 4).

Percebe-se que em pouco tempo da instalação da AIB na cidade, através de desfiles, churrascadas e a ritualização deste projeto político, houve a adesão de muitas famílias e simpatizantes da doutrina do sigma, no qual o número de adeptos ao núcleo integralista já passava de duzentos.

Na época, a maioria dos funcionários da prefeitura era integralista, e o prefeito Líbero Nunes, que era um getulista exaltado, acabou exonerando do cargo o Procurador Osmar Ramiro de Assis, o Fiscal Geral Germano Baumel e o Engenheiro Técnico Pedro Rodrigues Martins. Esta perseguição política gerou descontentamento e revolta entre os integralistas do município e do estado, por meio de um telegrama, o Chefe Municipal notifica a demissão dos companheiros integralistas:

Teixeira Soares acaba de pagar seu tributo pela grande causa nacional, com exoneração do cargo ocupavam na prefeitura companheiros Osmar Ramiro, Pedro Martins, Germano Baumel unicamente por serem integralistas.

Oh bravos camisas-verdes que fostes demittidos! Conservai a vossa coragem, o vosso ardor, o vosso entusiasmo! Que crime comttestes em Teixeira Soares?

Cometemos o grande crime de amar a Patria! Respondeis. E só por isto, oh valorosos companheiros, tiraram- vos e a vossa família, o pão de cada dia! Mas os nossos perseguidores não têm coração? Não compreendem os grandes ideais? Oh Deus, tu que reges os destinos eternos do Universo, dá-nos

sempre a mesma coragem e o mesmo ardor nesta campanha e dá-nos força, para que cheguemos no término da cruzada, afim de enxotarmos a chicote os miseráveis vendilhões do templo da Pátria!

Aos intrépidos companheiros demittidos, pela politicalha vil e interesseira, o estímulo e a vibração do nosso ANAUÊ!  
(Jornal A Razão, 15/08/1935, p. 1).

Nesse momento, vale apresentar um interessante atestado que o prefeito forneceu aos integralistas demittidos:

Atesto que o Sr. Dr. Pedro Rodrigues Martins, exerceu, durante o tempo que vae de Dezembro de 1933 de Agosto de 1935, nesta Prefeitura o cargo de Engenheiro Municipal, desempenhando-o com todo o zelo e honestidade, tendo demonstrado um optimo funcionário e um técnico de alta competência profissional. Teixeira Soares, 12 de agosto d 1935 (Jornal A Razão, 23/08/1935, p. 1).

Pode-se dizer que a demissão dos funcionários integralistas e o ato contraditório de emitir um atestado a cada um destes reconhecendo o bom exercício da função de cada um, é uma antevisão a derrota que se encaminhava nas próximas eleições para prefeito na cidade. Considerando que Teixeira Soares já era em peso integralista, podemos assim conceber a tentativa do prefeito perseguindo e demittindo os integralistas, como uma tentativa de conter o crescimento da doutrina do sigma e manter viva sua força e se conservar no poder, que o povo já lhe nega.

Para compreendermos o triunfo da AIB elegendo João Molinari Sobrinho como o primeiro prefeito integralista do Brasil nas eleições de 1935, se faz pertinente apresentar o surgimento do movimento como partido político.

Sob a leitura de Serge Berstein em sua análise sobre o surgimento dos partidos, podemos dizer que o partido político moderno surge a partir da ligação a fenômenos estruturais que nos permitem julgar a evolução de uma sociedade. No caso específico da cidade de Teixeira Soares, nos cabe outra

definição, que vemos no seguinte trecho:

Para que nasça um partido, é necessário, além disso, que, no interior do movimento evolutivo constatado, se produza uma crise, uma ruptura bastante profunda para justificar a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo. Essa crise não é necessariamente um acontecimento histórico, mesmo que fatos espetaculares a revelem aos contemporâneos. Pode ser uma guerra, mas também um fenômeno de inflação monetária, uma depressão econômica, uma explosão demográfica, uma transformação do sistema educacional, um abalo das estruturas econômicas...(BERSTEIN, 2003, p. 67).

Considerando que o município passava por grandes dificuldades econômicas após a Grande Depressão de 1929, o discurso pautado sob o tripé “Deus, Pátria e Família” foi de encontro a uma sociedade em sua esmagadora maioria católica, de população rural, agrária, em que estas crenças, hábitos e valores eram praticados cotidianamente.

Sem nos determos somente ao surgimento e ascensão do partido integralista por ser resultante da situação econômica vivida no município, outro fator que teve significativa influência ao triunfo da AIB, foi a adequação ao jogo político local. Como nos diz Serge Berstein:

o partido catalisa as aspirações diversas provenientes da opinião pública, dos meios intelectuais e dos círculos dirigentes da função pública ou da economia, uma nebulosa ideológica cujas implicações econômicas, políticas, institucionais, constituíam uma resposta adaptada aos problemas da época (BERSTEIN, 2003, pp. 70-71).

Partindo de um pressuposto que esta catalisação seja um filtro das diversidades existentes na cidade, notamos que a inércia dos partidos, como é definida por Berstein, “nos revela uma autonomia do órgão político que jamais

é um simples reflexo de uma problemática, mas adaptação desta as variáveis especificamente políticas, cultura política e tradições, peso das estruturas, papel das personalidades” (BERSTEIN, 2003, p. 71).

Considerando esta cultura política como um conjunto de forças culturais e de gerações que condicionam uma sociedade, entende-se que:

uma geração é formada pelos homens que, vivendo mais ou menos na mesma época, foram submetidos ao longo de sua existência às mesmas determinantes, passaram pelos mesmos acontecimentos, tiveram experiências próximas ou semelhantes, viveram num ambiente cultural comum (BERSTEIN, 2003, 72).

Analisando sob outro aspecto, é interessante perceber que a inclinação ao integralismo de João Molinari Sobrinho tem traços e ligação com sua origem italiana, e sua ascensão como prefeito de Teixeira Soares está intimamente ligada a sua trajetória política, e sua situação econômica.

Como já visto acima, João Molinari Sobrinho é filho do Capitão Domingos Molinari, que em sua carreira política já havia sido camarista diversas vezes e prefeito de 1928 até a revolução em 1930.

Dados que nos informam sobre a família Molinari, podem ser vistos no seguinte trecho do livro de Francisco Adyr Gubert Filho:

Em 1913 ‘o italiano de origem e brasileiro de coração’, Domingos Molinari, transferiu-se da colônia Santa Maria do Novo Tirol, em Deodoro (Piraquara), para Teixeira Soares e aí formou sociedade com Ernesto Gubert, filho de imigrantes tirolezes, também procedente da mesma colônia. Constituída a firma, instalaram escritório na sede do município e adquiriram uma fazenda na localidade de Bom Retiro, distante 4 km da vila. Na propriedade instalaram casa de comércio e conseguiram junto à administração da São Paulo – Rio Grande concessão para fornecimento de lenha, utilizada como combustível pelas máquinas a vapor. Logo iniciaram o fabrico de erva-mate, usando o sistema de sapeco no carijó e em barbaquás do tipo paraguaio, elevando sua produção para 5.000 arrobas anuais.

Em 1918 instalaram a Serraria ‘São Sebastião’ no km 66 da ferrovia, com desvio próprio destinado ao embarque de erva-mate, madeira e lenha. Em 1922 instalaram uma olaria, produzindo mensalmente cerca de 50.000 tijolos e telhas francesas de excelente qualidade.

A firma era administrada pelos dois sócios, auxiliados pelo guarda-livros João Daldin, o auxiliar de escritório Vedolino Neves, e pelos dois filhos: João Molinari Sobrinho (gerente da serraria) e Antônio Molinari (gerente do armazém).

Em 1923 a firma estava entre os maiores núcleos industriais do município e, na década de 50, seus sócios – Ernesto Gubert e Joanin Molinari – eram contados entre as grandes fortunas do Paraná (GUBERT FILHO, 1989, p. 24).

Observa-se uma estreita relação entre o domínio da política e a situação econômica de João Molinari, considerando que, a Fazenda Bom Retiro e a Serraria São Sebastião detinham uma hegemonia econômica no município e empregava significativa quantia de trabalhadores. Podemos compreender o triunfo integralista se considerarmos dois fatores significativos em uma sociedade agrária, tradicional; a) Do ponto de vista da cultura, o discurso integralista sob a doutrina do sigma baseado no tripé “Deus, Pátria e Família” ia de encontro aos hábitos e práticas cotidianas; b) Do ponto de vista político, a adequação do projeto integralista ao poder oligárquico, fundamentado sob a perspectiva do clientelismo, do compadrio, do patrimonialismo.

Partindo da análise desses fatores, podemos compreender como culminou a vitória dos integralistas, em um anúncio do jornal A Razão:

Camisas-verdes do Brasil! – Os nossos valorosos companheiros de Teixeira Soares derrotaram os liberaes-democratas, apesar das odiosas perseguições que soffreram, elegendo o Prefeito Municipal de seu Municipio!

E quantas perseguições e quantos sacrifícios não tiveram os heróicos integralistas de Teixeira Soares! Foram até demittidos da Prefeitura três dos nossos companheiros! Uma idéa só se combate com uma outra Idea!

A gloriosa Cidade Integralista do Paraná, na última sessão,

teve 48 novas inscrições, entre as quaes as ilustre Juiz de Paz e senhora.

O famoso delegado que proibiu agrupamentos de integralistas mais de um, já foi exonerado.

Levantemos o nosso mais vibrante Anauê aos intrépidos integralistas de Teixeira Soares, verdadeiros baluartes do civismo e da dignidade! (Jornal A Razão, 20/09/1935, p. 6).

Na eleição de 1935 do primeiro prefeito constitucional, o candidato getulista Líbero Nunes não foi páreo para os integralistas que elegeram João Molinari Sobrinho, com esmagadora maioria de votos, em coligação com o PSD (Partido Social Democrático). Em seu mandato que teve duração de um ano, o prefeito teve apoio da população e de camaristas que também eram da AIB ou do PSD.

#### **O governo de João Molinari Sobrinho “O Primeiro Prefeito Integralista do Brasil” (1936-1937)**

Em março de 1936, João Molinari Sobrinho tomou posse como prefeito eleito. Como vemos com Francisco Adyr Gubert Filho:

É dessa época o Regimento Interno da Câmara Municipal que, entre outras coisas, tinha poderes para “empregar todos os incentivos para animar a coltura, as artes e as sciencias, melhorando o nível moral e intelectual da raça brasileira, bem assim, o desenvolvimento phisico do povo”. Além de organizar comissões permanentes, contemplando Legislação, Instrução, Saúde Pública, Obras, Viação, Agricultura, Indústria, Comércio, Orçamento e ainda Contas.

João Molinari Sobrinho criou o imposto de “calçamento” bem como o imposto predial para o distrito de Diamantina, determinando a demarcação do perímetro urbano do distrito (GUBERT FILHO, 1989, p. 41).

Em 22 de julho de 1936 a Câmara Municipal, presidida por Antônio

Corrêa Machado, elaborou a Lei nº 8, que vinha a ser o novo Código de Posturas do Município (Teixeira Soares, 1936). Este código foi o primeiro projeto do prefeito integralista, que teve a sua gestão iniciada em março do mesmo ano. Em seus artigos, percebe-se o objetivo de atingir tanto a esfera urbana quanto a rural, no que diz respeito a ordem, segurança e preservação estética do município.

Em seus vários itens proibia as construções denominadas “cortiço” dentro do quadro urbano da vila, bem como “construções de meia água”. As ruas deveriam ser abauladas, os postes de ferro ou madeira de lei, os prédios deveriam ser numerados e as ruas nominadas. As estradas e caminhos deveriam ser consertados durante a estação seca (março, abril e maio). Na construção e manutenção dessas vias eram utilizados arados e ferramentas manuais, o que demandava muita mão-de-obra, via de regra suprida pelos próprios interessados, coordenados pelos inspetores de quarteirão, eram pagos por dia, já que o trabalho era executado por turmas, distribuídas em trechos. Nesses tempos, disciplinar a construção de cercas era tão importante quanto abrir e conservar estradas, nesse caso podia-se contribuir em dinheiro ou com dias de serviço.

Segundo o Código de Posturas, a Prefeitura Municipal contava com sete funcionários: Secretário Contador, Tesoureiro Procurador, Fiscal Geral (acumulando as funções de Inspetor de Veículos), contínuo e porteiro, zelador do cemitério, além de fiscais dos dois distritos. Ao Fiscal Geral competia fiscalizar todas as posturas e aos de Distrito ainda arrecadar impostos, prestando contas mensalmente.

Sob a análise destes projetos políticos, percebemos que o discurso destes sobre organização, disciplina, se assemelha ao discurso dos integralistas. O Código de Posturas representa uma das estratégias encontradas com o objetivo de reestruturar as relações sociais e a convivência na cidade. Sob a leitura de seus artigos, percebe-se que essa intervenção política visava atingir quase todas as esferas da vida em sociedade, tanto urbana como rural, com a conservação do patrimônio municipal, o comércio, a higienização e saúde pública, evitando a proliferação de doenças. Enfim, a esfera onde fosse delimitado este exercício de poder.

Este projeto pode ser compreendido com o auxílio das formulações de Michel Foucault. Ele nos afirma que no fim do século XVIII surgiu uma “biopolítica” da espécie humana, quando o indivíduo e a espécie entraram nas estratégias e nos cálculos do poder político. A vida biológica e a saúde de toda uma sociedade agora eram alvos do exercício do poder (FOUCAULT, 1989, p.

289).

Já no século XIX e XX essa disciplina sobre o indivíduo configura-se de outra forma, não nega a primeira, mas aparece auxiliada sob outros instrumentos diferentes. O intuito não é de atingir o homem-corpo, mas sim agora o homem-espécie, a massa, ou seja, a população. O que é característico de programas totalitários (Arendt, 1989), como é o caso do Integralismo.

Michel Foucault afirma que:

As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder; não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: o corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder (FOUCAULT, 1989, pp. 292-293).

O Código de Posturas se revela como exemplo deste modelo de disciplina massificante, atingindo processos como a morte, a produção, a doença, prevenindo ao passo que também aplica multas ao serem infringidas estas instruções.

A Municipalidade colaborava com o Estado no combate ao analfabetismo, mantendo e subvencionando escolas de ensino primário. Também não admitindo aos serviços municipais nenhum analfabeto, mesmo para os cargos mais ínfimos. O município de Teixeira Soares nessa época contava com dois distritos judiciário-administrativos: Fernandes Pinheiro e Diamantina (recém-incorporado).

Os integralistas, através do jornal A Offensiva de 1937 apresentam alguns dados sobre a gestão de João Molinari Sobrinho:

Em Teixeira Soares há quase unanimidade em torno do Integralismo. O Chefe Adelio Ramiro de Assis é incansável. O Prefeito João Molinari Sobrinho vem prestando também, grandes serviços a causa e, sobretudo, está realizando uma

administração modelar. Já amortizou quase toda a dívida municipal que se elevava, quando assumiu a administração, a mais de 30 contos de réis, sem se descuidar de importantes obras públicas, principalmente no tocante a viação municipal. Apesar do mau tempo reinante, realizamos em Teixeira Soares uma sessão assistida por toda sociedade local, inscrevendo-se nesse acto trinta e quatro novos companheiros. Em Entre Rios e Guarauna, o movimento é grande. Em summa a linha sul é hoje uma linha verde! (Jornal A Offensiva, 10/09/1937, p. 3).

Sob a análise de um trecho do jornal A Offensiva de 1937, podemos perceber o discurso de coesão social entre os integralistas, indicando o crescimento do grupo e da busca por novas inscrições ao núcleo integralista:

Não queria morrer sem ser integralista!

Uma scena commovente de fé e civismo em Teixeira Soares, no Sertão Paranaense, o primeiro município dirigido pelos camisas-verdes do Brasil. Um velho de 74 anos de idade, Joaquim Americo de Araujo, angustiado por pertinaz moléstia, esperava, no leito a morte. Pouco antes de morrer, chamou a família, para lhe dizer que desejava inscrever-se no Integralismo. Não queria morrer sem ser um soldado de Plínio Salgado. Como não fosse possível, no entanto, realizar tal desejo, o velhinho que morria chamou todos os seus filhos e, com lagrimas ardentes, pediu-lhes - Meus filhos, entrem no Integralismo. É a ultima vontade de seu velho pai! E calou-se, para logo após morrer! (Jornal A Offensiva, 10/09/1937, p. 3).

A gestão de João Molinari Sobrinho teve duração de um ano, na qual conseguiu pagar a dívida do município e colocá-lo em uma situação financeira com um orçamento de 104 contos de réis e uma dívida de 20 contos, em 1937. Realizou obras públicas, como a construção dos passeios na parte central da cidade, ainda existente e investiu na questão da educação construindo um edifício de alvenaria onde deveria funcionar o Grupo Escolar.

A partir do Estado Novo, o Integralismo teve seus espaços políticos

reduzidos. No Paraná muitos núcleos foram fechados, e em Teixeira Soares, única cidade da região dos Campos Gerais que elegeu um prefeito integralista, além de terem sido perseguidos e demitidos funcionários da prefeitura, chegou a vivenciar mais conflitos. Surgido na cidade de Ponta Grossa, o jornal Diário dos Campos (ex-Progresso), seguia a visão de seu proprietário e redator José Hoffman que era católico e contrário ao movimento da AIB, mas, neutro em relação a opção política dos militantes da AIB (DITZEL, 2004). No final do ano de 1937, lemos no Jornal Diário dos Campos :

Como é sabido, por força do artigo 177 da Constituição<sup>5</sup>, foi demitido da função de Prefeito de Teixeira Soares, Sr. Molinari, sendo nomeado seu substituto o senhor Enory Teixeira Pinto. O Sr. Molinari era adepto do Sigma e por isso, Secretario e Tesoureiro da Prefeitura também eram integralistas. Assumindo o cargo o senhor Ironi Pinto procurou cercar-se de funcionários de sua confiança e demitiu o secretario integralista Daros, substituindo-o pelo Sr. Carlos Ribeiro. O Sr. Daros não se conformou com isso e terça feira última, talvez para tirar uma revanche, entrou no recinto da Prefeitura, de chapéu na cabeça e lançou ao Tesoureiro um vibrante anauê. Advertido sobre a inconveniência de sua atitude em uma repartição pública, o sr. Daros, revoltando-se, insultou o prefeito e o secretario, saindo em seguida... (Jornal Diário dos Campos, 25/12/1937).

Além da demissão, João Molinari Sobrinho foi acusado de conspiração contra o governo Vargas, como podemos ver em sua ficha do DOPS<sup>6</sup>:

O agente da Estação ferroviária de Rio Azul foi convidado por João Molinari, fornecedor de lenha da Estrada de Ferro SP - Rio Grande, que também convidou os agentes das estações Iraty, Rio das Almas e Teixeira Soares, sendo que

<sup>5</sup> Art. 177 - Dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data desta Constituição, poderão ser aposentados ou reformados de acordo com a legislação em vigor os funcionários civis e militares cujo afastamento se impuser, a juízo exclusivo do Governo, no interesse do serviço público ou por conveniência do regime.

<sup>6</sup> Departamento de Arquivo Público do Paraná, Prontuário DOPS/DEAP, pasta individual de João Molinari Sobrinho, n.1874, cx.381.

estes não foram por mim abordados por falta de confiança, cujo convite é para um movimento armado com o fim de ocuparem o poder actual do paiz; disse mais Molinari ao mesmo agente que tem diversas altas patentes do Exército e Marinha que estão com elles e que o signal convencional é o “O POVO, EXERCITO E A MARINHA LEVANTAM-SE CONTRA GETÚLIO VARGAS” e é dado pela Estação de Radio “MAYRIND VEIGA” (não sabendo si de São Paulo ou Rio de Janeiro essa estação), que esse movimento era para o 3º dia de carnaval e ficou para dessa data em diante até o dia 15 mais ou menos.

Informações prestadas por LIBERO NUNES, também ex-prefeito de Teixeira Soares, dizem ter sido alli apprehendido neste mez 1 fuzil mauser e 50 cartuchos de guerra em poder de um integralista de nome JOAQUIM PIRES e consta que existem mais armamento e munição naquela localidade com os demais integralistas que ali são em numero elevado.

Tal ocorrência que pode ser vista também no livro de Francisco Adyr Gubert Filho:

No dia 10 de maio de 1938, 40 fascistas comandados por Severo Fournier e sob a inspiração de Plínio Salgado assaltaram o Palácio Guanabara. Os integralistas pretendiam matar Getúlio Vargas. Porém o golpe falhou, pois tiveram que enfrentar o Gal. Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra. Após cerrado tiroteio, a maioria dos integralistas jazia por terra.

Fournier morreria no cárcere e Plínio Salgado foi capturado em São Paulo e novamente exilado. Os integralistas caíram em desgraça.

No dia seguinte ao da sedição, às nove horas da manhã, o tenente Jaime do Nascimento retornava de Irati, com ordem de prender todos os líderes integralistas de Teixeira Soares. Consultado a respeito, o líder getulista, Líbero Nunes, não quis interferir. Alguns dos detidos foram transferidos para

Irati, pois a cadeia local não comportava a todos. Entre os transferidos encontrava-se o Prefeito João Molinari Sobrinho e Adélio Ramiro de Assis, fundador e presidente da AIB em Teixeira Soares.

Enfim, considerando o triunfo da AIB em Teixeira Soares, elegendo o primeiro prefeito integralista no Brasil, pode-se dizer que no município o discurso culminou com a realidade da época vivida na cidade, em que os valores pregados pela doutrina integralista foram bem recebidos, pois já eram praticados cotidianamente, em uma maioria católica e de famílias conservadoras, e é inegável a influência da estrutura coronelística do município, que até os dias atuais permanece com muita força, entre os mesmos grupos políticos.

### Considerações Finais

O sociólogo Ricardo Costa de Oliveira em sua obra *O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná*, trabalha o poder de classes dominantes e a rede política que se instaurou no Estado do Paraná há muito tempo. Para ele, esta rede política define-se como uma conexão de interesses entre empresários e cargos políticos no aparelho de Estado. A qual se sustenta pelo nepotismo, clientelismo, por meios legais ou ilegais, favorecendo a mesma rede de famílias (OLIVEIRA, 2001).

As reflexões a que chegamos nesta pesquisa, nos fazem pensar ainda mais sobre essas redes políticas, que favoreceram a ascensão do movimento integralista em Teixeira Soares e o triunfo destes elegendo João Molinari Sobrinho como o primeiro prefeito integralista do Brasil.

Durante a pesquisa, reunir uma gama diversa de materiais referentes a este assunto foi o maior desafio, sem um lugar específico de onde encontrá-los, o contato com estudiosos deste tema, pessoas colecionadoras de documentos municipais, contribuiu significativamente para a reunião das fontes, como jornais, fotos, livros e documentos oficiais.

Estes documentos nos propiciaram uma análise da formação da cidade de Teixeira Soares. Aspectos como economia, política e cultura nos possibilitaram percorrer a trajetória política dos líderes da AIB em Teixeira

Soares, entre eles João Molinari Sobrinho, empresário, ex-prefeito, por muitas vezes camarista e também presidente da câmara.

A trajetória política destes líderes evidencia como as relações de interesse entre poder público e privado se confundem em regiões interioranas, no qual estes “coronéis” além de terem o controle econômico, influem diretamente na política municipal, como ainda o é em épocas eleitorais.

Não esquecendo a influência do catolicismo no município aliado ao discurso do Código de Posturas, que confrontados com a doutrina integralista culminava num discurso moral para a sociedade, foi preferível levar a pesquisa por outro viés, buscando desprender-se das similitudes com os movimentos de constelação ideológica fascista, dada as peculiaridades culturais do município e de sua política no período.

A pesquisa defende assim, uma adequação do movimento integralista ao jogo político local no município de Teixeira Soares, uma aproximação aos grupos coronelísticos, ou seja, as famílias tradicionais ligadas ao poder econômico que se alternavam no poder do município desde sua emancipação.

### Referências

ARENDRT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERTONHA, João Fábio Bertonha. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Câmara Municipal de Teixeira Soares. **Novo Código de Posturas do Município de Teixeira Soares - Lei nº 8, 1936**.

CHAVES, Niltonci Batista. ‘A saia verde está na ponta da escada!’: as representações discursivas do Diário dos Campos a respeito do integralismo em Ponta Grossa. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, Verão, 1999.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais 1932-1955**. 2004. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOUBERT FILHO, Francisco Adyr. **História do Município de Teixeira Soares**. Curitiba: Litéro-Técnica, 1989.

GOULART, Mônica Helena Harrich. **O poder local e o coronelismo no Estado do Paraná 1880-1930**. Curitiba: 2004.

IBGE. **Cidades@ Teixeira Soares – PR**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412700#>

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Jornal A Offensiva. Espaço DELFOS de Documentação – PUC/RS.

Jornal A Razão. Espaço DELFOS de Documentação – PUC/RS.

Jornal Diário dos Campos. Arquivo Casa da Memória – Ponta Grossa.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003).

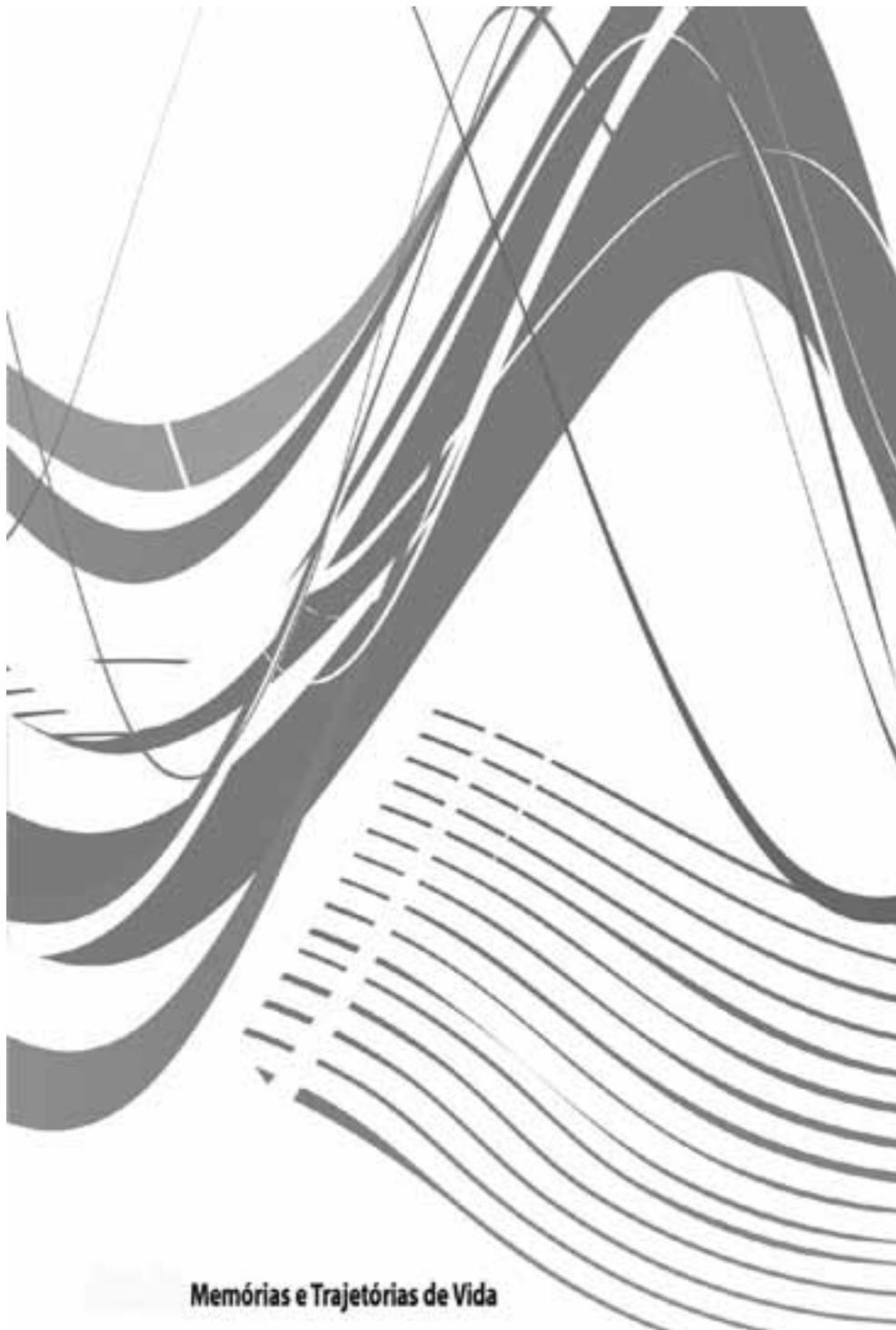
RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV: 2003.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo, o Fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1974.

TRINDADE, Hégio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

**Recebido em:** 19 de Outubro de 2011.

**Aprovado em:** 17 de Março de 2012.



**Memórias e Trajetórias de Vida**

# QUE BOEMIA É ESTA E QUE BOÊMIO É ESTE? REFLEXÕES SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DO FAZER COTIDIANO

## Reflections on the representations of daily tasks Reflexiones sobre las representaciones de las tareas cotidianas

Jonathan de Oliveira Molar  
César Leonardo V. K. Saad<sup>1</sup>

1. Reribusapid  
quame in et, adis  
comniet, cone  
dolupta tibusam  
qui deriae volup-  
tatem voluptate  
volectiat.

MOLAR, J. O.; SAAD, C. L. V. K. Que boemia é essa e que boêmio é este? Reflexões sobre as representações do fazer cotidiano. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 01, p. 121-143, 2012.

### Resumo

O presente artigo pretende analisar as representações sobre a boêmia durante a década de 1930 na cidade de Ponta Grossa-PR, a partir da coluna “Notas Mundanas”, veiculadas pelo “Diário dos Campos”. Ponta Grossa, durante a década de 30, apresentava-se interiorana e conservadora, buscando em consonância com o panorama nacional, os rumos para uma urbe civilizada.

### Palavras-chave

Boemia, sociabilidade, representações.

### Abstract

This article analyzes the representations of bohemia during the 1930s in the city of Ponta Grossa-PR, from the column “Notes Worldly,” borne “Journal of the Fields.” Ponta Grossa, during the 30s, appeared provincial and conservative, looking up in line with the national scene, the directions for a civilized metropolis..

### Keywords

Bohemia, sociability, representations.

### Resúmen

Este artículo analiza las representaciones de la bohemia en la década de 1930 en la ciudad de Ponta Grossa-PR, en la sección “Notas de este mundo”,

transmitidas por “Diario dos Campos”. Ponta Grossa, en los años 30, apareció provincial y conservadora, mirando hacia arriba en línea con el panorama nacional, las instrucciones para una metrópoli civilizada.

Este artículo analiza las representaciones de la bohemia en la década de 1930 en la ciudad de Ponta Grossa-PR, en la sección “Notas de este mundo”, transmitidas por “Diario dos Campos”. Ponta Grossa, en los años 30, apareció provincial y conservadora, mirando hacia arriba en línea con el panorama nacional, las instrucciones para una metrópoli civilizada.

### Palabras clave

La bohemia, la sociabilidad, las representaciones.

## Introdução

Mais uma dose?  
É claro que eu estou a fim  
A noite nunca tem fim  
Por que a gente é assim?  
(Por que a gente é assim? Cazuza)

A proposta de pesquisar a noção de boemia e mesmo a de compreender como tal prática dá forma a um determinado cotidiano remete-nos a constituição de uma cultura urbana, uma vez que, nos propomos a problematizar o cotidiano noturno da cidade de Ponta Grossa. Cotidiano esse da década de 1930, especificamente, as representações da vida noturna e de seu precípua “freguês” – o boêmio, a partir da coluna Notícias Mundanas do Jornal Diário dos Campos.

Cotidiano e cidade se fundem e se dinamizam na construção constante de fomentar uma prática, nesse caso, a prática boêmia, resultando em um emaranhado teórico e pragmático que sujeitam tramas e cenários ativos de um fazer-se a todo o momento nos espaços da cidade, assim como, aqueles resultantes de uma dada sociabilidade. Nesse sentido, aponta Certeau (1998, p. 180):

Eles se cruzam para formar um estilo do uso, maneira de ser e maneira de fazer [...] supõe (assim) que os ‘tropos’ catalogados pela retórica forneçam modelos e hipóteses à

análise das maneiras de se apropriar dos lugares. [...] as práticas do espaço correspondem, elas também, a manipulações sobre os elementos de base de um ordem construída [...] sentido literal definido pelo sistema urbanístico [...] o espaço geométrico dos urbanistas e dos arquitetos parece valer como o ‘sentido próprio’ construído pelos gramáticos e pelos lingüistas visando dispor de um nível normal e normativo ao qual se podem referir os desvios e variações do ‘figurado’ [...]

Partiremos destas proposições para delinear o estudo sobre cidade e cotidiano, pensando um cotidiano noturno que se define em contraposição ao cotidiano que corresponde à normatividade do mundo do trabalho - o diurno. Assim, percebemos um embate estabelecido e um conflito que se expressa na documentação analisada entre esses dois cotidianos que compõe o mesmo todo, além disso, há o confronto entre a boêmia e a malandragem a partir da reprodução de determinados valores e expressões guiadas por projetos de sociedade “civilizada” (políticos, economistas, sanitaristas etc).

Nesse rumo, para a análise das crônicas torna-se importante utilizar o conceito de representação como ferramenta metodológica para tal empreendimento, pois, acrescentam-se diversas possibilidades de abordagens e em dinamismo para a respectiva produção. Conforme Chartier (2002, p. 20):

[...] a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. [...] outras porém, são pensadas num registro diferente; o da relação simbólica que [...] consiste na representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais [...]

Nesse sentido, não poderemos recair em uma ingênua pretensão historicista-metódica da neutralidade, pois, as percepções do plano social produzem estratégias e práticas que tendem a imprimir e a legitimar um projeto reformador ou a justificar as escolhas e valores de seus próprios indivíduos. Segundo Baczko: “por detrás dos imaginários, procuravam-se

os agentes sociais, por assim dizer, nos eu estado de nudez, despojados de suas máscaras, de suas roupagens, dos seus sonhos e representações e etc (...)” (BACZKO, 1985, p. 311).

Para tanto, não analisamos um conjunto documental vasto, apenas três fragmentos de jornal, pois, temos como propósito o de problematizar o discurso ali presente sobre a boêmia, de modo a apresentar uma reflexão recortada sobre a temática e não uma serialização do modo pelo qual o jornal enquanto discurso oficial representava o mundo boêmio .

Deste modo, em um primeiro momento nos dedicamos a uma reflexão sobre: interpretações e considerações do que é boêmia? E o que é ser boêmio? As possíveis considerações para tais perguntas foram buscadas pelo veio historiográfico - primeiro em Mônica Veloso e, posteriormente, em Maria Izilda de Matos. Em um segundo e terceiro momentos, estabelecemos os ditames de uma discussão em torno de cotidiano e cidade e, por fim, a triangulação das discussões conceituais com os fragmentos jornalísticos que abordavam a boêmia.

Notadamente analisamos essa “imagem”, a forma cuja sociedade expõe as práticas boêmias a nível micro, isto é, a cidade de Ponta Grossa, todavia, apoiado pelo arsenal teórico, podemos realizar pontes contextuais com cenários mais amplos - Paris? Rio de Janeiro? As possibilidades são amplas. Por fim, salientamos que a presente pesquisa trabalho não é absoluto, ou seja, não estamos estabelecendo um fim em si, pelo contrário, abrindo um leque de possibilidades de discussões e problematizações sobre o tema em cidades consideradas de pequeno a médio porte.

### **Retalhos interpretativos - o “passado” que se notabiliza**

Não há como pensar o contexto por meio dele mesmo, ou seja, não há contexto exclusivamente enquanto contexto, pois, há interpretações do mesmo e, assim, iniciaremos nossas reflexões a um tema tão vasto na prosa do bar e ao mesmo tempo escasso ao vocabulário dos historiadores. Pergunto-me: a formalidade não levaria os historiadores a se calarem sobre uma prática da qual eles mesmos praticam?

Pergunta capciosa que deixamos ao leitor muitas e possíveis decodificações. Apenas afirmamos que, por certo que sim e por certo que não, mas não nos ateremos a invadir um campo problemático e prático da vida dos historiadores, e sim, pensar o nosso objeto - a boêmia, o boêmio e as práticas e relações que podem convergir.

Nesse sentido, partiremos para início de reflexão, de duas interpretações da historiografia brasileira, a primeira apresentada por Mônica Veloso e em seguida por Maria Izilda de Santos de Mattos. Dois edifícios interpretativos

que revelam particularidades de uma mesma relação, ou melhor, de uma mesma prática cotidiana, todavia, apresentadas de modo dispare.

Mônica Veloso discute a consolidação da modernidade paralela ao mundo da intelectualidade boêmia – os cafés cariocas. A autora pensa estes locais como ambientes de discussões e de desenvolvimento de idéias, nesses ambientes os intelectuais “boêmios” construía práticas discursivas pensando a sociedade ao qual eles faziam parte, bem como, os momentos e querelas que se transformavam no cotidiano. Destarte, a partir da década de 1880, segundo Veloso, os jornais ‘independentes’ multiplicavam-se em função de um público ampliado, pois a produção teórica de livros e panfletos intensificavam as conferências ligadas aos cafés, as campanhas republicanas ocupavam as ruas, os “bares”, os “botequins” e os auditórios públicos (MELLO, 2009, p. 19).

Em momentos de consolidação de um projeto oficial republicano demarcavam-se os interesses de uma elite industrial que de modo acelerado e enérgico colocou em atividade a inclusão forçada de um projeto de modernidade, ao mesmo tempo, apresentando e difundindo os anseios de um pensamento elitista que será a expressão de uma “verdade” durante o nascimento da República – um projeto de saneamento e regeneração, consolidando um projeto republicano que não é aquele esperado pelos intelectuais da geração de 1870 e “boêmios” dos cafés, gerando, com isso, certa frustração à realidade posta.

Desta forma, a realidade social constituía-se por um significativo contingente populacional recém liberto, não havia garantias à cidadania, assim, a marginalidade e exclusão não atingiam apenas as camadas populares, mas o conjunto da sociedade, configurando aquilo que Veloso (2000, p. 232) conceitua como “repúblicas atomizadas”.

Poderemos guiar nossa discussão pensando na importância da constituição de um modo de vida alternativo em início do século, ou melhor, em um modo de vida denominado como boêmio, no qual se estabelece a relação de uma certa intelectualidade que adota tal modo de ser, práticas que só com a modernidade se constituiriam, ou seja, um estilo de vida citadino, nos bares (anos mais tardes), botequins, ou nos cafés – modelos herdado da Paris do século XIX e XX.

Nesse sentido, na difusão da nova cultura através de uma nova relação programada pela modernidade entre o público e o privado, a política fará parte integrante dos boêmios, como também apontará por meio dos espaços

públicos, uma circularidade de ambientes de discussões estabelecidas, ao exemplo novamente, dos cafés. Poderemos entender tais espaços de sociabilidade como lugares de possíveis práticas organizadoras da cidade em um sentido mais amplo. Pensar os cafés nos leva a pensar o intelectual neste momento e sua inserção social por meios dos locais de práticas da boêmia, denotando certa relação conflituosa entre o homem das letras e a figura boêmia, como o foi entre os embates dos literatos da academia com os da boêmia.

Quando, em 1914, Emilia de Menezes, um literato e jornalista boêmio, ou melhor, representante fiel e central desta boêmia, consegue entrar para a Academia de Letras, em seu discurso de posse, retoma e revisa de modo irônico o estigma de boêmio, criticando a dissolução que os acadêmicos estabelecem entre a vida e reflexão. Reafirmava a importância dos cafés como produtores culturais, como também, locais de troca de idéias espirituosas e de reflexão (2000, pp. 242 - 243).

A segunda interpretação historiografia abarcada por essa pesquisa é a de Maria Izilda de Mattos, na qual estabelece discussões no que tange a um estudo sobre a boêmia, ou melhor, as noites cariocas em Copacabana entre as décadas de 1940 e 50. Entendendo (Copacabana) como o centro da vida da então capital federal e o berço do samba-canção; a autora, apresenta-nos a moldura da então boêmia carioca:

Nas calçadas preta-e-branca da praia, um vai-e-vem de príncipes, ladrões, banqueiros, pederastas, estrangeiros que puxam cachorros, mulheres de vida fácil ou difícil, vendedores de pipocas milionários, cocainômanos, diplomatas, lésbicas, bancários, poeta, políticos, assassinos e book-makers. Passam estômagos vazios e empanturrados, em lenta digestão (MORAES, apud, MATOS, p. 84).

Percebemos a gama de tipos humanos que compunham o núcleo de relações multifacetadas e de infinitas conexões da sociedade carioca, além disso, formas representativas convergentes e divergentes de distintos segmentos sociais que configuravam o cotidiano noturno dos anos de ouro do então iluminado bairro de Copacabana. Nas novas avenidas, em particular, à beira-mar, passavam automóveis conversíveis, criavam-se a sociabilidades na

praia e definiam-se novas formas de relação entre os grupos estabelecidos e os outros – “clandestinos” ao lugar (MATOS, 1998, p. 84).

A emergência do “ser moderno” passou a se generalizar por diversos campos da sociedade, inclusive, para a esfera pública do domínio da vida cotidiana. A produção cultural e material, daqueles anos, encontrava-se difusa por parte do crescente potencial posto ao mercado de “massa”, da mesma forma que a idéia de “moderno” estava relacionada a estilos de vida e de hábitos difundidos pelos meios de comunicação de massa (ORTIZ, 1994).

Dessa forma, Mattos pensa Copacabana na ‘querela modernizadora’ e analisa que a modernização poderia ser entendida enquanto prática discursiva, incorporada pelos sujeitos que dialogavam na construção do cotidiano de Copacabana, como também, nas fabricações das contradições que assim se colocavam. Nesse sentido, reforça: “era possível reconhecer um campo comum entre os sujeitos históricos que as vivenciavam. Estabelecia-se uma espécie de vetor comum homogeneizador que comportavam resistências e ao mesmo tempo inconformismo” (MATOS, 1998, p. 90). Tais modificações apontam para novas formas de vivência, a partir das quais se constituíram novas organizações do tempo-espaço, originando uma outra forma de homens e mulheres apreenderem os fenômenos que vivenciavam (Idem, p. 91).

Percebemos a partir das representações interpretativas postas por Mattos, por meio de sua pesquisa “Copacabana: cotidiano e boêmia”, certas relações diferenciais das tratadas por Veloso, uma vez que Mattos pensa tanto o bairro de Copacabana e as delimitações do entrelaçar-se cotidiano na construção da vida noturna quanto as relações que se davam entre pessoas de classes distintas, umas sendo autorizadas a tal vida e outras construídas em um imaginário posto a estigmatização social.

Deste modo, a intencionalidade de apresentar em um primeiro momento duas interpretações distintas nos faz pensar as várias análises para os vários momentos da história, como também, da historiografia brasileira sobre o boêmio. Pois, não dispomos de mecanismos para alcançar a boêmia de fato, em outras palavras, suas práticas por si mesmas, assim, nos ateremos às interpretações, seja do boêmio intelectual de Veloso ou do boêmio que escapa a certas regras do ambiente diurno de Mattos.

## Da boêmia ao boêmio – entre o cotidiano e a cidade

A História, assim como, as Ciências Sociais nos últimos 40 anos vem possibilitando e favorecendo abordagens que procuram recuperar diferentes sensações e relações que promovem a descentralização dos sujeitos sociais e, dessa forma, permitem a descoberta de experiências e aspirações de homens e mulheres, cujas identidades foram tão freqüentemente ignoradas, ou mesmo, apontadas de modo superficial. Assim, procurando focar o mundo das experiências como marco condutor, juntamente com a tentativa de encarar a vida cotidiana como a problemática, pretendemos demonstrar que os comportamentos, valores e sentimentos voltados, nesse caso, para e sobre a boêmia podem fornecer *sui generis* caldo cultural.

Dessa forma, para além da construção generalista e limitada que pensa o boêmio como desvinculado do trabalho ou em reversibilidade ao mesmo ambiente, acreditamos que a categorização que se impele ao boêmio é múltipla, construída em consonante relação com o social (MATOS, 1998, p. 83). Isto vem a significar um viver de modo diferente, estabelecer regras de modo distinto, ter uma vida que escape ao monótono e ao previsível, respeitando, contudo, alguns códigos de conduta estabelecidos nesse universo social.

Assim, partindo das premissas estabelecidas por Mônica Veloso e Maria Izilda de Mattos não se pode compreender a boêmia enquanto um todo fechado e homogêneo - o ser boêmio, ou mesmo, a cultura boêmia como uma categorização universal e globalizante. A boêmia, seja como noção e/ou prática, não deve ser concebida, ou melhor, reduzida ao âmbito de resistência da modernidade ou aos imperativos desta, pois, desembocar-se-ia a um reducionismo político de uma arte de viver em gozos e nas camaradagens das noites perdidas e ganhas. Boêmia para além de abstrações teóricas é um jeito vivido, expresso nas delongas de umas bebedeiras, das prosas, das cantigas e canções - a constituição de um universo paralelo distinto e que, em alguns momentos, conjuga-se à turbulenta modernidade dos dias de trabalho.

Para compreender as constituições, ou melhor, as formas de construção de dado cotidiano por meio de determinadas práticas culturais e discursivas que modelam específicas formas do cotidiano noturno/diurno, pensaremos a cidade como “emaranhado do contraditório”, do controverso. Afinal, a multiplicidade de sujeitos e de práticas de sociabilidade podem se tocar ou

não.

Para tanto, partiremos de uma discussão levantada por Jacques Revel, no que tange a Natalie Zemon Davis, em seu clássico *Society and Culture in Early Modern France*, livro este que se propõe enquanto a um projeto de partida para analisar Lyon, umas das grandes localidades comerciais, religiosas e culturais na França do século XVI (REVEL, 2009, pp. 124-125). De acordo com Revel, as considerações sobre o estatuto do conjunto urbano foram significativas para pensar que a estruturação da urbe como um modelo de análise uníssono e homogêneo não era a forma mais adequada para explicar diversos aspectos da experiência coletiva em um momento de intensas desordens.

Nesse sentido, Revel, nos aponta que a ambição de Devis: “não era mais a de oferecer uma imagem global de uma entidade social compreendida como uma unidade, mas de compreender certos aspectos relevantes de uma transformação histórica” (REVEL, 2009, p. 125), por meio de formas de diferenciação e de discontinuidades. Portanto, fica claro a perspectiva que difundiremos em nossas páginas no que concerne à cidade, o espaço desta e as forma de viver e de se sociabilizar: longe de uma unidade, a cidade esta a todos os momentos fazendo-se e refazendo-se, do nascer do sol ao brilho da lua (BRESCIANI, 1998).

Não há como pensar a cidade como um simulacro fechado, um modelo onde encontraríamos a cidade formada. De acordo com Certeau:

[...] a cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidades um esquecimento e um desconhecimento das práticas [...] entrelaçamento do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles [...] Essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de ‘operações’ (maneiras de fazer), a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência ‘antropológica’, poética e mítica do espaço) e a uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada. Uma cidade transumante, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível [...] A ‘cidade’, à maneira de um nome próprio, oferece assim, a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas

uma sobre a outra (CERTEAU, 1998, pp. 171-173).

Portanto, estudar as transformações ocorridas na cidade e em seu cotidiano significa reinventar dadas situações, desse modo, pensaremos uma prática, isto é, a boemia, a partir de recriações e apropriações que estão associadas ao ambiente do bar, do botequim, do cabaret, em outros termos, do cotidiano que se faz na noite, na reciprocidade da boêmia e dos expressionismos de vivências.

### **As faces da boêmia... Pensando a prática por meio da voz oficial**

Não construímos para esse estudo um arsenal documental gigantesco, apenas três crônicas pertencentes a coluna: *Notas Mundanas e Locais*, do *Jornal Diário dos Campos*. Por meio das crônicas recortadas, perceberemos a representação que dado discurso, este no contexto em que foi produzido e pelas circunstâncias sócio-políticas que se encontravam na sociedade em questão, retratavam a boêmia e, mais amplamente, as práticas de sociabilidade da cidade de Ponta Grossa durante a década de 1930. Traçam-se, com isso, as tentativas de entender as faces de significados atribuídas à boêmia em uma cidade – Ponta Grossa da década de 1930, como também, os temas correlatos que a reflexão demandará por conta da boêmia, em alguns casos, tratados de modo nodal na documentação.

As fontes escolhidas são representativas, enunciadoras de um discurso oficial – o jornal *Diários dos Campos* – que, neste contexto, apresenta-se de modo performativo, representando e demarcando a ‘fala’ de um projeto hegemônico de sociedade – aquela pensado pela elite. Assim, as representações que analisaremos e as construções das mesmas reportam-se à categorizações e formas de um grupo social que detém, neste caso, os meios de comunicação como canal e os mecanismos de reprodução ideológica a seu dispor.

Na década de 1930, de maneira geral, em Ponta Grossa revelavam-se certas concepções antagônicas de sociedade: entre a sua população poderiam ser encontrados representantes de projetos e concepções distintas, como: católicos, espíritas, protestantes, maçons, comunistas, integralistas, entre outros, todos compartilhando de um mesmo espaço citadino-geográfico. Inserindo-a no crescente processo de intensificação da estrutura urbano-industrial, representava em conjunto com as demais cidades do Paraná, os valores contidos no ideário do movimento Paranista e que, segundo Chaves

(2001, p. 151) “eram calados numa visão positiva de sociedade”. Nesse sentido, o jornal era a expressão deste mesmo arsenal semiótico, que de acordo com Chaves (2001, pp. 151-1520). apresentava-se do seguinte modo:

[...] contexto marcado pela pluralidade social e por uma multiplicidade de discursos e representações, destacava-se a produção discursiva do Diário dos Campos. Criado em 1907, esse jornal apresentava-se como veículo de comunicação mais conhecido em Ponta Grossa na década de 1930. A imagem de Ponta Grossa construída nas representações discursivas do Diário dos Campos é a de uma cidade ideal, na qual os problemas existentes tendiam a ser solucionados tanto por meio da atuação dos poderes constituídos como pelas ações individuais ou coletivas de membros da sociedade. A estratégia discursiva adotada pelo Diário dos Campos, nesse momento histórico, foi a de encobrir as disputas existentes na pluralidade social de Ponta Grossa por meio de um discurso caracterizado por uma suposta neutralidade e pela busca de um bem comum. [...] sociedade plural levou o Diário dos Campos a adotar uma prática discursiva que representava a busca de um consenso possível. Ao escrever sobre a realidade de Ponta Grossa, na década de 1930, José Hoffmann deixava transparecer a existência de tensões e contradições na sociedade local. Tensões que se originavam exatamente na diversidade dos grupos sociais, cada qual buscando ampliar seu espaço no imaginário coletivo ponta-grossense .

Desse modo, a primeira crônica selecionada à reflexão foi publicada em cinco de outubro de 1937, não trazia um referencial discursivo sobre a boêmia propriamente dita, todavia, sua potencialidade reside no fato de demandar reflexões sobre algo correlato, fruto de uma diferenciação da noção de Boêmia que acaba recaindo na própria construção do que é ser boêmio, ou seja, o malandro - a malandragem e correlações. Para tanto, podemos pensar os contrapontos e as representações construídas até então sobre o boêmio e, a partir daí, pensá-los em virtude de um embate social sobre o malandro. O interessante é situarmos tais relações para então percebermos a própria

produção e intencionalidade do discurso. Assim, transcrevemos na íntegra para a análise a crônica:

Malandro - Tenha pena de ti, malandro decorativo. Tenho pena da tua peregrinação cansativa pelas escolas de samba, pelos lugares suspeitos, pelas ruas desertas da cidade às horas mortas da noite em busca de aventuras. Tenho uma compaixão imensa de ti, malandro decorativo de camisa de meia, navalha e boné (...). Como deve ser extenuante, malandro, o teu officio de Quixote barato, escravo da opinião alheia, ocupado unicamente em manter, dia e noite, a reputação de ‘sabido’, de ‘Bamba’, de sambista e de vadio (...) (Diários dos Campos, 05-10-1937).

A malandragem ali expressa correlaciona-se a um estigma social. Representa-se, ou mesmo, expressa-se por meio do jornal um espaço personificado e de porta-voz de reclames e de expressões de um dado grupo (o dirigente e suas ramificações) e, neste caso, um grupo sobre o outro (classes populares), sendo este último, alijado de defesa em esferas institucionais. Desta forma, as associações são extenuantes, ou seja, do malandro ao sambista, como também, do vagante pelas ruas de dia e de noite - vagante desocupado.

As expressões de malandragem estão diretamente associadas ao carnaval, ou melhor, às escolas de samba. Estas, levando-se a pensar a própria significação do carnaval, isto é, pressupõe-se uma idéia da desordem, ou melhor, o carnaval expressa-se como a festa da desordem em contraposição ao Sete de Setembro, comunhão da ordem e do progresso (DAMATTA, 1997, p. 261). Para tanto, o Malandro recebe determinado imperativo - o mentor de uma desordem - como também, do retrocesso e do estigma social, para este não há espaço em uma cidade definida pelo mesmo Jornal como “A cidade Civilizada” (CHAVES, 2011, p. 27).

Desse modo, Roberto Damatta, expressa por meio de um triangulo ilustrativo a construção da ‘identidade brasileira’, ou seja, o embate desferido pelo jornal e os enunciadores ali presentes levam-nos a pensar de modo etnológico os tramites discursivos e os elementos que perpassam a estruturação social brasileira. Segundo Damatta:

Podemos ser a um só tempo e simultaneamente o branco colonizador e civilizado, o preto escravo que corporifica a forma mais vil de exploração de trabalho – a escravidão – e, finalmente, o índio, dono original da terra, marcado por seu amor à liberdade e à natureza. Além disso, somos – além da ideologia das três raças [sic] que acabamos de apresentar e que surgem também num triângulo, complexa e surpreendentemente consistente, qual seja: Carnavais = Foliões = índios (ou marginais); Parados = Soldados = Brancos (ou superiores); Procissões = Fiéis = Negros (ou inferiores) [...] podemos dizer que somos todos e cada um desses elementos, apesar das enormes distâncias que possam existir entre eles. [...] Há, pois, no caso da sociedade brasileira uma funcionalidade que opera no nível mesmo da consciência social dos atores, já que todos os lados do triângulo são críticos. [...] a cada um dos seus vértices corresponde uma “leitura” possível do mundo social brasileiro de uma perspectiva diferente, mas sempre básica, o ponto crucial sendo, em outras palavras, que na ideologia brasileira o universo social é retraduzido e comentado sistematicamente em termos de três pontos de vista. Sem um deles, a sociedade provavelmente estaria desfalcada (DAMATTA, 1997, p. 262).

As associações do malandro ao mundo do samba e a forma apontada como o “desocupado”, o “vadio”, o “Don Quixote barato” implicam em representações aproximadas ao negro, ao mulato, ao índio. Em suma, tais correlações revelam a íntima expressão do mesmo discurso ideológico do branco, da ordem, do civilizador, do possuidor da verdade. Desta forma, pensar a cada ponto do triângulo percorrido anteriormente por Damatta significa trazer à baila posições sociais estereotipadas e reconhecidas nas distintas camadas da sociedade brasileira, dialogando no sentido de que, muitas vezes, os meios de reprodução e de expressão de tais imperativos - como o jornal - revelam parcialidades, apontando para a voz de um dado grupo e de representações que trafegam de um pólo ao outro. Segundo Chartier (1989, p. 183):

[...] construção das identidades sociais como resultando

sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade.

Por meio de tais imperativos, inferimos que os heróis do carnaval, isto é, os tipos que são “denunciados” pelo jornal são considerados os marginais de todas as espécies. Por conseguinte, estes se tornam personagens de um discurso oficial que os aponta para uma ‘anti-cultura’ detentora de míseros dotes de erudição, em outros termos, o malandro como um falso boêmio das ruelas escuras e das noites vazias e entediadas à procura de um algum divertimento.

Malandro e boêmio apresentam pontos em comum - a noite, o bar, a sociabilidade, o vagar em busca de aventuras – mas, ao mesmo tempo, disparidades de representações de projetos de sociedade sobre eles, como também, dos indivíduos que fazem parte desses dois “grupos”; dessas diferenciações:

[...] [há uma] tipologia que distingue claramente o boêmio do marginal. Boêmios e malandros não fariam a mesma língua, apesar do boêmio saber a gíria da malandragem. O boêmio tem todas as virtudes do cidadão ideal: bons princípios, moral familiar, é trabalhador e respeitador; o falso boêmio, todos os defeitos e vícios dos desclassificados de índole vagabunda. O verdadeiro boêmio é o homem que brinca, o ser lúdico que ama os prazeres da noite, que anda no lado escuro mas permanece tocado pelas luzes do bem. O falso boêmio, ao contrário, é um ser das trevas, ‘de índole perversa e má’. Por meio de oposições e antinomias extremamente maniqueístas, duas figuras se delineiam com precisão, em sua irredutível diferença (BENATTE, 1996, p. 205).

A pesquisa de Benatte delimitou tais representações sobre a boêmia e a malandragem, surgindo também, como no nosso caso, de um relato de jornal - uma crônica que revelava certos reclames e práticas discursivas das categorias em questão. Desta forma, o boêmio é colocado como um “gozador” dos prazeres da vida, todavia, com limites, pois, acreditava no trabalho, ou melhor, não o refuta, é um moço de “bons costumes” que estava afeito aos sentidos de um projeto de sociedade calcada na ordem e no progresso. Para Benatte, o boêmio:

[...] não se identifica com as margens: sua situação é de trânsito, de passagem, de escape. Enquanto para o rapaz de bem as atividades boêmias tem até um certo charme e são vistas com bastante complacência, para outros constituem um comportamento vicioso e deplorável, posto que estes outros ficam pé no lado de lá e enveredam pelos caminhos da criminalidade: são bêbados, escroques, gatunos e vigaristas [...] a posição do indivíduo nos estratos hierárquicos da sociedade: o verdadeiro boêmio seria uma espécie de extravagante ocasional, mais aceito que estigmatizado, oriundo dos quadros sociais médios ou superiores, perfeitamente integrado à estrutura produtiva e aos valores dominantes da sociedade. De noite, um boêmio; de dia, um cidadão de prol (BENATTE, p. 205 - 206).

O malandro é, como já o foi demonstrado, uma categoria específica atribuída a um dado grupo, mas poderemos pensar o malandro como o boêmio às avessas. Boêmios e malandros seriam sinônimos enquanto um *modus vivendi* contraposto às classes conservadoras. Ambos variam conforme as dosagens de expressões, pois, estes, assim como aqueles, em alguns casos, são denunciados por determinadas práticas sociais, tidas como ofensivas a um imaginário promissor e ao bem comum civilizador.

Inferimos tais associações também no segundo fragmento discursivo selecionado para esta pesquisa. Na segunda crônica, a boemia é lembrada como um momento longínquo que não mais retorna e que seria de uma “inutilidade” reincorporá-la enquanto prática, ficando assim, a lembrança de um tempo que representa o indivíduo mergulhado na boêmia. Em primeiro

de dezembro de 1937, com o título de ‘saudades inúteis’, na coluna matinal das ‘Notas Mundanas’, assinada por Don Juan, apresenta o seguinte relato:

A vida passou (...) As noites bohemias ficaram dentro da saudade... Recanto de bar povoado de arranha-céu de chops (...) No alto de tudo isso inspiração muito vaga deita de retalhos de recalques... Angustias indecisas de sofrimentos imprecisos (...). Longas conversas recheadas de confiança moldadas em cerveja, as noites bohemias era assim (...). Sem versos escriptos nos marmores brancos das mesas simétricas (...). Sem canções e sem músicas para encher de encantos e de romance a noite que passava (...) A inspiração agonizava dentro dos copos (...) A vida passou. Eram assim, as noites bohemias que ficaram dentro da saudade (...). Saudade inútil de cousas inúteis. Don Juan (Diários dos Campos, 01-12-1937).

Um relato melancólico. Melancolia de uma vida que passou, da juventude que morre para fazer do moderno o momento válido, para tanto, o velho pesar desgastado que faz com que os gozos e as lembranças daqueles tempos a bailar e a beber correspondam ao oculto, ao subversivo. Constrói-se, assim, tais momentos pela inspiração de recordar a vida que passa e as saudades, por mais que inúteis, permanecem vivas em seu pensamento a ponto de publicá-las em um jornal.

Deixou-se na crônica a dramaturgia e a poetização da vida explicitas à imaginação de quem lê tal relato. Poderemos a partir do descrito e do desfecho do próprio cronista “Saudade inútil de cousas inúteis”, perceber certas implicações das quais falávamos anteriormente, em que determinados sistemas simbólicos demandam uma mudança cognitiva na forma de percepção do próprio sujeito que enuncia o discurso, nesse caso, de que ele se revela enquanto um “ex” boêmio, se é que isto é possível, a relembrar momentos que não voltariam mais.

Podemos pensar o Don Juan como expressão de um grupo ou de indivíduos que deixaram tal prática e revelam-se em contraposição a ela; todavia, não seria essa rejeição e abandono da boêmia apenas uma artimanha para garantir a incorporação desses sujeitos em uma sociedade legitimada

como moderna? Como também poderemos pensar de forma ilustrativa, como não fictícia, de um emblema ideológico que resulta na expressão dos interesses elitistas reproduzidos pela sociedade por meios dos sistemas simbólicos, perante o qual, faz da boêmia algo a se esquecer. Revela-se, dessa forma, um discurso que condiciona a uma certa disciplinarização do cotidiano, conforme anseios maiores e diretrizes perceptíveis dos grupos dirigentes. Segundo Certeau:

[...] ‘instrumentos menores’ capazes, pela mera organização dos ‘detalhes’, de transformar uma multiplicidade humana em sociedade ‘disciplinar’ e de gerir, diferenciar, classificar, hierarquizar todos os desvios concernentes à aprendizagem, saúde, justiça, forças armadas ou trabalho [...] riram sua eficácia de uma relação entre processos e o espaço que redistribuem para produzir um ‘operador’ (CERTEAU, 1998, p. 175).

A normatização ou mesmo a disciplinarização do cotidiano resulta em um meio de fazer-se a vida, uma construção do consenso coletivo, ou seja, uma esfera consensual que gera desvios aos que discordam, constituindo, assim, na construção e dinamização de representações de caráter negativo sobre este outro que contesta a normatividade e a naturalização de um modo social de se viver. Destarte, a boêmia pode ser considerada, até certa medida, como fuga de tal normatividade ou a construção de uma paralela, fazendo do boêmio um civilizado durante o dia e um devasso no contraturno.

Nesse sentido, a suspensão do mundo normatizado buscado pelo boêmio deve ter hora e lugar para a lógica deste “verdadeiro” boêmio que se difere do malandro, pois, o primeiro compartilha de práticas da “doce e amarga” vida boêmia em horas marcadas com determinações sociais postas e em convergência com “a civilidade do bom homem” que, mesmo boêmio, faz-se representante de um grupo que aceita as regras de conduta e comportamentos definidos pelo “centro”. Segundo Benatte (1996, p. 210), o “boêmio em tempo integral” seria identificado como:

[...] vadio, um ser economicamente improdutivo e, portanto, um indivíduo oneroso à uma sociedade do trabalho, quer

dizer, da produção de mercadorias. Quem se tornasse um boêmio vinte e quatro horas por dia perderia sua inscrição na boêmia e passaria a figurar no fichário policial que arrolava os vagabundos, criminosos e nocivos à sociedade.

A boêmia deve, nesta ótica “moralista”, ter hora e lugar marcado - com tempo limitado - do contrário, enquadrar-se-ia em outra colocação que este mesmo discurso implica em certa destreza para dissociar o boêmio do malandro. Gerido e reproduzido, o malandro e o boêmio são categorizações que denotam vários sentidos entre si e externos a eles, gerando discrepâncias de significado, como também, em muitos casos, convergências.

Para não determinar as “os pontos em comum” que as fontes anteriores demonstraram, ou mesmo, não priorizar uma análise em série, mas buscando uma forma de qualitativismo discursivo, apresentamos o último fragmento extraído do jornal, pois, nos resultam a problematizar um caminho contrário ao até então percorrido, ou seja, mostrar as significações de aceitação de certas práticas pelo discurso oficial.

Dessa forma, pensaremos as relações amorosas e práticas da juventude “não boêmia”, ou melhor, de uma juventude dentro dos padrões construídos e reproduzidos pela sociedade como o paradigma normativo ideal. O fragmento, na realidade, é um diálogo de dois amigos que se encontram em uma matine de cinema, um comenta com o outro sobre a bela que o cativou. Segue o diálogo:

PEQUENA ‘DO OUTRO MUNDO’..

Num desses domingos ‘engarôado’, em que a gente não tem o que fazer, domingos-vadios, resolvi ir a uma matinée, num dos cinemas da cidade. Quando entrei, o amplo salão já estava regorgijando de gente moça. Especialmente de ‘garôtas’, vestidas de todos as cores parecendo bandeirinhas, em dia, de festa de cidade do interior (...). No intervalo, saí. E no salão de fumar, encontrei um velho colega que, encandiante, com cara de quem acertou no ‘bicho’, veio ao meu encontro. - Não imagina você - disse-me elle, - que a pequena era ‘do outro mundo’, um ‘pancadão’ que eu cavei’ (...). Fiz questão de conhecer a tal ‘pequena’. E elle, com uma desculpa

apressada, pretexto precisar comprar cigarros. Desapareceu. Terminada a sessão, quando ia sahindo no meio de tanta gente, encontro o tal collega. Bem juntinha com a ‘pequena do outro mundo’, a pequena era um ‘pancadão’. (...). E que, também, era ‘zarôlha’ (...) (Diário dos Campos, 13-10-1937).

Cinemas tornaram-se emblemas da modernidade, apresentavam-se como recantos aos domingos a tarde da mocidade burguesa, a redoma de casais em contraposição ao mundo boêmio da noite, dos bares. O cinema é representado enquanto espaço de namoricos, uma sociabilidade civilizada e bem aventurada às moças de família, como também, aos rapazes que desfrutavam as possibilidades fornecidas por um ambiente citadino em meados de 1930.

Desse modo, pouco importa para nós os significados das expressões de vergonha entre os amigos - o primeiro a querer em imediato mostrar o seu namorico - todavia, o que nos é significativo com esta ilustração discursiva é a forma pela qual se representa, ou melhor, a construção de consenso e de legitimidade que apontam o espaço sadio e positivo do cinema durante um dia de descanso. No entanto, esse panorama se afirma à contrapeso, isto é, no sentido de que no mesmo período encontramos formas opostas de diversão, ou melhor, de sociabilidade, pois, há construções de cotidianos intercalados, paralelos e convergentes. Até porque, muitos dos freqüentadores do cinema durante a tarde eram boêmios da noite.

De forma geral, pensar o ser social - boêmio - ou as práticas culturais que este constitui na interação e na construção do cotidiano, significa percebê-lo como um tipo ambíguo que vivia a traçar suas rotas sem destino certo com leve pretensão de se findar em uma mesa de bar ou em uma “casa do prazer” - bordéis e cabarés. Andarilho do “centro” citadino - de onde se vinha e para onde sabia que deveria voltar - compartilha os mesmos espaços da malandragem, fazendo suas distinções e sendo o famoso boêmio que colocava em xeque vários preceitos da sociedade burguesa e da própria normatização social - por mais que desta compartilhe - cujas construções que o enaltecem são as mesmas que o apontam para as transgressões dos hábitos e práticas de seus dia-a-dias em noite longas.

Boêmia, boêmios, práticas mundanas da vida a constituir um modo peculiar de se viver, assim como o malandro, das dissidências das formas e

das dosagens de ambos existe e existiu num cenário como Ponta Grossa - cidade dita, neste momento, eleita à reflexão como a “cidade civilizada” - e que se mostra contrária a tais práticas, todavia, cotidianamente sempre houve a existência e a reprodução contida neste cenário urbano da vida noturna. Pois, como diria a antiga canção: “dor de amor, com novo amor a gente cura, vim curar a dor, desse mal de amor, na boate azul [...]”.

### Considerações Finais

A Volta do Boêmio  
Boemia  
Aqui me tens de regresso  
E suplicante lhe peço  
A minha nova inscrição  
(Nelson Gonçalves)

A epígrafe acima revela algumas facetas do que tratamos ao longo do texto: a boêmia, o boêmio e os contornos que se constituem por meio de práticas discursivas expressas nas fontes, como também, em um arsenal de memórias desfrutadas por todos que um dia se depararam com tal modo de ser e levar a vida. Como em Nelson Gonçalves, que gravou tal canção junto ao álbum de mesmo nome em 1967, depois de envolvimento dramático com a cocaína em sua vida pessoal, o cantor revela a volta à boêmia, ou melhor, aos gozos da mesma, apontando para um entrosamento de si ao modo de se viver boêmio, ao amor que ela o proporciona, como também, aos amigos que reencontraria.

Ao que tange às fontes, faz-se essencial pensarmos tais documentos de modo reflexivo e, ao mesmo tempo, remetendo-os não a uma serialização, mas sim, a expressividade da temática e a enunciados que formalizam correlações, ou seja, não encontraríamos ditames que afirmassem literalidades, mas sim, demonstrações discursivas que remetem a pensar as delimitações propostas. Nesse sentido, os dois primeiros fragmentos ao tratar da malandragem e das saudades inúteis representam o que se pensa e como se pensa a prática boêmia e o modo pela qual deve ser tratada discursivamente em uma cidade ordeira e conservadora. Já o terceiro fragmento, representa uma tentativa inversa, demonstrando as práticas legitimadas pela sociedade que se contrapunham ao taxado e abominado boêmio.

Percebemos que a cidade não para. Não para de fazer-se e nunca acaba

de se findar. Engendrados, muitas vezes pelos discursos oficiais, os boêmios configuram-se em pretensa distinção à prática da malandragem, ao final, contudo, colocam-se frente a frente em antagonismos que os fazem diferentes e iguais, criados à imagem e semelhança.

Podemos pensar a boêmia em tais ditames ou os espaços pelos quais esta se delinea - bares, botequins, cafés, restaurantes noturnos, cabarés, bordéis - como a mais “falsa consciência” de ser o que se é, para ser o que se faz ser, no sentido de mascarar a angústia de viver a solapar aquele que anseia ser livre ao prazer, porém, controlado pela normatização.

Nessas pressuposições, a boêmia ou práticas boêmias até os dias atuais funcionam como um escape de uma “realidade” ou normatividade, criando um gozo, a fuga de um cotidiano “cotidianizado”, ou seja, normatizador e opressor. Deste modo, a boêmia, na contemporaneidade molda-se a homens e mulheres, rompendo, com isso, aos ditames sexuais, ainda mais, compadecendo a espaços de várias classes e escalonamentos sociais: do bar dos trabalhadores, transitando pelos bares ao redor das universidades, aos botequins da elite, tudo se faz boêmio.

### Fontes

Diário dos Campos. **Notas Mundanas. Malandro.** 05 de outubro de 1937.

Diário dos Campos. **Notas Mundanas. Pequena do “outro mundo”.** 13 de outubro de 1937.

Diário dos Campos. **Notas Mundanas. Saudades inúteis.** 1º de Dezembro de 1937.

### Referências

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social.** Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1985.

BENATTE, Antônio Paulo. **O centro e as margens: boêmia e prostituição na “capital mundial do café”** (Londrina: 1930-1970). (Dissertação de mestrado). UFPR, Curitiba, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella. **História e Historiografia das Cidades.** In FREITAS, Marcos Cezar (org). **Historiografia Brasileira em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Editoras Vozes, 1998.

CHAVES, Niltonci Batista. **A cidade civilizada.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, Niltonci Batista e RUMBELSPERGER, Robson Vinícius. **Botequins: a belle époque ponta-grossense.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados,** São Paulo, . v. 5, n.11. p. 173 - 190, 1991.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 2002.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema Brasileiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

LYOTARD, J. F. **Condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Copacabana: cotidiano e boêmia.** In MATOS, Maria Izilda S. de e SOLLER, Maria Angélica (orgs.) **O Imaginário em Debate.** São Paulo: Editora Olho D’água, 1998.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo,** Rio de Janeiro: UFF. v. 13, n.26, p. 15 - 31, jan/dez. 2009.

MORAES, Antonio Maria Araujo de. **Pernoite: crônicas de Antonio Maria.** Rio de Janeiro: Martin Fontes, 1997.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural.** 5. ed. São Paul : Brasiliense, 1994.

REVEL, Jacques. **Proposições: ensaios de História e Historiografia.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

VELOSO, Mônica Pimenta. **Os Cafés como espaço da moderna sociabilidade.** In LOPES, Antonio Herculano (org.) **Entre Europa e África: a invenção do carioca.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

**Recebido em:** 02 setembro de 2011.

**Aprovado em:** 24 de fevereiro de 2012.